DRS

DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL

Caderno DRS | 05:

POBREZA NO ESPÍRITO SANTO: UM ESTUDO A PARTIR DOS DADOS DA PNADC-ANUAL E DO CADASTRO ÚNICO

Julho/2021

INSTITUTO FEDERAL Espírito Santo
UFES
FAPES FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E INOVAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO
#ijsn45anos Instituto Jones dos Santos Neves 45 ijsn
GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
Secretaria da Ciência, Tecnologia, Inovação, Educação Profissional e Desenvolvimento Econômico
Secretaria de Economia e Planejamento

Instituto Jones dos Santos Neves

Pobreza no Espírito Santo: um estudo a partir dos dados da PNADC e do Cadastro Único

Vitória, ES, 2021. 69 p. il. tab. (Caderno DRS | 05)

1. Desenvolvimento Sustentável. 2. Pobreza. 3. Desigualdade e Planejamento Social. 4. Planejamento Microrregional. 5. Espírito Santo (Estado).

I. Bertolani, Marlon Neves. II. Título.

As opiniões emitidas são exclusivas e de inteira responsabilidade do (os) autor (es), não exprimindo necessariamente, o ponto de vista do Instituto Jones dos Santos Neves ou da Secretária de Estado de Economia e Planejamento do governo do Estado do Espirito Santo.

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
José Renato Casagrande

VICE-GOVERNADORIA
Jacqueline Moraes da Silva

SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO – SEP
Álvaro Rogério Duboc Fajardo

INSTITUTO JONES DOS SANTOS NEVES – IJSN

Diretor Presidente
Daniel Ricardo do Castro Cerqueira

Diretoria de Estudos e Pesquisas
Latussa Laranja Monteiro

Diretoria de Integração e Projetos Especiais
Pablo Silva Lira

Coordenação Geral
Latussa Laranja Monteiro

Elaboração
Marlon Neves Bertolani

Revisão
Sandra Mara Pereira

Sumário

Apresentação 9

1. Introdução 10

2. Pobreza 12

2.1 Percentual de pobreza 15

2.2 Percentual de extrema pobreza 18

3. DADOS DE POBREZA COM BASE NOS DADOS DO CADASTRO ÚNICO 20

3.1 Percentual e estimativa de Pobres e extremamente pobres no Espírito Santo por Microrregião 21

3.2 Percentual e estimativa de Pobres e extremamente pobres nas microrregiões do Espírito Santo, por município 24

3.3 Pobreza e extrema pobreza no CadÚnico por situação do domicílio, Espírito Santo e microrregiões 43

3.4 Pobres inscritos no CadÚnico por raça/cor, Espírito Santo e microrregiões 45

3.5 Extremamente pobres inscritos no Cadastro Único por raça/cor, Espírito Santo e microrregiões 47

3.6 Pobreza e extrema pobreza por sexo da população cadastrada no Cadastro Único, Espírito Santo e microrregiões 49

3.7 Pobres e extremamente pobres inscritos no Cadastro Único no Espírito Santo entre os diferentes segmentos étnico raciais e sexo 52

3.8 Pobres e extremamente pobres por faixa etária 54

3.9 Famílias com membros na primeira infância pobres e extremamente pobres 57

3.10 Hiato médio de pobreza e extrema pobreza da população inscrita no Cadastro Único, Espírito Santo e microrregiões 58

3.11 Volume de recursos necessários para erradicar a pobreza e a extrema pobreza, Espírito Santo e microrregiões 59

3.12 Estimativa da população beneficiária do bolsa família, Espírito Santo e microrregiões 61

3.13 Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) com base no Cadastro Único 62

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS 66

5. REFERÊNCIAS 70

Lista de Siglas

DRS-ES — Projeto Desenvolvimento Regional Sustentável do Espírito Santo

IBGE — Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDF — Índice de Desenvolvimento da Família

IDH — Índice de Desenvolvimento Humano

IJSN — Instituto Jones dos Santos Neves

IPCA — Índice de Preços ao Consumidor Amplo

PNADC — Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua

ODM — Objetivos de Desenvolvimento do Milênio

ODS — Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

ONU — Organização das Nações Unidas

PIB — Produto Interno Bruto

PNAS — Política Nacional de Assistência Social

PNUD — Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RMGV — Região Metropolitana da Grande Vitória

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Percentual de pessoas pobres, Brasil, Sudeste, Espírito Santo e RMGV, 2012 a 2018 16
Gráfico 2 – Percentual de pessoas pobres, Espírito Santo excetuando a RMGV, 2012 a 2018 16
Gráfico 3 – Percentual de pessoas extremamente pobres, Brasil, Sudeste, Espírito Santo e RMGV, 2012 a 2018 19
Gráfico 4 – Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por microrregião, 2019 22
Gráfico 5 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população dos municípios por microrregião, 2019 23
Gráfico 6 – Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por municípios da microrregião Caparaó, 2019 25
Gráfico 7 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população por municípios da microrregião Caparaó, 2019 26
Gráfico 8 – Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por município da microrregião Central Serrana, 2019 27
Gráfico 9 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população por municípios da microrregião Central Serrana, 2019 27
Gráfico 10 – Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por município da microrregião Central Sul, 2019 28
Gráfico 11 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população por município da microrregião Central Sul, 2019 29
Gráfico 12 – Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por município da microrregião Centro-Oeste, 2019 30
Gráfico 13 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população por município da microrregião Centro-Oeste, 2019 31
Gráfico 14 – Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por município da microrregião Litoral Sul, 2019. 32
Gráfico 15 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população por município da microrregião Litoral Sul, 2019 33
Gráfico 16 – Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por município da microrregião Metropolitana, 2019 34
Gráfico 17 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população por município da microrregião Metropolitana, 2019 35
Gráfico 18 – Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por município da microrregião Nordeste, 2019 36
Gráfico 19 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população por município da microrregião Nordeste, 2019 37

Gráfico 20 – Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por município da microrregião Nordeste, 2019..... 38
Gráfico 21 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população por município da microrregião Noroeste, 2019..... 39
Gráfico 22 – Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por município da microrregião Rio Doce, 2019 40
Gráfico 23 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população por município da microrregião Rio Doce.. 41
Gráfico 24 – Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por município da microrregião Sudoeste Serrana, 2019..... 42
Gráfico 25 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população por município da microrregião Sudoeste Serrana, 2019..... 43
Gráfico 26 – Percentual de pobres cadastrados, por situação do domicílio, 2019 44
Gráfico 27 – Percentual de extremamente pobres cadastrados, por situação do domicílio, 2019..... 45
Gráfico 28 – Percentual de pobres no CadÚnico por raça/cor, Espírito Santo e microrregião, 2019 47
Gráfico 29 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico por cor ou raça, Espírito Santo e microrregião, 2019..... 48
Gráfico 30 – Percentual de pobres por sexo no Espírito Santo e microrregião, 2019..... 50
Gráfico 31 – Percentual de extremamente pobres entre pessoas do sexo masculino e feminino, Espírito Santo e microrregiões, 2019..... 51
Gráfico 32 – Percentual de pobres no CadÚnico entre os diferentes segmentos étnico raciais por sexo, Espírito Santo, 2019..... 53
Gráfico 33 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico entre os diferentes segmentos étnico raciais por sexo, Espírito Santo, 2019..... 53
Gráfico 34 – Percentual de pobres no CadÚnico por faixa etária, Espírito Santo e microrregiões, 2019 55
Gráfico 35 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico, por faixa etária, Espírito Santo e microrregiões, 2019..... 56
Gráfico 36 – Percentual de famílias pobres e extremamente pobres com crianças na primeira infância no CadÚnico, Espírito Santo e microrregiões, 2019..... 57
Gráfico 37 – Hiato médio de pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico, por microrregião, 2019..... 58
Gráfico 38 – Hiato médio de extrema pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico, por microrregião, 2019..... 59
Gráfico 39 – Volume de recursos anual para erradicar a pobreza Espírito Santo e microrregiões, 2019 (Milhões R$) 60
Gráfico 40 – Volume de recursos anual para erradicar a extrema pobreza, Espírito Santo e microrregiões, 2019 (Milhões R$)..... 61
Gráfico 41 – Estimativa de pessoas que recebem o bolsa família, Espírito Santo e microrregiões, 2019 (%)..... 62

Lista de Quadros

Quadro 1 – Pobreza segundo Unidades da Federação, 2018, e posição no Produto interno Bruto per capita, 2017 17
Quadro 2 – Extrema pobreza segundo Unidades da Federação, 2018, e posição no Produto interno Bruto per capita, 2017 19
Quadro 3 – Participação % por sexo na população total cadastrada e na população pobre e extremamente pobre cadastrada no Espírito Santo, por microrregião, 2019 49
Quadro 4 – Índice de Desenvolvimento da Família, Espírito Santo e microrregiões, 2019 64
Quadro 5 – Índice de Desenvolvimento da Família, Espírito Santo e microrregiões, 2017 64
Quadro 6 – Comparativo entre os IDF do Espírito Santo anos 2019 e 2017 65
Quadro 7 – Índice de Desenvolvimento da Família (famílias com membros na Pi), Espírito Santo e microrregiões, 2019 65
Quadro 8 – Comparativo entre os IDF geral (média de todas as famílias) com o IDF das famílias com membros na PI, Espírito Santo, ano 2019 66

Apresentação

O Projeto Desenvolvimento Regional Sustentável do Espírito Santo (DRS-ES) tem por objetivo apresentar novas perspectivas de crescimento e de desenvolvimento sustentável, tendo como premissa as especificidades territoriais e a diversidade cultural das microrregiões do Estado.

Para o DRS, "desenvolver" assume o significado de desenrolar, retirar os entraves e pavimentar as condições plurais e multiescalares da prosperidade, baseada na redução das desigualdades, principalmente, para os mais vulneráveis, mantendo a sustentabilidade fiscal do Estado e dos municípios.

O Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável é o instrumento de planejamento integrado, abrangente e sistêmico, que parte do respeito às características locais e aponta possibilidades de atuação para melhor distribuição dos efeitos do desenvolvimento.

Nesse contexto, o Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), que tem papel[1] de apresentar estudos e pesquisas que propiciem o planejamento regional sustentável de longo prazo, buscou integrar temas entendidos como transversais, que atuam como portadores de propostas integradas de ação, visando a melhoria da realidade apontada.

O presente caderno busca revelar um desses temas transversais, que atua como insumo para o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Espírito Santo, considerando a complexidade e as transformações imprescindíveis à mudança de paradigma que permitirá satisfazer as necessidades da geração atual sem comprometer os recursos indispensáveis às gerações futuras.

Latussa Laranja Monteiro
Coordenadora Geral da Pesquisa
Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) e
Diretora de Estudos e Pesquisas do
Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN)

[1] O IJSN é órgão consultivo técnico dos Conselhos de Desenvolvimento Regional sustentável, estabelecido por meio do Decreto nº 4701-R, de 30 de julho de 2020.

1. Introdução

O presente caderno se insere no conjunto de estudos temáticos para o diagnóstico integrado dos Planos de Desenvolvimento Regional – DRS, visa analisar a pobreza enquanto questão social relevante para o desenvolvimento regional sustentável do Espírito Santo, com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua anual) 2012/2018 do IBGE e do Cadastro Único, 2019.

A agenda 2030 (ONU) evidencia o desafio de integrar temáticas do desenvolvimento conciliando crescimento econômico, inclusão social e sustentabilidade. Não se pode pensar em desenvolvimento regional sustentável sem refletir acerca do problema da pobreza e das desigualdades raciais, e de gênero.

A redução dos níveis de pobreza e extrema pobreza ocupam um lugar de destaque na agenda de diversos setores da sociedade brasileira e de organizações internacionais. Não por acaso, acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, consiste no primeiro dos objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS),[2] que prossegue e amplia a agenda dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs).[3]

O agravamento da pobreza e da extrema pobreza bem como o retorno da fome são questões que permanecem presentes apesar da enorme riqueza mundialmente produzida.

No Brasil tais problemas foram agravados em função da pandemia de Covid 19, e trouxe um cenário ainda mais desafiador para o Estado no tocante a sua capacidade de orquestrar políticas públicas.

A necessidade de conter a circulação de pessoas para evitar o agravamento da crise sanitária e o aumento do número de mortes com o colapso do sistema de saúde reduziu também a atividade econômica no país. Em uma década em que o crescimento médio já estava longe de ser considerado bom, o resultado foi o menor crescimento médio dos últimos 100 anos no Brasil, (0,3%, ao ano entre 2011 e 2020) inferior inclusive aos anos 1980, período conhecido como década perdida, quando o PIB brasileiro avançou 1,6% ao ano.

No Brasil a crise econômica gerada pelos impactos da pandemia do coronavírus não apenas pôs em xeque a já combalida capacidade do mercado de trabalho de absorver os desempregados que se encontravam vivendo em uma condição de pobreza, como lançou na pobreza um novo contingente de desempregados. Essa situação se torna ainda mais precária uma vez que o cenário anterior já era de cortes nas políticas sociais sobretudo as de redução da pobreza. Os efeitos dessa crise foram até o momento amenizados pelos programas de transferência de renda como o auxílio emergencial e o Bolsa Família. Entretanto, sem uma forte recuperação do mercado de trabalho e uma política social duradoura capaz de

[2] Ver sobre os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável em: https://nacoesunidas.org/pos2015/ods1/
[3] Os ODMs foram os oito objetivos internacionais de desenvolvimento estabelecidos no âmbito das Nações Unidas em 2000 para o ano de 2015.

manter os níveis de renda da população mais pobre, o prognóstico é de aumento das taxas de pobreza e da insegurança alimentar.

Estudos recentes têm apontado para o aumento da miséria e da insegurança alimentar, que impactam diretamente o sistema imunológico das pessoas e trazem sérias implicações para a gravíssima crise sanitária no país. De acordo com o "Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil", 55,2% dos domicílios brasileiros, o que representa aproximadamente 116,8 milhões de pessoas, conviveram com algum grau de insegurança alimentar no final de 2020, 9% deles vivenciaram insegurança alimentar grave, ou seja aproximadamente 19 milhões de brasileiros passaram fome.

A pobreza é um obstáculo para o desenvolvimento sustentável a medida em que reduz o potencial de uma parcela significativa da população de participar política, social e economicamente da vida em sociedade. Os pobres ou aqueles que estão próximos à linha da pobreza em grande parte não possuem os meios para se manterem saudáveis, desenvolver o capital humano necessário ou até mesmo conseguir crédito para seus projetos de vida. Esses fatores são prejudiciais ao desenvolvimento econômico e produzem impactos negativos para a coesão social, reduzem a reciprocidade e impactam no sentimento de pertença à coletividade.

Os recortes de gênero e cor/raça abordados de forma transversal no presente trabalho também possuem status de questões fundamentais nessa agenda, considerados pressupostos para o desenvolvimento sustentável na agenda 2030 e ratificados na Década Internacional de Afrodescendentes 2015 – 2024.[4]

A concretização de um projeto de sociedade democrática e tolerante passa pelo reconhecimento de que as questões de gênero e raciais são tão importantes quanto as de natureza econômica, e não podem ser encaradas enquanto problemas secundários a serem solucionados no seu "devido" tempo.

Embora os dados apresentados nesse estudo sejam anteriores ao cenário atual de agravamento da pobreza e da fome no país, o conjunto de indicadores ora sumarizados preserva sua capacidade de fornecer informações relevantes acerca da pobreza e da desigualdade nas questões de gênero e raça que ela engendra, sobretudo no que diz respeito a como o Espírito Santo se posiciona no cenário nacional e a distribuição da pobreza no território capixaba. O presente trabalho está dividido em três partes além dessa breve introdução.

A primeira parte propõe conceituar a pobreza enquanto fenômeno complexo e multifacetado que pode ser entendido como uma expressão da questão social.

A segunda parte aborda os indicadores de pobreza e extrema pobreza e visa contextualizar o leitor acerca da inserção do estado no cenário nacional e da

[4]A Assembleia Geral da ONU proclamou o período entre 2015 e 2024 como a Década Internacional de Afrodescendentes (resolução 68/237) citando a necessidade de reforçar a cooperação nacional, regional e internacional em relação ao pleno aproveitamento dos direitos econômicos, sociais, culturais, civis e políticos de pessoas afrodescendentes, bem como sua participação plena e igualitária em todos os aspectos da sociedade. Ver sobre em: https://nacoesunidas.org/afro/programa

região Sudeste.[5] Essa parte teve como fonte os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2012 a 2018). As séries foram construídas de maneira que se possa comparar a situação do Espírito Santo com as do Sudeste e do Brasil, e da Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV. Aqui são apresentados os indicadores de percentual de pobreza e extrema pobreza, destacando as linhas utilizadas pelo Banco Mundial e publicadas na Síntese de Indicadores Sociais do IBGE.

A terceira parte traz indicadores de pobreza construídos com base nas informações contidas no Cadastro Único[6] que subsidiam Programas Sociais do governo federal (Cadastro Único, base: março de 2019).[7]

O Cadastro Único incorpora dados de famílias que tenham renda familiar *per capita* de até meio salário mínimo ou renda familiar de até 03 salários mínimos. Não obstante, famílias com renda superior a meio salário mínimo *per capita* poderão ser incluídas no cadastro, desde que sua inclusão esteja vinculada à seleção ou ao acompanhamento de programas sociais implementados pela União, pelos estados ou pelos municípios.

Face a abrangência desse cadastro que reúne informações da maioria da população de baixa renda os indicadores foram desagregados por microrregião e município o que permitiu um panorama mais detalhado da pobreza no estado do Espírito Santo.

As desigualdades de raça/cor (brancos e negros)[8] e gênero foram abordadas de forma transversal em todo o capítulo.

2. Pobreza

Seja no âmbito acadêmico ou no campo das políticas públicas aplicadas, diferentes atores têm procurado mensurar a pobreza utilizando-se de um amplo instrumental teórico e analítico.

Evidenciar a complexidade do problema, os conceitos e as diferentes formas de abordagem é algo fundamental no processo de formulação e avaliação de políticas públicas mais efetivas na redução da pobreza.

A pobreza consiste em um fenômeno multifacetado com determinações históricas, sociais, econômicas e políticas que se manifestam de formas objetivas

[5] Uma análise mais detalhada da pobreza e da desigualdade no Espírito Santo com base nos dados da PNA pode ser obtida no "Caderno Pobreza, distribuição e desigualdade de renda", disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/5689-caderno-da-pobreza-distribuicao-e-desigualdade-de-renda

[6] O acesso a esse Cadastro só foi possível a partir da parceria com a Secretaria de Trabalho, Assistência e Desenvolvimento Social (SETADES). Os procedimentos adotados pela SETADES para a disponibilização dos dados ao IJSN, bem como para a utilização das informações obtidas, foram pautados pelas determinações contidas na PORTARIA Nº 10, de Janeiro de 2012 e respeitam a dignidade do cidadão e a sua privacidade.

[7] Tendo em vista garantir a maior consistência das informações e análises, foram utilizados apenas os dados das famílias e pessoas que tiveram o seu cadastro atualizado entre os anos de 2016 e 03-2019, ou foram cadastradas nesse período.

[8] Por questão metodológica em função das limitações estatísticas da PNAD Contínua Anual relacionadas a cor ou raça foram abordadas apenas as categorias branco e negro. A categoria negro corresponde ao somatório das categorias preto e pardo.

e subjetivas. Pode ser compreendida ainda como uma das expressões da questão social, entendida como:

> Uma aporia (dificuldade lógica aparentemente sem solução) fundamental sobre a qual uma sociedade experimenta o enigma de sua coesão e tenta conjurar o risco de sua fratura. Ela é um desafio que interroga, põe em questão a capacidade de uma sociedade de existir como um conjunto ligado de relações de interdependência. (CASTEL, 1998, p.30)

Pensar a pobreza como um dos elementos da questão social, evidentemente significa entendê-la como parte de algo mais amplo, maior que a soma de suas partes, que envolve, por exemplo, a construção de laços que mantém a sociedade coesa e integrada, até certo ponto.

O desafio de reduzir a pobreza torna-se maior e mais urgente em um contexto marcado por mudanças no mundo do trabalho como a redução de postos e a precarização das relações trabalhistas. Não é tarefa simples reestabelecer vínculos societais em um momento em que a desfiliação de uma boa parte da população leva ao aumento de uma pobreza, formada por aqueles que se encontram a margem da sociedade, os supranumerários, os inempregáveis, os desvalidos, os dissociados, os desqualificados e os desterritorializados (CASTEL, 1998).

Dentre as abordagens amplamente difundidas, está aquela proposta por Amartya Sen (2000; 2001), que amplia a noção de pobreza para além da privação de renda, e chama a atenção para importância da capacitação. Nesta abordagem, a liberdade substantiva (capacitação) de uma pessoa escolher uma vida que valoriza é considerada um pressuposto fundamental para a análise, neste prisma, ser pobre não se resume a uma privação material.[9] Essa concepção norteou os relatórios do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (1997) quanto ao desenvolvimento social e humano e orientou as metodologias de mensuração da pobreza segundo o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), enfatizando a necessidade de democratização de certas capacidades (educação, saúde, poder) que qualificam os pobres como sujeitos de sua luta (IVO, 2008).[10]

A pobreza pode ser definida de forma relativa ou absoluta. O critério de pobreza relativa direciona à desigualdade de renda. Parte-se da distribuição de renda de uma dada sociedade e define-se como pobres aqueles que vivem em estratos inferiores dessa distribuição. Entretanto, essa noção se torna incompleta ao não atribuir um critério que permita identificar uma condição de privação absoluta, algo importante para a conceituação de pobreza (CRESPO; GUROVITZ, 2002). Por sua vez, o conceito de pobreza absoluta está fundamentado na definição de níveis mínimos que atendam às necessidades básicas, de onde resultam as linhas

[9] Assim, novas nuances são introduzidas: a oportunidade de fazer escolhas genuínas, sem a qual o indivíduo vive inevitavelmente uma vida pobre, depende da renda, contudo uma renda maior não garante, por si só, a plena liberdade para fazer escolhas. Há de se considerar uma série de fatores de ordem não econômica, tais como, estar bem nutrido, ter boa saúde, ser livre para se prevenir de doenças e da morte prematura, ter força física e mental, ser livre para participar da vida em comunidade, além de alguns fatores de ordem subjetiva como ser feliz ou ter respeito por si próprio (SEN, 2001).

[10] No Brasil entre os estudos que mensuram a pobreza com um enfoque multidimensional podemos destacar como "Pobreza multidimensional no Brasil" de Paes de Barros, Carvalho e Franco (2006) e "Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional" de Kageyama e Hoffmann (2006).

de pobreza que delimitam a parcela da população abaixo desse nível. Esse conceito de pobreza absoluta permanece relevante em países em desenvolvimento ou que ainda não resolveram a questão da fome e/ou da insegurança alimentar.

Em qualquer sociedade o indivíduo que não tenha condições de alimentar-se adequadamente será considerado pobre. Essa premissa serviu de base para a construção de linhas de extrema pobreza. As necessidades calóricas fornecem o parâmetro que tem sido utilizado para estabelecer a linha de indigência. Outras necessidades como moradia, vestuário, transporte, saúde, educação etc. entraram no cálculo da linha de pobreza. De acordo com Rocha (2006) o indivíduo que, com sua renda familiar per capita, não consegue garantir o valor necessário para própria sobrevivência e da família é considerado pobre, ao passo que indigente, é aquele indivíduo cuja renda familiar per capita não é suficiente nem para cobrir os gastos com a alimentação.

Apesar da importância do florescimento teórico e do desenvolvimento conceitual que vem caracterizando os estudos acerca da pobreza, abordagens que mensuram a pobreza por meio de uma linha monetária ainda permanecem sendo amplamente utilizadas e importantes para o monitoramento dessa questão por governos e organizações internacionais.

O uso da variável renda é bastante difundido entre pesquisadores, governos e organizações internacionais uma vez que a maior parte da população mundial vive em sociedades com economia de mercado e por meio dela adquire os bens necessários para a satisfação das suas necessidades básicas. O uso de uma linha de pobreza monetária possibilita a comparação entre diferentes regiões e países.

Em menor ou maior grau, as formas utilizadas para mensurar a pobreza monetária apresentam limites e fraquezas e possuem certo nível de arbitrariedade, entretanto, tais questões não serão aprofundadas nesse texto. Vale destacar que esses aspectos não reduzem a importância já sinalizada dos indicadores baseados na renda para mensurar a pobreza, uma vez que a renda está entre os principais determinantes do nível de bem-estar da população.

A linha de pobreza adotada como referência principal no presente estudo é a de US$5,50 per capita dia, indicada pelo Banco Mundial como limite abaixo do qual as pessoas não conseguem obter os recursos necessários para sobreviver em países de renda média alta.

Por sua vez, a linha de extrema pobreza adotada neste caderno é a de US$ 1,90 per capita dia, estabelecida pelo Banco Mundial tomando como base os países extremamente pobres. O objetivo institucional do Banco Mundial de acabar com a extrema pobreza até 2030 e o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas 1.1 são estabelecidos em relação a essa linha.

As linhas de US$5,50 e de US$ 1,90 também são utilizadas na Síntese dos Indicadores Sociais do IBGE como forma de mensurar a pobreza a nível nacional.

Os Valores são convertidos pela paridade poder de compra (PPC) de 2011 que equivale a R$ 1,66 para US$ 1,00 e corrigidos pelo Índice de Preços ao

Consumidor Amplo (IPCA). Assim os valores mensais das linhas de pobreza (US$5,50 dia) e extrema pobreza (US$ 1,90 dia) obtidos foram respectivamente R$ 415,40 e R$ 143,50. Na conversão dos valores mensais foi adotado o mesmo critério utilizado pelo IBGE que consiste em dividir 365/12 o que resulta em aproximadamente 30,42 dias.

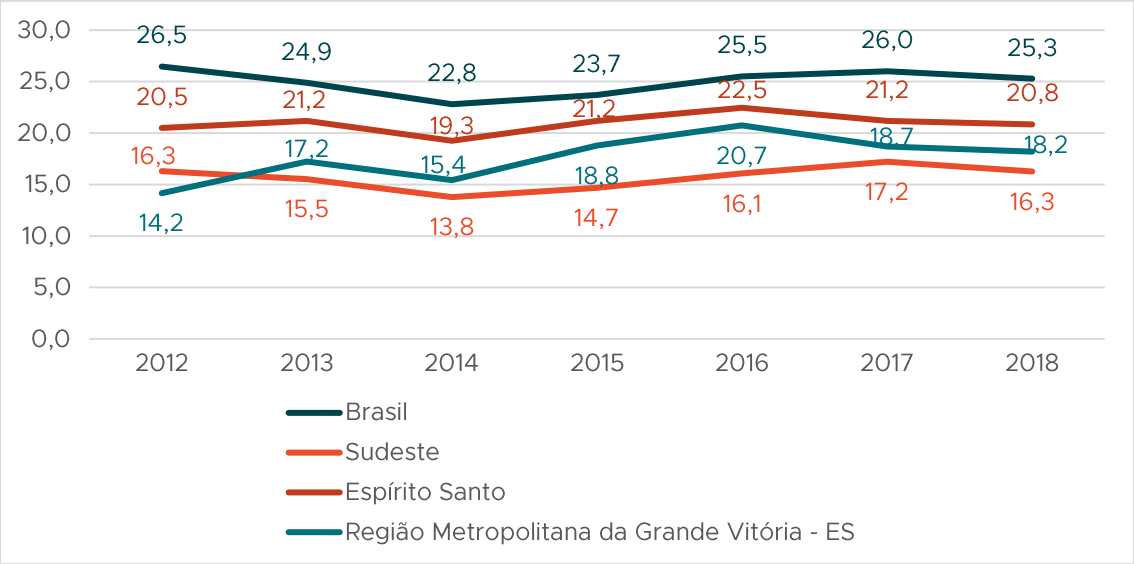
2.1 Percentual de pobreza

Em 2018, de acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua Anual (PNADC-Anual) o percentual da população pobre no Espírito Santo foi 20,8 %, o que corresponde a aproximadamente 827 mil pessoas vivendo com menos que US$ 5,50 por dia (PPC 2011) ou R$ 415,40 por mês. O estado apresentou um percentual inferior ao do Brasil (25,3%) e superior ao da Região Sudeste (16,3%). A Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV) apresentou um percentual inferior à do Espírito Santo (18,2%).

Conforme se observa no Gráfico 1, a pobreza no Espírito Santo aumentou 0,3 pontos percentuais (p.p.) no período de 2012 a 2018. No Brasil houve queda de -1,2 p.p. no período e na Região Sudeste o percentual registrado em 2012 foi igual ao de 2018. Entre 2012 e 2016, a tendência no estado foi de alta (2 p.p.) com exceção do ano de 2014 que registrou queda de -1,9 p.p. em relação ao ano anterior. Entre 2016 e 2018, o estado registrou queda de -1,7 p.p. na taxa de pobreza. A variação 2017-2018 mostra uma redução da pobreza no estado de -0,4 p.p.

Embora tenha apresentado um percentual de pobres inferior à média do estado, em 2018, a RMGV apresentou aumento no percentual de pobres superior ao do estado no período de 2012 a 2018 (respectivamente, 4,0 p.p. e 0,3 p.p).

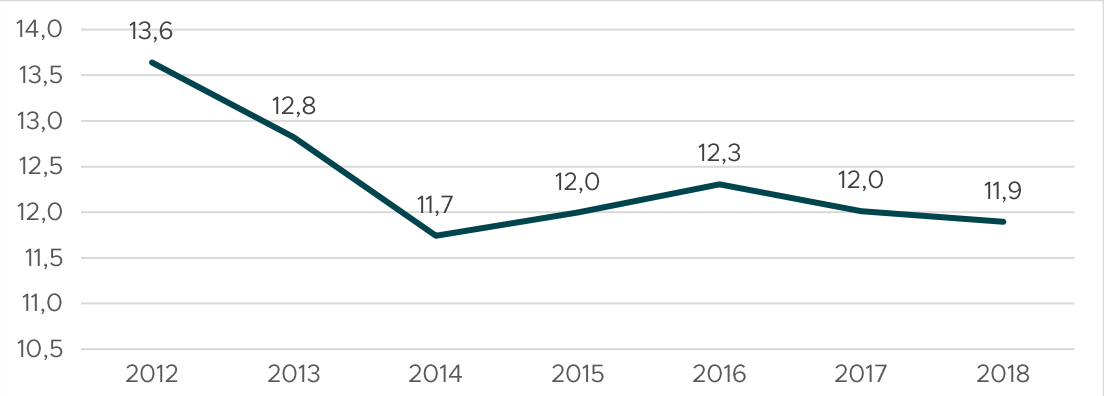
Gráfico 1 – Percentual de pessoas pobres, Brasil, Sudeste, Espírito Santo e RMGV, 2012 a 2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua anual) 2012/2018. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

O Gráfico 2 apresenta o percentual de pobreza no estado do Espírito Santo excetuando o número de pobres da RMGV, os dados apontam que houve uma redução de 1,7 p.p. entre 2012 e 2018. Cabe ressaltar que a redução da pobreza no restante do estado não deve ser analisada de forma isolada do aumento do número de pobres na RMGV, pois trata-se de eventos correlacionados. Embora não seja possível determinar aqui a magnitude dessa correlação, não se pode rejeitar a hipótese de que parte da redução da pobreza observada no restante do estado tenha ocorrido em função de uma migração para a RMGV e outra parte seja causada pela diminuição da renda de parte da população que já vivia na Região Metropolitana.

Gráfico 2 – Percentual de pessoas pobres, Espírito Santo excetuando a RMGV, 2012 a 2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua anual) 2012/2018. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Em 2018, o Espírito Santo ficou na 11ª posição entre os estados com as menores taxas de pobreza do Brasil. O estado apresentou a maior proporção de pobres na população entre os estados da Região Sudeste.

Apenas para fins analíticos, na tentativa de elucidar de forma comparativa a posição do estado em relação aos demais estados da federação no tocante ao percentual de pobres, optou-se por trazer os dados relativos à posição dos estados no ranking do Produto Interno Bruto (PIB) per capita, 2017[11]. Cabe ressalvar que, embora o PIB per capita expresse em alguma medida a capacidade econômica dos estados de propor ações capazes de reduzir a pobreza, trata-se obviamente de questões distintas.

A comparação entre as posições dos estados ordenados a partir do menor percentual de pobreza e o ranking do PIB per capita, aponta que o Espírito Santo possui a 11ª posição em proporção de pobres e o 10º PIB estadual per capita (Quadro 1). Nota-se que entre os estados com percentuais de pobreza inferiores ao do Espírito Santo apenas o estado de Minas Gerais (10ª posição) possui PIB per capita inferior. Nota-se que o estado está situado em relação a pobreza em uma posição próxima àquela que ocupa no PIB per capita, indicador que em algum grau reflete a sua capacidade de formular políticas para mitigar o problema. O melhor cenário seria estar posicionado em relação a proporção de pobres à frente de estados que possuem um PIB per capita superior, como ocorre com Santa Catarina, e, de outro lado, o pior cenário seria estar posicionado atrás de estados com PIB per capita inferior, caso do Rio de Janeiro. Considerando os cenários possíveis o Espírito Santo encontra-se em uma posição intermediária.

Quadro 1 – Pobreza segundo Unidades da Federação, 2018, e posição no Produto interno Bruto per capita, 2017

ESTADO	% de pobreza 2018	Posição pobreza 2018	Posição PIB per capita 2017
Santa Catarina	8,0	1º	4º
Distrito Federal	13,1	2º	1º
Rio Grande do Sul	13,1	3º	6º
São Paulo	13,4	4º	2º
Paraná	13,7	5º	7º
Mato Grosso	15,2	6º	5º
Mato Grosso do Sul	16,5	7º	8º
Rio de Janeiro	18,4	8º	3º
Goiás	18,4	9º	9º
Minas Gerais	19,9	10º	11º
Espírito Santo	**20,8**	11º	10º
Rondônia	25,5	12º	12º
Tocantins	31,5	13º	15º
Roraima	32,6	14º	13º

[11] Ver sobre o PIB em: IJSN. Produto Interno Bruto (PIB) Estadual, 2017. Disponível em: http://www.ijsn.es.gov.br/artigos/5477-produto-interno-bruto-pib-estadual-2017?highlight=WyJwaWliXQ==

Rio Grande do Norte	38,1	15º	19º
Paraíba	40,0	16º	25º
Pernambuco	41,1	17º	17º
Acre	41,4	18º	22º
Piauí	41,9	19º	26º
Ceará	42,6	20º	23º
Bahia	42,9	21º	21º
Sergipe	44,1	22º	20º
Pará	44,3	23º	18º
Amazonas	45,7	24º	14º
Amapá	45,8	25º	16º
Alagoas	48,4	26º	24º
Maranhão	53,0	27º	27º

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua anual) 2012/2018. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN. Produto Interno Bruto (PIB) Estadual, 2017. CEE/IJSN.

2.2 Percentual de extrema pobreza

Em 2018, o percentual de pessoas extremamente pobres no Espírito Santo foi de 4,0%, o que corresponde a aproximadamente 157 mil pessoas vivendo em situação de extrema pobreza (Gráfico 3). O estado apresentou um percentual inferior ao do Brasil (6,5%) e superior ao da Região Sudeste (3,2%). A RMGV apresentou um percentual de extremamente pobres semelhante ao do estado (4,1%).

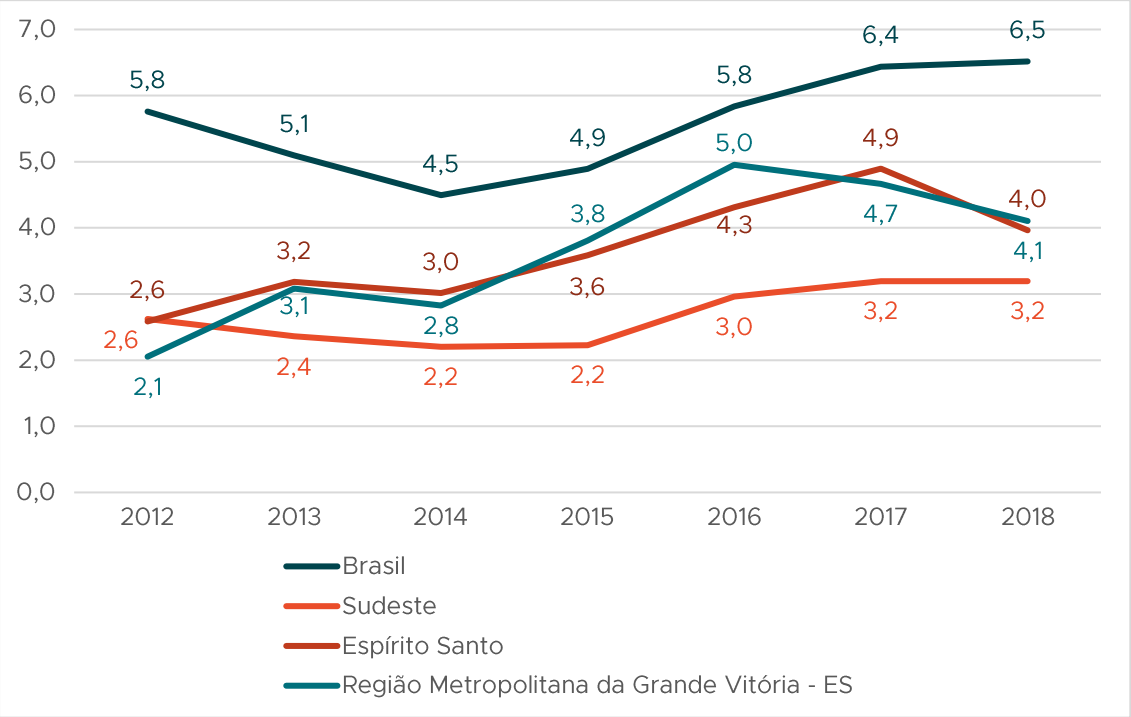
De 2012 a 2018, a extrema pobreza no Espírito Santo aumentou 1,4 p.p. Nesse período a extrema pobreza aumentou também no Brasil (0,7 p.p.) e na Região Sudeste (0,6 p.p), mas foi na RMGV que se observou o maior aumento no período, de 2,0 p.p. Os dados do Espírito Santo apontam uma tendência de elevação do percentual de extremamente pobres até o ano de 2017, e uma redução de -0,8 p.p. em 2018, comparativamente ao ano anterior.

Nota-se também que, em 2012, a RMGV tinha um percentual de extremamente pobres inferior à média do estado (2,1% e 2,6%, respectivamente), todavia, em 2018, ocorre uma inversão desse cenário (4,1% e 4,0 %, respectivamente).

Em 2018, o Espírito Santo ficou na 11ª posição entre os estados com os menores percentuais de extrema pobreza do Brasil, mas apresentou o maior percentual de extrema pobreza da Região Sudeste (Quadro 2).

A análise conjunta da posição dos estados no que tange a extrema pobreza com a posição no ranking de PIB per capita aponta que, tal como ocorre com a pobreza, há apenas um estado com PIB per capita inferior ao capixaba melhor posicionado em termos de extrema pobreza: Minas Gerais.

Gráfico 3 – Percentual de pessoas extremamente pobres, Brasil, Sudeste, Espírito Santo e RMGV, 2012 a 2018



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua anual) 2012/2018. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN

Quadro 2 – Extrema pobreza segundo Unidades da Federação, 2018, e posição no Produto interno Bruto per capita, 2017

Estado	% de ext. pobreza 2018	Posição ext. pobreza 2018	Posição PIB per capita 2017
Santa Catarina	1,4	1º	4º
Rio Grande do Sul	1,9	2º	6º
Mato Grosso	2,4	3º	5º
Paraná	2,7	4º	7º
São Paulo	2,7	5º	2º
Mato Grosso do Sul	3,0	6º	8º
Goiás	3,1	7º	9º
Distrito Federal	3,1	8º	1º
Minas Gerais	3,5	9º	11º
Rio de Janeiro	3,8	10º	3º
Espírito Santo	**4,0**	11º	10º
Rondônia	4,7	12º	12º
Tocantins	6,6	13º	15º
Roraima	8,4	14º	13º
Amapá	9,8	15º	16º
Rio Grande do Norte	10,3	16º	19º

Paraíba	11,2	17º	25º
Pernambuco	11,4	18º	17º
Pará	11,8	19º	18º
Ceará	12,5	20º	23º
Bahia	13,0	21º	21º
Amazonas	13,8	22º	14º
Sergipe	13,9	23º	20º
Piauí	14,2	24º	26º
Acre	14,4	25º	22º
Alagoas	17,2	26º	24º
Maranhão	19,9	27º	27º

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua anual) 2012/2018. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais – CES/IJSN Produto Interno Bruto (PIB) Estadual, 2017. CEE/IJSN

3. DADOS DE POBREZA COM BASE NOS DADOS DO CADASTRO ÚNICO

Antes de adentrar a análise da pobreza no Espírito Santo com base nos dados do Cadastro Único faz-se necessário tecer alguns esclarecimentos de ordem metodológica referente a linha de pobreza e as diferenças dessa abordagem em relação àquela utilizada nos dados da PNAD Contínua.

Embora as linhas de pobreza e extrema pobreza sejam metodologicamente definidas de forma semelhante, os valores em reais das linhas usadas para os dados do Cadastro Único diferem dos valores utilizados nos dados da PNAD Contínua anual. Tal diferença ocorre em razão das datas de referência utilizadas no processo de deflação que no caso do CadÚnico tem como referência o mês de Março de 2019, que consiste na data do banco de dados do cadastro utilizado. Como a deflação dos valores é feita da mesma forma nos dois bancos de dados os valores convergem. Os Valores são convertidos pela paridade poder de compra (PPC) de 2011 que equivale a R$ 1.66 para US$ 1,00 e corrigidos pela Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) médio de março de 2019, data de referência do Cadastro Único. Assim os valores mensais das linhas de pobreza (US$5,50) e extrema pobreza (US$ 1,90) obtidos foram respectivamente R$ 425,22 e R$ 146,90.[12]

Deve-se considerar que o Cadastro Único é composto em sua maioria por beneficiários do programa de transferência de renda do Governo Federal, o Bolsa Família, e a variável renda utilizada aqui é declarada antes do recebimento do benefício, pois esse é o critério de inclusão no programa. Ou seja, a renda que serve de base para o cálculo das taxas de pobreza e extrema pobreza não capita o efeito das políticas nacional e estadual (Bolsa Capixaba)[13] de transferência de renda. Ademais, trata-se de fontes de dados diferentes capitadas de formas

[12] A metodologia adotada é semelhante a utilizada na Síntese dos indicadores sociais do IBGE com algumas adaptações necessárias devido as características do banco de dados do Cadastro Único.
[13] Programa do Governo do Estado do Espírito Santo de transferência de renda às famílias com renda per capita mensal até R$ 109,00 incluindo o valor pago pelo bolsa família.

distintas, balizadas em metodologias específicas e com questões que se aproximam em determinados pontos e se distanciam em outros. Portanto, as taxas de pobreza e extrema pobreza, calculadas com essa base, serão necessariamente mais altas do que, por exemplo, as taxas que são calculadas com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, que inclui em seu universo pessoas com rendimentos mais elevados, e além disso captam o efeito das políticas de transferência de renda.

3.1 Percentual e estimativa de Pobres e extremamente pobres no Espírito Santo por Microrregião.

Nesta seção serão abordados o percentual de pobreza (ou de extrema pobreza), que mensura o grau de pobreza na população cadastrada no Cadastro Único, e a estimativa de pobreza, que estima o grau de pobreza no total da população. Os indicadores foram calculados da seguinte forma:

$$\text{Percentual de pobreza (ou ext. pobreza)} = \frac{\text{Nº pobres inscritos no CadÚnico (renda < a linha)}}{\text{Total da população inscrita no CadÚnico (estado, município ou micro.)}} \times 100$$

$$\text{Estimativa de pobreza (ou ext. pobreza)} = \frac{\text{Nº pobres inscritos no CadÚnico (renda < a linha)}}{\text{Total da população estimada (estado, município ou micro.)}} \times 100$$

De acordo com o Gráfico 4 o percentual de pobres entre as pessoas cadastradas no Cadastro Único (CadÚnico) no Espírito Santo em 2019, foi de 78,2%. As três microrregiões com os percentuais de pobres mais elevados foram a metropolitana (81,4%), Caparaó (81,3%) e Litoral Sul (80,0%). De outro lado, as três microrregiões com os menores percentuais foram Centro-Oeste (72,1%), Central Serrana (72,2%) e Rio Doce (74,0%).

A estimativa de pobres no Espírito Santo foi de 22,9%. O dado da PNAD de 2018 foi de 20,8% o que aponta uma certa proximidade entre as estimativas da PNAD e do Cadastro Único no tocante a pobreza no Espírito Santo.

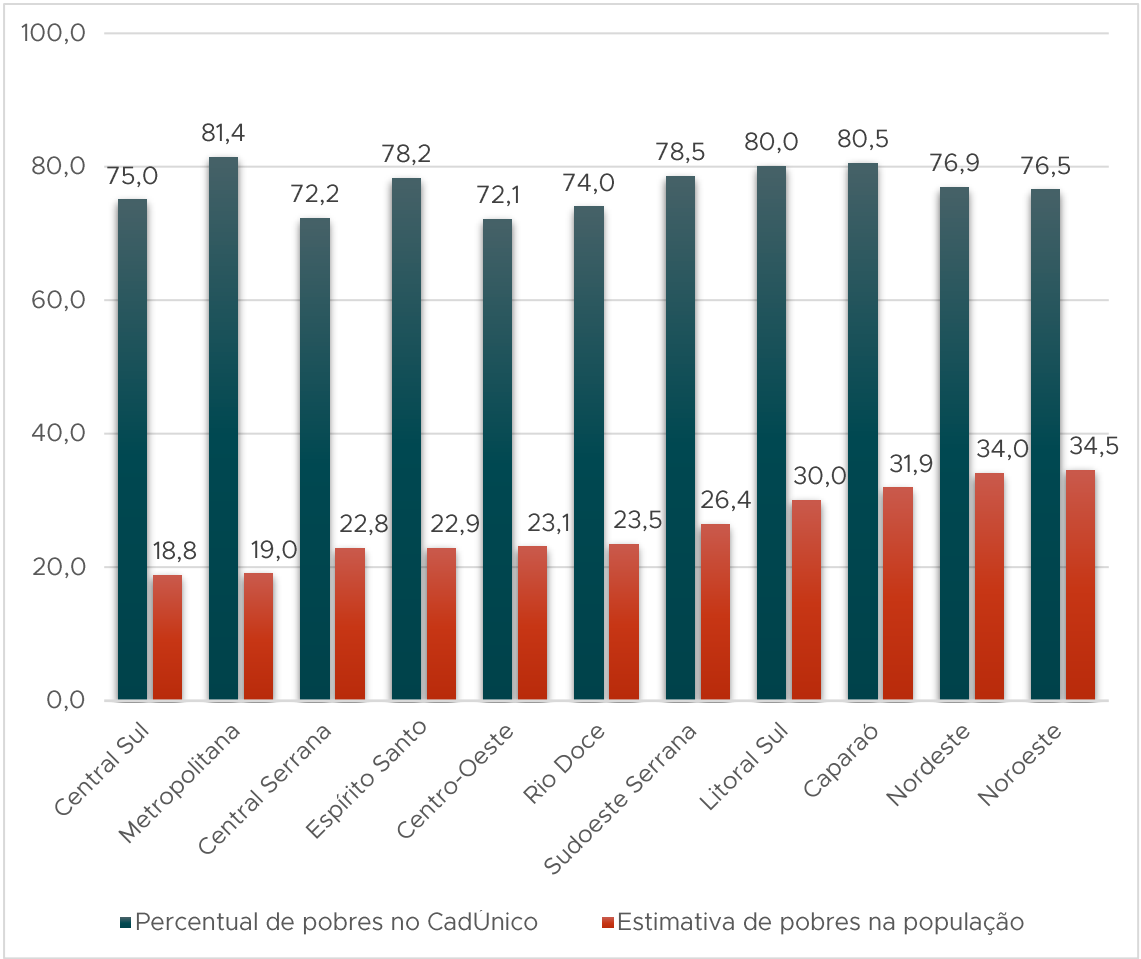
Observa-se que o fato de o dado não captar o efeito das políticas de transferência de renda não impacta tanto na comparação entre os dados do Cadastro e da PNAD, provavelmente isso se deve ao fato de que as transferências são feitas para famílias com renda per capita de até R$178,00 mensais e o benefício médio transferido no país em 2020 foi de R$ 191,00,

montante esse que não teria grandes impactos sobre a linha de pobreza considerada nesse estudo (R$ 425,22).

As três microrregiões com maiores estimativas de pobres foram Noroeste (34,5%), Nordeste (34,0%) e Caparaó (31,9%). As três microrregiões com as menores estimativas de pobres estimados foram Central Sul (18,8%), Metropolitana (19,0%) e Central Serrana (22,8%).

Embora a microrregião metropolitana possua a segunda menor estimativa de pobres na população, comparado as demais microrregiões, ela concentra 40,9% do total de pobres cadastrados que vivem no estado, o que corresponde aproximadamente 376 mil pessoas, a maior concentração de pobres do estado.[14]

Gráfico 4 – Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por microrregião, 2019



Fontes: Cadastro Único, Março de 2019. IBGE Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

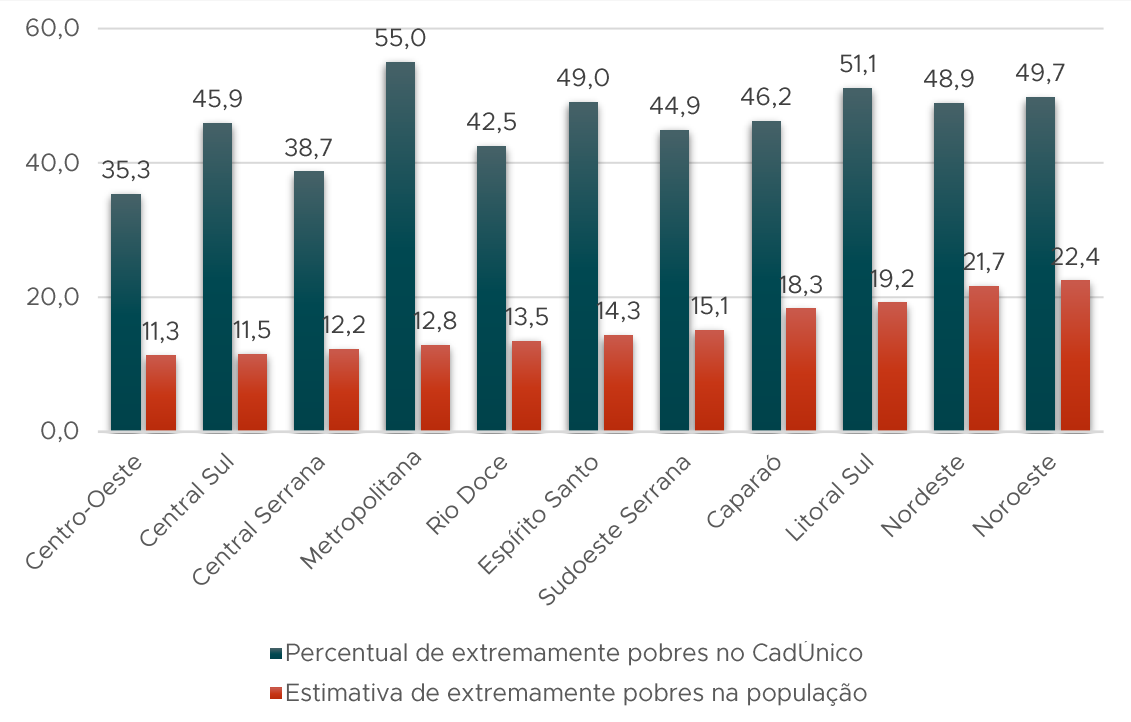
[14] Isto ocorre porque a estimativa expressa uma correlação com a população total de cada região, e a microrregião Metropolitana apresenta uma considerável diferença em termos absolutos da sua população para as demais microrregiões.

O percentual de extremamente pobres cadastrado no CadÚnico no Espírito Santo, em 2019, foi de 49,0% (Gráfico 5). A estimativa de extremamente pobres no estado foi de 14,3% o dado da PNAD de 2018 foi de 4%. Essa diferença de 10,3% pode ser atribuída em grande parte ao efeito que as transferências de renda do Bolsa Família têm sobre a população extremamente pobre no estado, uma vez que as faixas de renda[15] (que variam de 0 até R$178,00 per capita) estabelecidas como limites no programa contemplam a população com renda abaixo da linha de extrema pobreza considerada nesse estudo (R$ 146,90).

As três microrregiões com os percentuais de extremamente pobres mais elevados foram a Metropolitana (55,0%), Litoral Sul (51,1%) e Noroeste (49,7%). Os três menores percentuais de extremamente pobres foram registrados nas microrregiões Centro-Oeste (35,3%), Central Serrana (38,7%) e Rio Doce (42,5%).

No tocante a estimativa de extremamente pobres, os três percentuais mais elevados foram observados nas microrregiões Noroeste (22,4%), Nordeste (21,7%) e Litoral Sul (19,2%). As microrregiões Centro-Oeste (11,3%), Central Sul (11,5%) e Central Serrana (12,2%) apresentaram as menores estimativas de extremamente pobres.

Gráfico 5 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população dos municípios por microrregião, 2019



Fontes: Cadastro Unico, Março de 2019. IBGE Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

[15] O Bolsa Família elege para participar do programa famílias extremamente pobres, definidas como aquelas famílias com renda mensal de até R$ 89,00 por pessoa e famílias pobres que têm renda mensal entre R$ 89,01 e R$ 178,00 por pessoa.

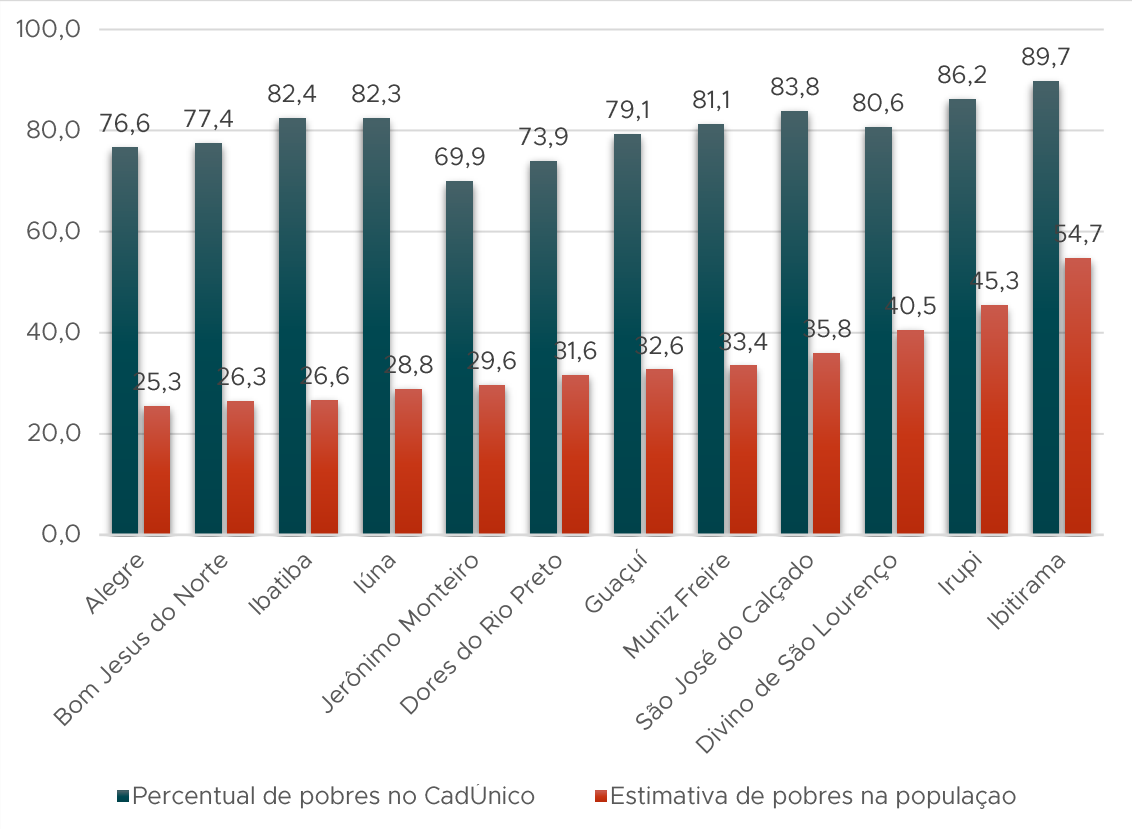
3.2 Percentual e estimativa de Pobres e extremamente pobres nas microrregiões do Espírito Santo, por município

Analisando os dados de pobreza e extrema pobreza das microrregiões desagregados por municípios observam-se realidades distintas entre municípios da mesma microrregião. É importante atentar que um município pode apresentar um percentual de pobres da população cadastrada elevado e uma baixa ou não tão elevada estimativa de pobres na população comparativamente aos demais municípios da microrregião. Isso ocorre na medida em que o primeiro indicador mensura a pobreza entre a população cadastrada no CadÚnico e o segundo estima a pobreza tomando como base o número de pobres cadastrados e a população estimada para o município.

O pior cenário possível é aquele em que o município apresenta um alto percentual de pobres, considerando apenas o universo das pessoas cadastradas, e esse número permanece elevado em relação a estimativa de pobres na população do município. Comparando o município (a) que apresenta um percentual de pobres cadastrados relativamente baixo e uma elevada estimativa de pobres, com o município (b) que apresenta um percentual de pobres elevado entre cadastrados e uma relativamente baixa estimativa de pobres na população, nota-se que o município (b) encontra-se em melhor situação, considerando que o maior percentual de pobres cadastrados sinaliza uma boa focalização na população mais vulnerável e uma estimava inferior indica que a pobreza afeta uma parcela menor da população. Essa situação pode ser melhor compreendida comparando os municípios da microrregião Caparaó, no Gráfico (6), Jerônimo Monteiro seria o município (a) na comparação acima, e lúna que seria o (b).

Conforme observa-se no Gráfico 6 na microrregião Caparaó os municípios de Ibitirama e Irupi apresentam percentuais mais elevados de pobreza na população cadastrada (89,7% e 86,2%, respectivamente) e também na estimativa de pobres na população (54,7% e 45,3%, respectivamente). Ibitirama é o município com o maior percentual de pobres no CadÚnico e apresenta a segunda maior estimativa de pobreza entre todos os municípios do Espírito Santo, atrás apenas de Água Doce do Norte (59,5%) da microrregião Noroeste. Na microrregião o município de São José do Calçado apresentou o terceiro maior percentual de pobres da população cadastrada (83,8%) e a quarta maior estimativa de pobres (35,8%) e o município de Divino São Lourenço apresenta o quarto maior percentual de pobres cadastrados (80,6%) e a terceira maior estimativa de pobres (40,5%). O menor percentual de pobres na população cadastrada foi registrado pelo município de Dores do Rio Preto (73,9%), entretanto em se tratando de estimativa de pobres na população o município apresentou o quinto menor percentual (31,6%). Os municípios de Alegre e Bom Jesus do Norte apresentaram os menores percentuais de pobres cadastrados (76,0% e 77,4%, respectivamente) e estimativas de pobreza (25,3% e 26,3%, respectivamente)

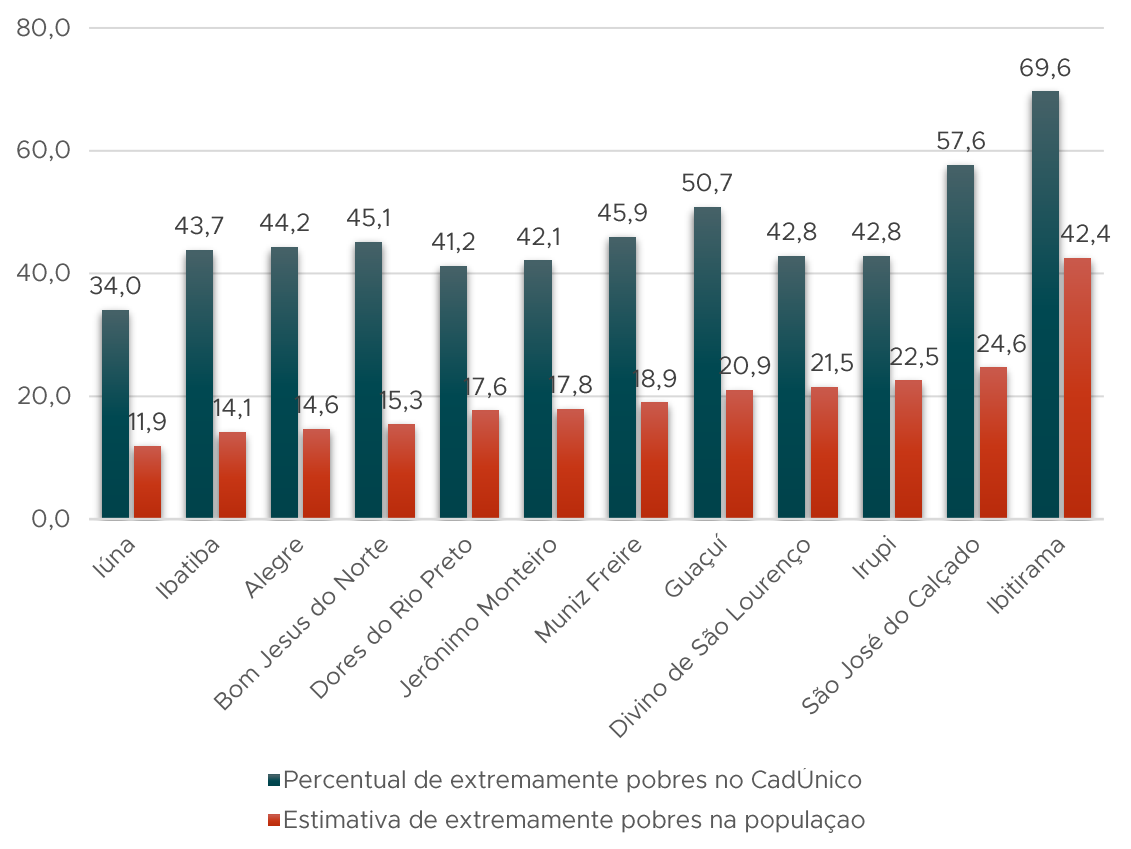
Gráfico 6 – Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por municípios da microrregião Caparaó, 2019



Fontes: Cadastro Único, Março de 2019. IBGE Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

Segundo demonstram os dados expostos no Gráfico 7 os municípios de Ibitirama e São José do Calçado apresentam percentuais mais elevados de extrema pobreza na microrregião Caparaó tanto da população cadastrada (69,6% e 57,6%, respectivamente) quanto relativos à estimativa de pobres na população dos municípios (42,4% e 24,6%, respectivamente). Nota-se que o município de Ibitirama além de ter apresentado números mais elevados da microrregião em termos de pobreza também apresenta os números mais elevados para os indicadores de extrema pobreza com uma diferença significativa para o segundo pior em relação a estimativa de extremamente pobres na população (17,8p.p.). Ibitirama é ainda o município com o segundo maior percentual de extremamente pobres cadastrados e a segunda maior estimativa de extremamente pobres entre todos os municípios do Espírito Santo, atrás apenas de Água Doce do Norte (74,0% e 51,0%, respectivamente) da microrregião Noroeste. O município de Iúna apresentou o menor percentual e a menor estimativa de extrema pobreza da microrregião (34,0% e 11,9%, respectivamente).

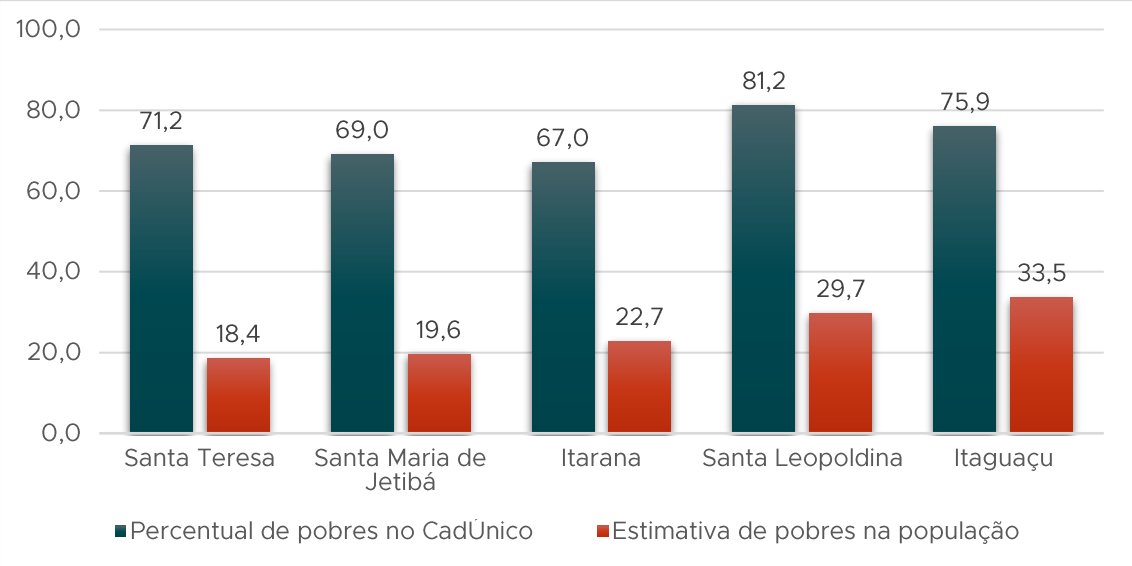
Gráfico 7 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população por municípios da microrregião Caparaó, 2019



Fontes: Cadastro Único, Março de 2019. IBGE Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

Entre os municípios da microrregião Central Serrana (Gráfico 8) Santa Leopoldina apresentou o maior percentual de pobres cadastrados (81,2%) e a segunda maior estimativa de pobres na população (29,7%). Itaguaçu apresentou a maior estimativa de pobres na população (33,5%) e o segundo maior percentual de pobres no CadÚnico (75,9%). O Município de Itarana apresentou o menor percentual de pobres no CadÚnico da microrregião (67,0%). Santa Tereza apresentou a menor estimativa de pobres na população (18,4%).

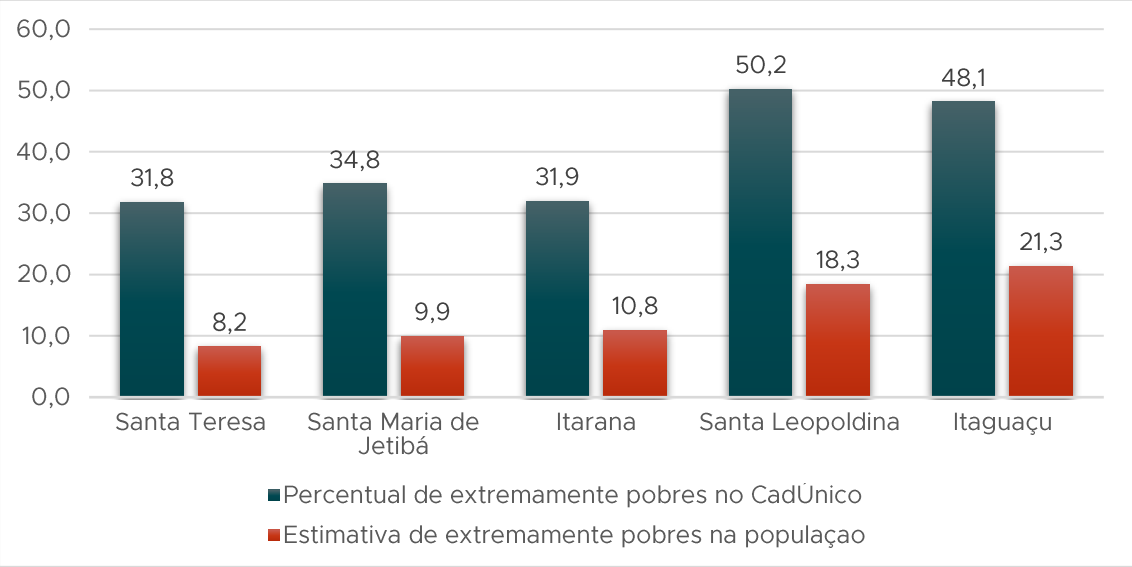
Gráfico 8 – Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por município da microrregião Central Serrana, 2019



Fontes: Cadastro Único, Março de 2019. IBGE Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

No tocante aos dados de extrema pobreza dos municípios da microrregião Central Serrana (Gráfico 9) os municípios de Santa Leopoldina e Itaguaçu também apresentaram os percentuais mais elevados de pobres no CadÚnico (50,2% e 48,1%, respectivamente). Assim como ocorre com a pobreza os munícios de Itaguaçu e Santa Leopoldina apresentaram as maiores estimativas de extremamente pobres da microrregião (21,3% e 18,3%, respectivamente).

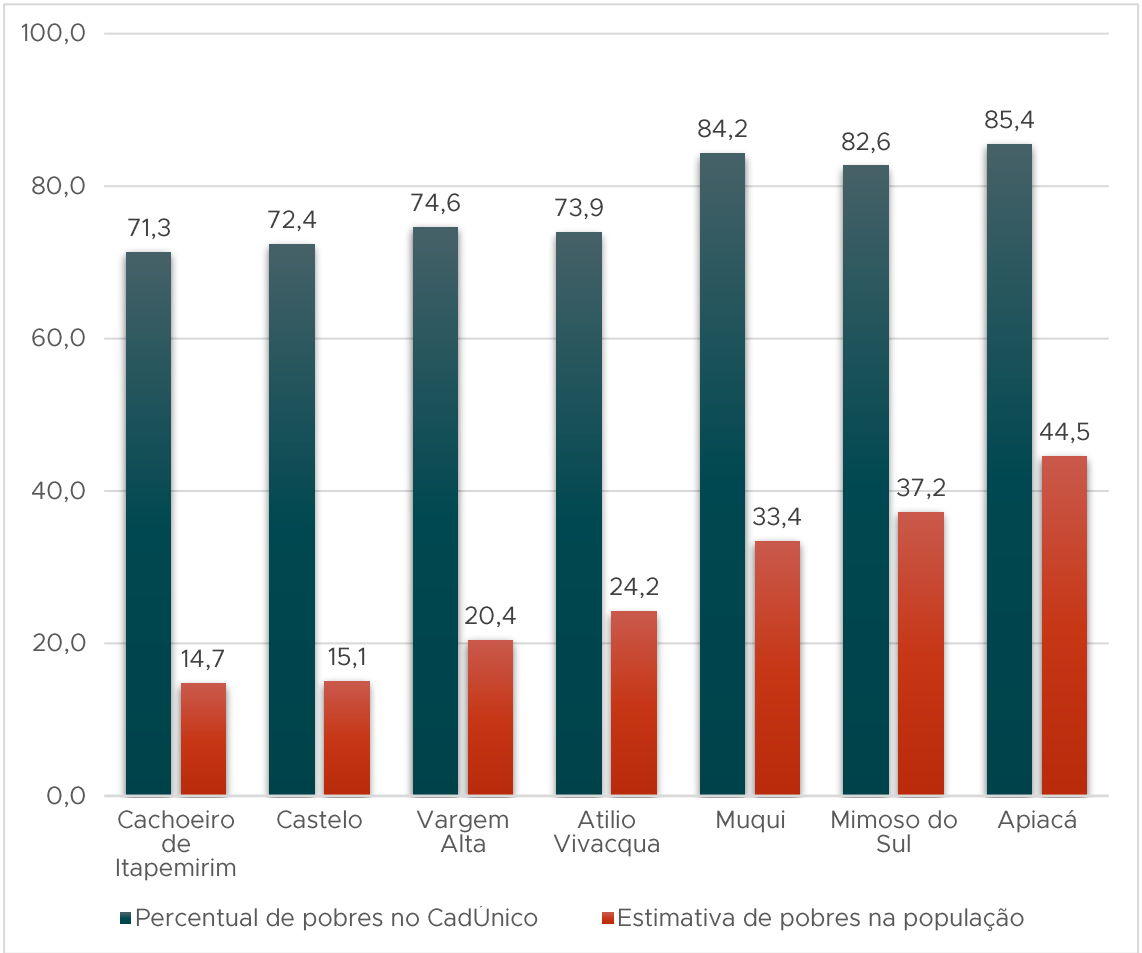
Gráfico 9 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população por municípios da microrregião Central Serrana, 2019



Fontes: Cadastro Único, Março de 2019. IBGE Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

Entre os municípios da microrregião Central Sul (Gráfico 10) Apiacá, Muqui e Mimoso do Sul apresentaram os percentuais mais elevados de pobres cadastrados no CadÚnico (85,4%, 84,2% e 82,6%, respectivamente). Apiacá, Mimoso do Sul e Muqui apresentaram, nessa ordem, as estimativas de pobres na população mais elevadas da Microrregião (44,5%, 37,2% e 33,4%, respectivamente). Cachoeiro de Itapemirim apresentou o menor percentual de pobres da população cadastrada (69,9%). Cachoeiro de Itapemirim e Castelo apresentaram as menores estimativas de pobres na população entre os municípios da microrregião Litoral Sul (14,7% e 15,1%, respectivamente). A microrregião Central Sul apresentou a menor estimativa de pobres do estado.

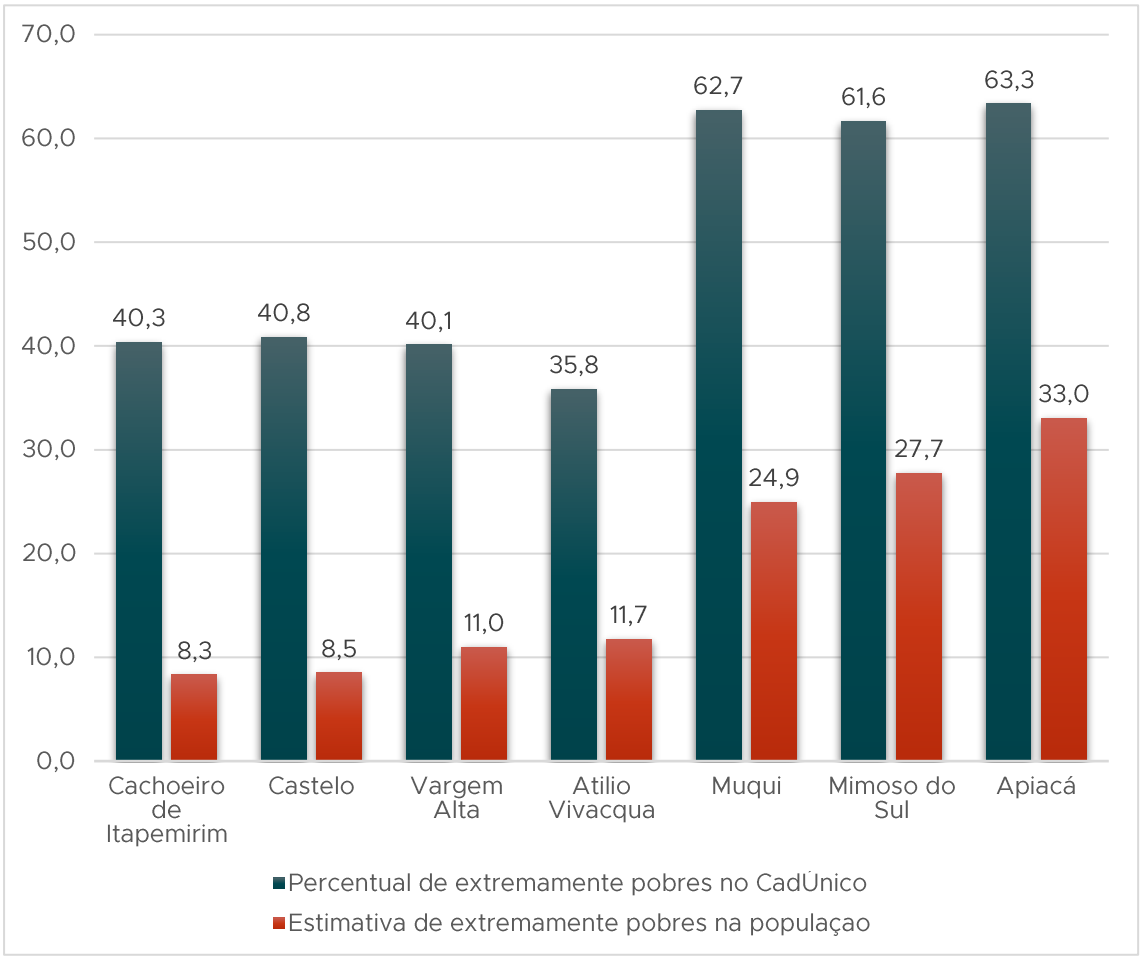
Gráfico 10 – Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por município da microrregião Central Sul, 2019



Fontes: Cadastro Único, Março de 2019. IBGE Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

Entre os municípios da microrregião Central Sul (Gráfico 11) Apiacá, Muqui e Mimoso do Sul apresentaram os percentuais mais elevados de extremamente pobres cadastrados (63,3%, 62,7% e 62,6% respectivamente). Em relação a estimativa de extremamente pobres Apiacá, Mimoso do Sul e Muqui nessa ordem apresentaram números mais elevados da microrregião (33,0%, 27,7% e 24,9%, respectivamente). Atílio Vivacqua apresentou o menor percentual de extremamente pobres no CadÚnico. Os municípios de Cachoeiro de Itapemirim (8,3%) e Castelo (8,5%) apresentaram as menores estimativas de extremamente pobres na população. Entre as microrregiões do Estado a Central Sul apresentou a segunda menor estimativa de extremamente pobres.

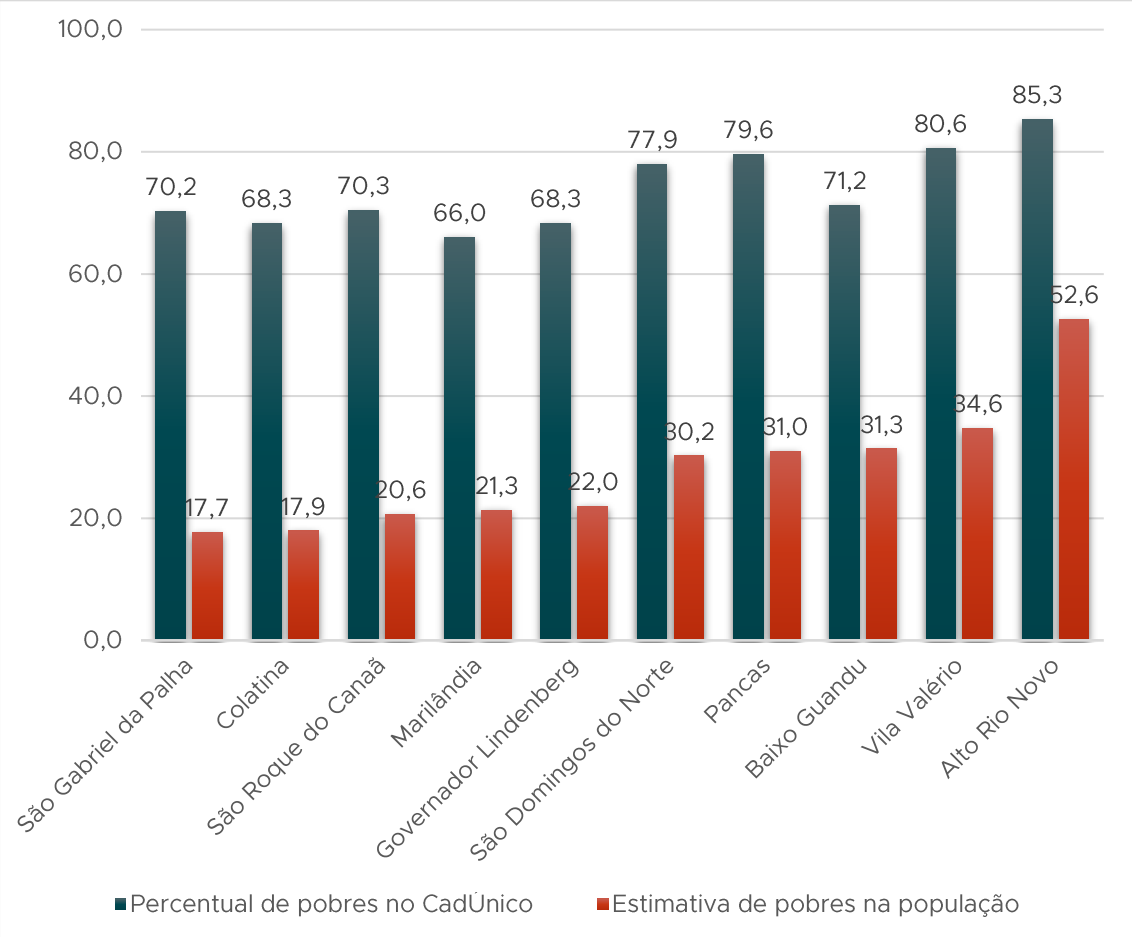
Gráfico 11 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população por município da microrregião Central Sul, 2019



Fontes: Cadastro Único, Março de 2019. IBGE Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

De acordo com o Gráfico 12 os municípios que apresentaram os percentuais de pobres no CadÚnico mais elevados da microrregião Centro-Oeste foram Alto Rio Novo (85,3%), Vila Valério (80,6%) e Pancas (79,6%). De outro lado, Marilândia (66,0%), Colatina (68,3%) e Governador Lindemberg (68,3%) apresentaram os menores percentuais de pobres cadastrados. Alto Rio Novo também possui a estimativa de pobres na população mais elevada entre os municípios da microrregião (52,6%), com uma diferença de 18 p.p. para Vila Valério, segunda maior estimativa. São Gabriel da Palha (17,7%), Colatina (17,9%) e São Roque do Canaã (20,6%) apresentaram as menores estimativas de pobres na população.

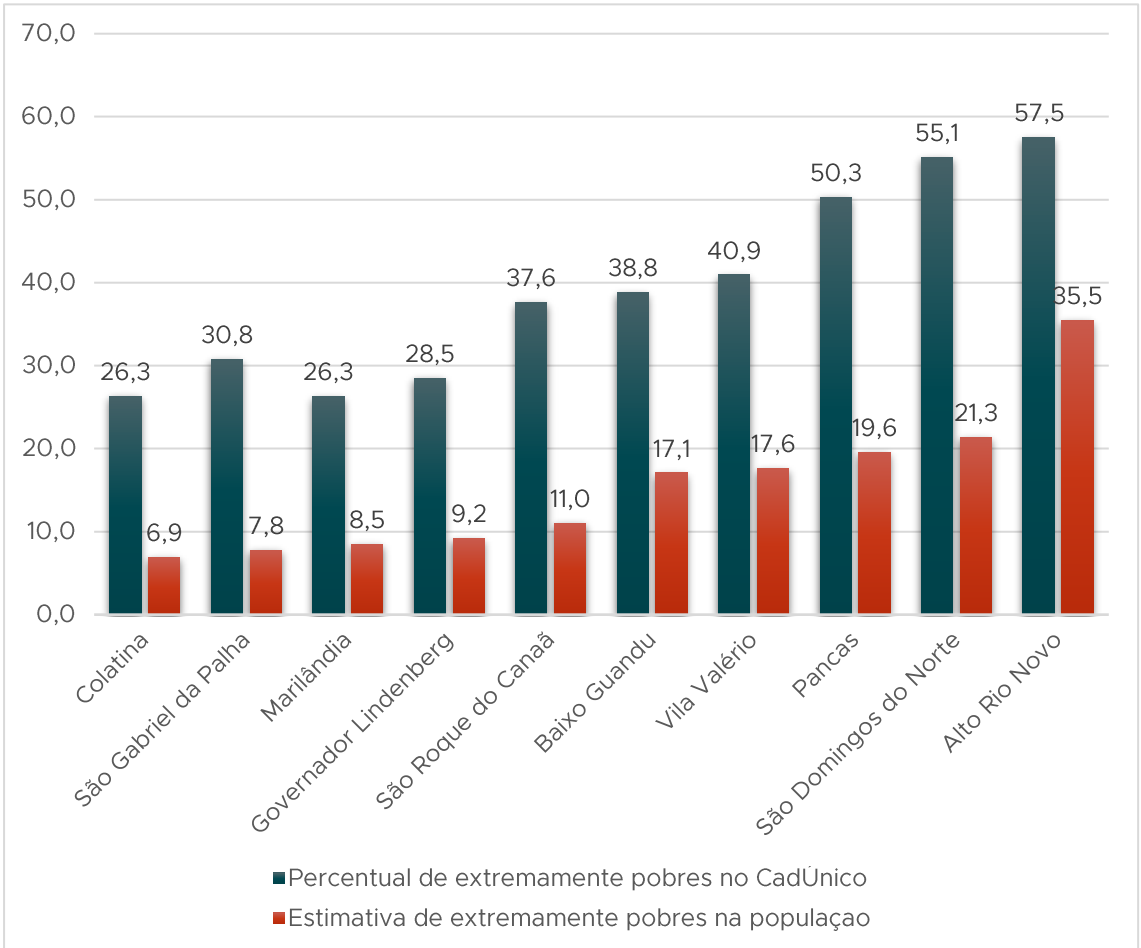
Gráfico 12 – Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por município da microrregião Centro-Oeste, 2019



Fontes: Cadastro Único, Março de 2019. IBGE Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

Alto Rio Novo (57,5%), São Domingos do Norte (55,1%) e Pancas (50,3%) foram os municípios da microrregião Centro-Oeste que apresentaram os maiores percentuais de extremamente pobres no CadÚnico (Gráfico 13). Colatina e Marilândia apresentaram os menores percentuais de extremamente pobres, ambos com 26,3%. Tal como ocorre com a pobreza, Alto Rio Novo apresentou a maior estimativa de extremamente pobres na população (35,5%), 14,2 p.p. acima de São Domingos do Norte, segunda maior estimativa da microrregião (21,3%). Colatina (6,9%), São Gabriel da Palha (7,8%) e Marilândia (8,5%) foram os municípios com as menores estimativas. Centro-Oeste foi a microrregião que apresentou a menor estimativa de extremamente pobres entre as microrregiões do estado.

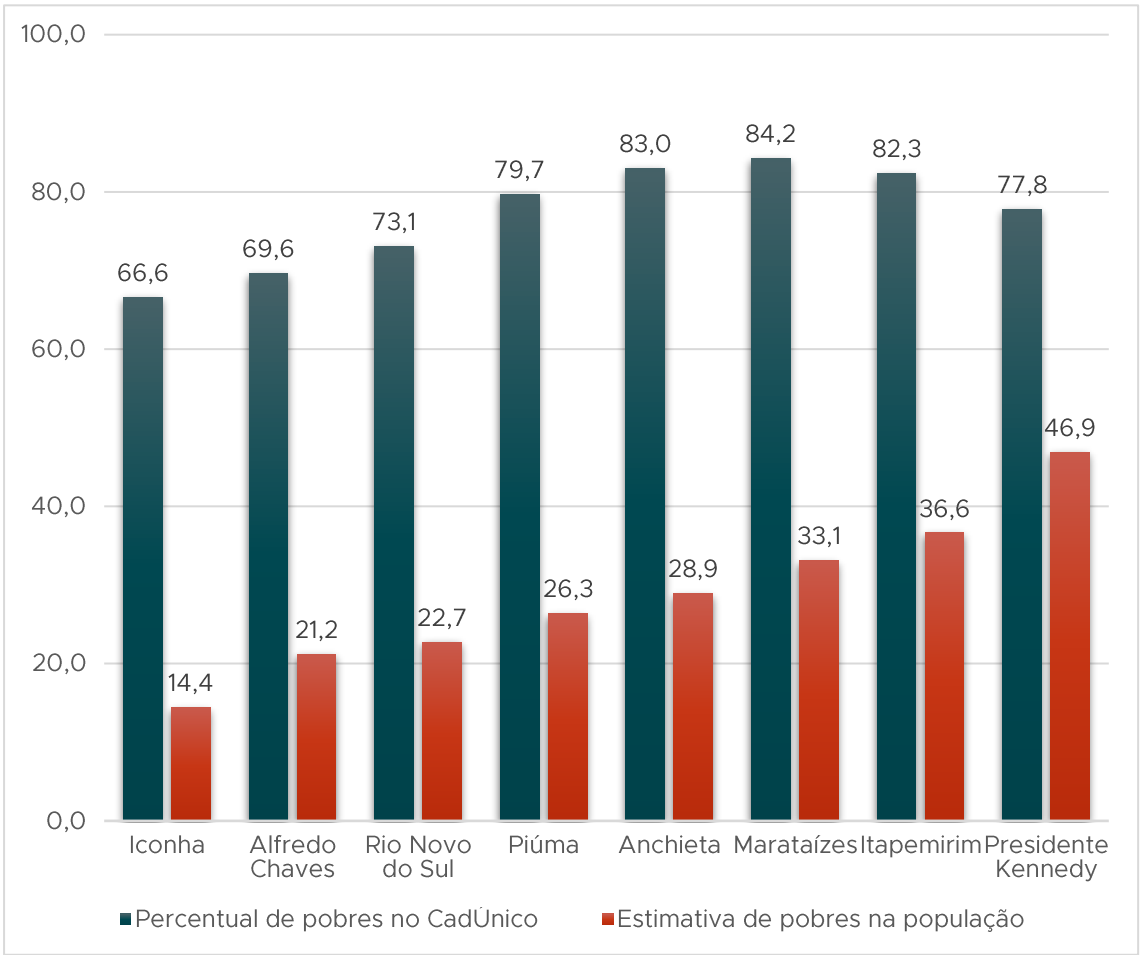
Gráfico 13 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população por município da microrregião Centro-Oeste, 2019



Fontes: Cadastro Único, Março de 2019. IBGE Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

Os municípios de Marataízes (84,2%), Anchieta (83,0%) e Itapemirim (82,3%) apresentaram os percentuais de pobres no CadÚnico mais elevados da microrregião Litoral Sul (Gráfico 14). Iconha (66,6%), Alfredo Chaves (69,6%) e Rio Novo do Sul (73,1%) estão entre os menores percentuais de pobres cadastrados da microrregião. Presidente Kennedy, embora não esteja entre os três mais elevados percentuais de pobres no CadÚncio, apresentou a maior estimativa de pobres na população entre os municípios da microrregião (46,9%). Os municípios de Itapemirim (36,6%) e Marataízes (33,1%) apresentaram respectivamente a segunda e a terceira maior estimativa de pobreza da microrregião. Iconha (14,4%), Alfredo Chaves (21,2%) e Rio Novo do Sul (22,7%) apresentaram as menores estimativas de pobres.

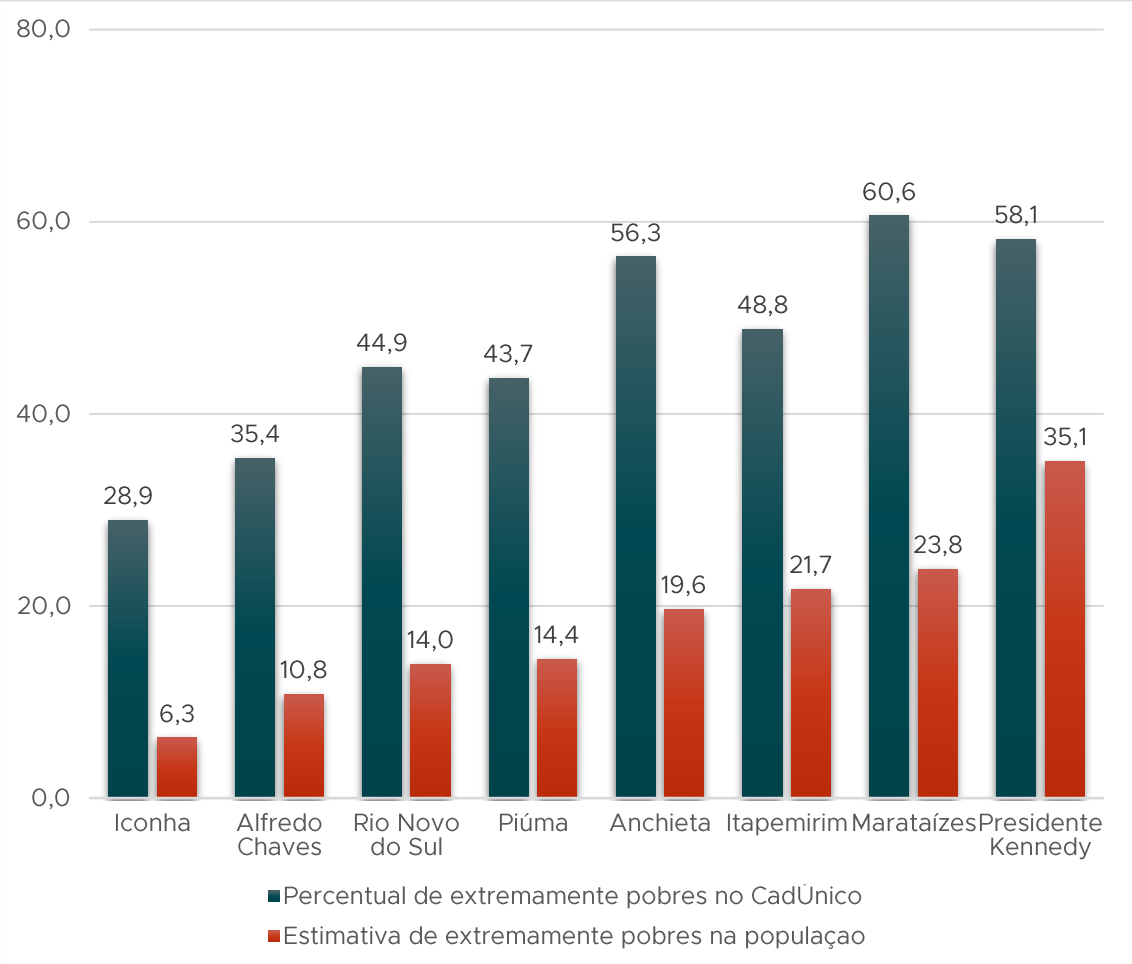
Gráfico 14 – Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por município da microrregião Litoral Sul, 2019.



Fontes: Cadastro Único, Março de 2019. IBGE Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

De acordo com o Gráfico 15 Marataízes (60,6%), Presidente Kennedy (58,1%) e Anchieta (56,3%) apresentaram os percentuais de extremamente pobres no CadÚnico mais elevados da microrregião Litoral Sul. Entre os menores percentuais de extremamente pobres no CadÚnico da microrregião estão os municípios de Iconha (28,9%), Alfredo Chaves (35,4%) e Rio Novo do Sul (44,9%). Tal como ocorre com a pobreza, Presidente Kennedy apresentou a maior estimativa de extremamente pobres da microrregião (35,1%). Os municípios de Marataízes (23,8%) e Itapemirim (217%) apresentaram a segunda e terceira maior estimativa de extremamente pobres. Iconha (6,3%), Alfredo Chaves (10,8%) e Rio Novo do Sul (14,0%) apresentaram as menores estimativas de extremamente pobres.

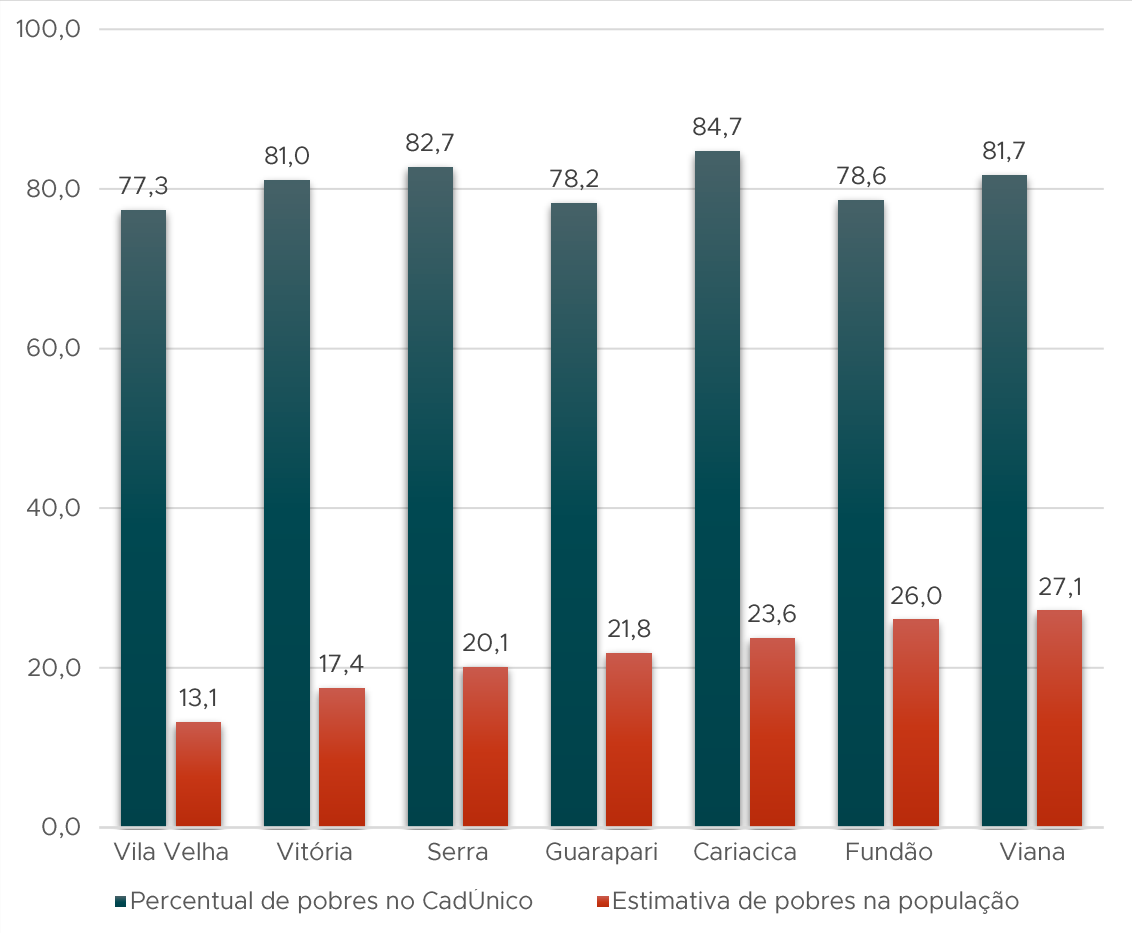
Gráfico 15 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população por município da microrregião Litoral Sul, 2019



Fontes: Cadastro Unico, Março de 2019. IBGE Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

No Gráfico 16 são apresentados os dados de pobreza da região metropolitana. Os municípios de Cariacica (84,7%), Serra (82,7%) e Viana (81,7%) apresentaram os maiores percentuais de pobres no CadÚnico da microrregião. De outro lado, Vila Velha (77,3%), Guarapari (78,2%) e Fundão (78,6%) apresentaram os menores percentuais de pobres no Cadastro Único. Os três municípios com as maiores estimativas de pobres na população foram Viana (27,1%), Fundão (26,0%) e Cariacica (23,6%). De outro lado, Vila Velha (13,1%), Vitória (17,4%) e Serra (20,1%) apresentaram as menores estimativa de pobres na população. A microrregião metropolitana apresentou a segunda menor estimativa de pobres entre as microrregiões do estado (19,0%).

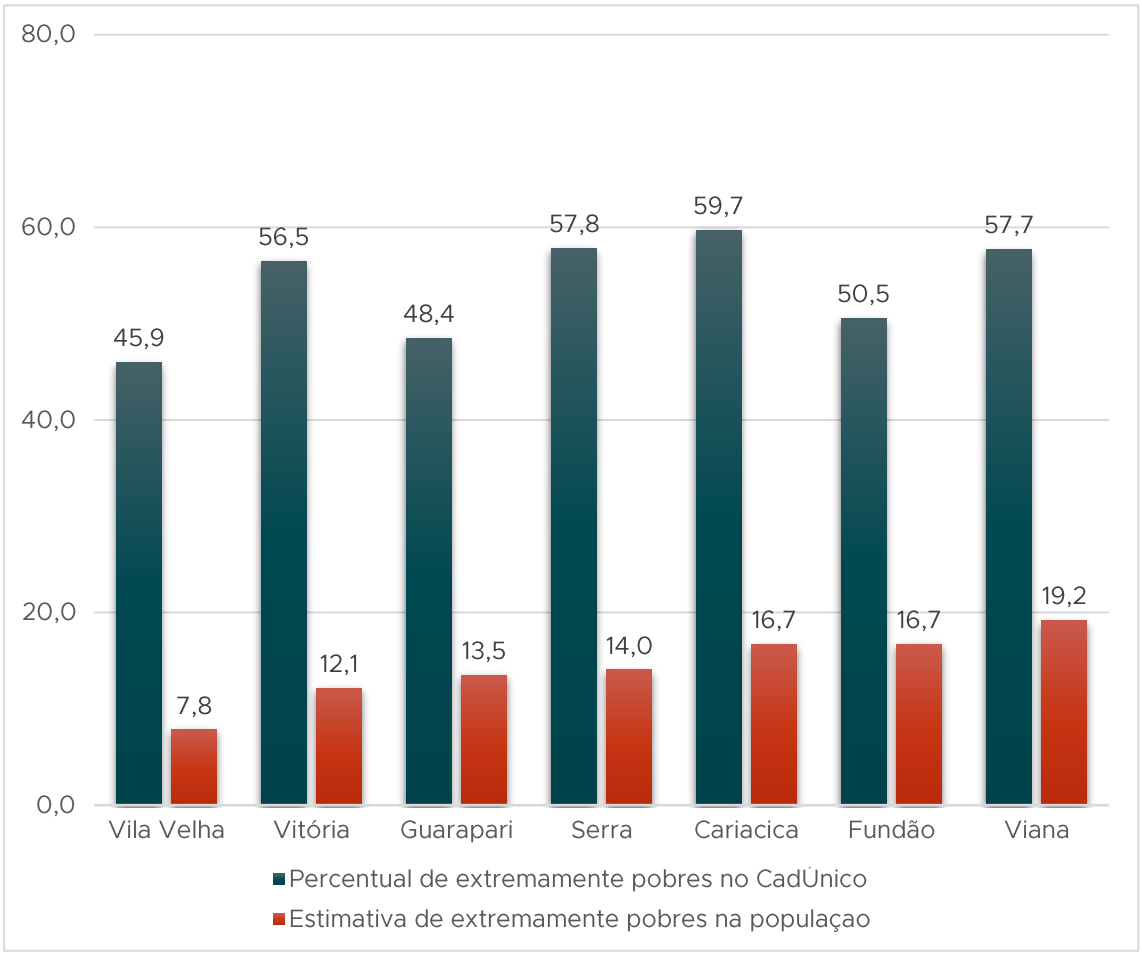
Gráfico 16 – Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por município da microrregião Metropolitana, 2019



Fontes: Cadastro Único, Março de 2019. IBGE Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

Os municípios de Cariacica (59,7%), Serra (57,8%) e Viana (57,7%) também apresentaram os percentuais de extremamente pobres mais elevados da microrregião Metropolitana (Gráfico 17). Os municípios de Vila Velha (45,9%), Guarapari (48,4%) e Fundão (50,5%) apresentaram os menores percentuais de extremamente pobres no Cadastro Único da microrregião. Nota-se que, assim como ocorre na pobreza, Viana (19,2%), Fundão (16,7%) e Cariacica (16,7%) ficaram entre os três municípios com as maiores estimativas de extremamente pobres da microrregião. Os municípios com as menores estimativas de extremamente pobres foram Vila Velha (7,8%), Vitória (12,1%) e Guarapari (13,5%).

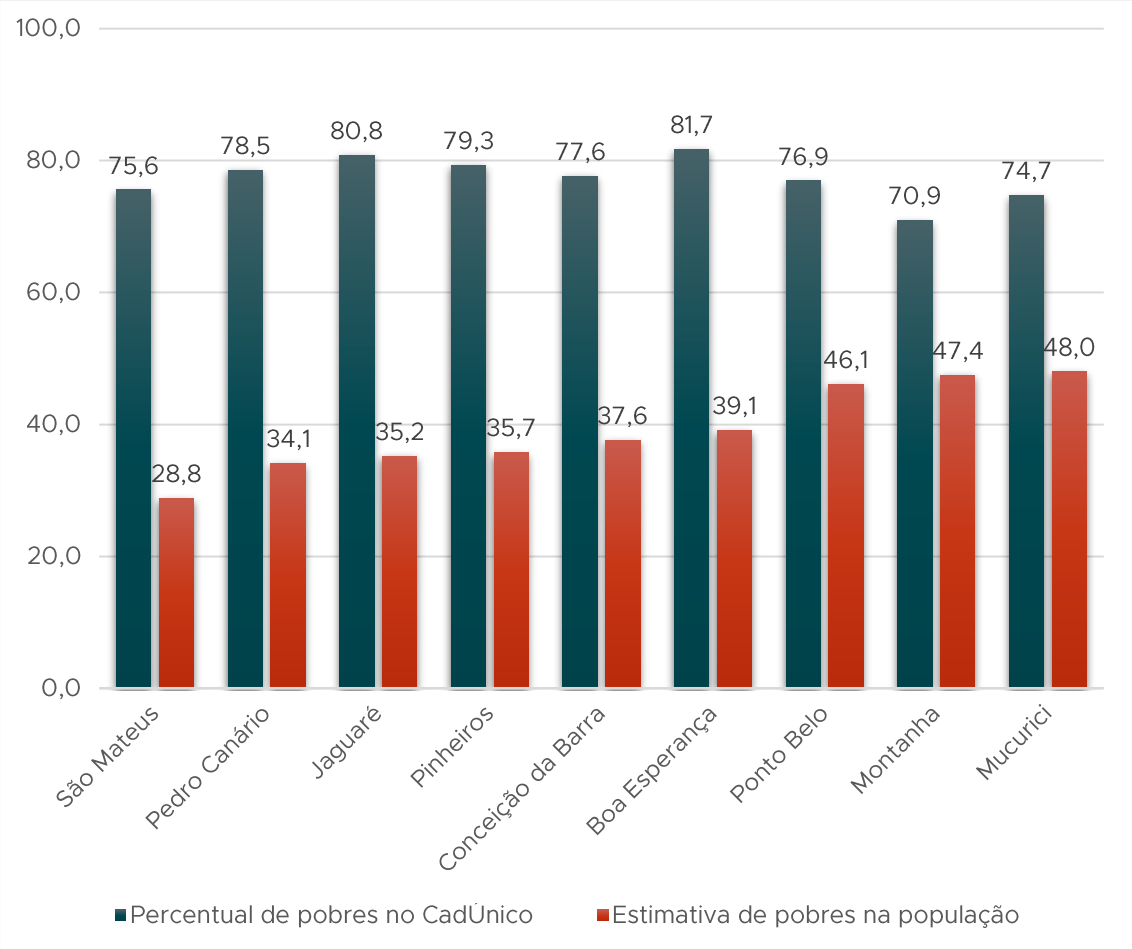
Gráfico 17 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população por município da microrregião Metropolitana, 2019



Fontes: Cadastro Único, Março de 2019. IBGE Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

O Gráfico 18 apresenta os dados de pobreza da microrregião Nordeste. Boa Esperança (81,7%) Jaguaré (80,8%) e Pinheiros (79,3%) apresentaram os percentuais de pobres no CadÚnico mais elevados da microrregião. De outro lado, Montanha (70,9%), Mucurici (74,7) e São Mateus (75,6) apresentaram os menores percentuais de pobres cadastrados. Os municípios de Mucurici (48,0), Montanha (47,4%) e Ponto Belo (46,1%) presentaram as estimativas de pobres na população mais elevadas da microrregião. Cabe lembrar que, entre as microrregiões do estado, a Nordeste apresentou a segunda mais elevada estimativa de pobres na população (34,0%). Os municípios da microrregião Nordeste que apresentaram as menores estimativas de pobres na população foram São Mateus (28,8%), Pedro Canário (34,1%) e Jaguaré (35,2%).

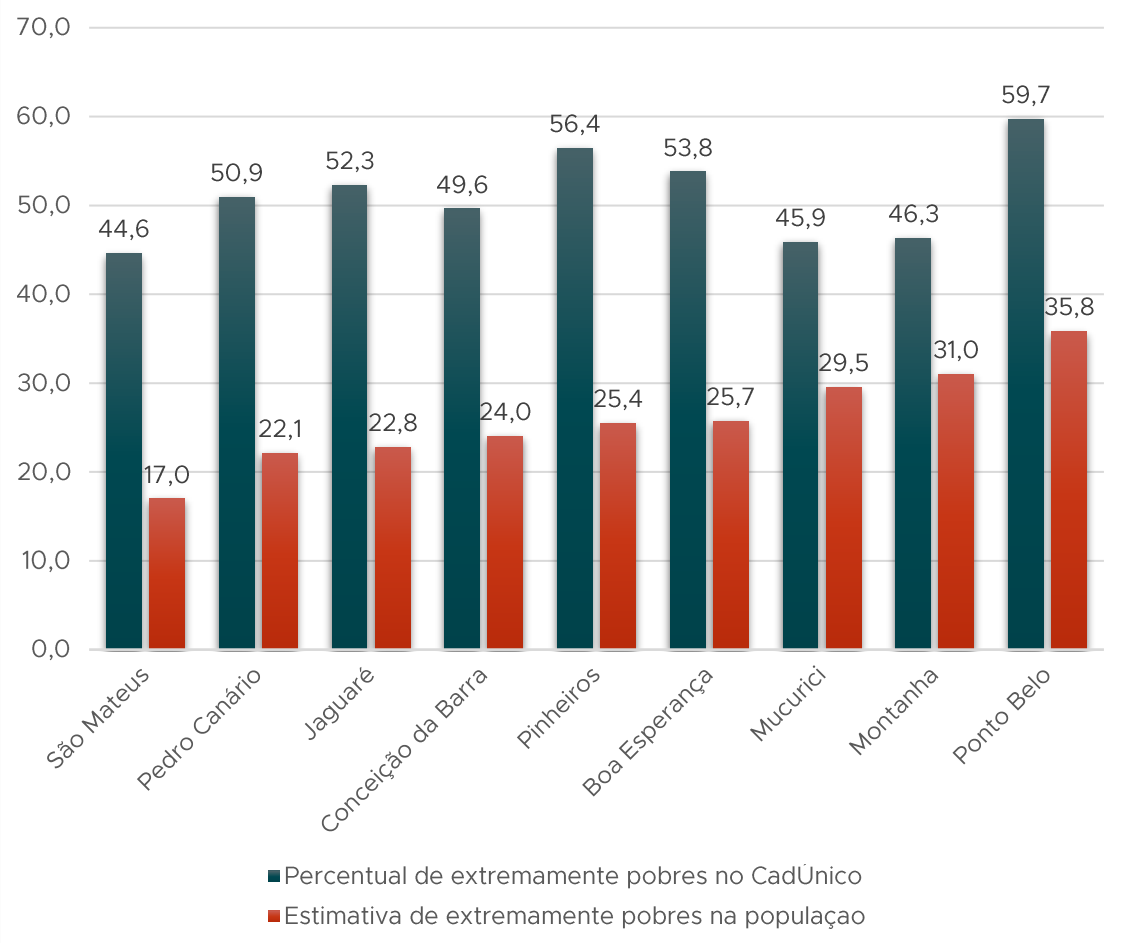
Gráfico 18 – Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por município da microrregião Nordeste, 2019



Fontes: Cadastro Único, Março de 2019. IBGE Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

Ponto Belo (59,7%), Pinheiros (56,4%) e Boa esperança (53,8%) apresentaram os percentuais de extremamente pobres no CadÚnico mais elevados da microrregião Nordeste (Gráfico 19). De outro lado, São Mateus (44,6%), Mucurici (45,9%) e Montanha (46,3%) apresentaram os menores percentuais de extremamente pobres cadastrados. Os municípios de Ponto Belo (35,8%), Montanha (31,0%) e Mucurici (29,5%), presentaram as três maiores estimativas de pobres na população. Tal como ocorre na pobreza, a microrregião Nordeste apresentou a segunda maior estimativa de extremamente pobres na população (21,7%). Os municípios de São Mateus (17,0%), Pedro Canário (22,1%) e Jaguaré (22,8%) apresentaram as menores estimativas de extremamente pobres na população.

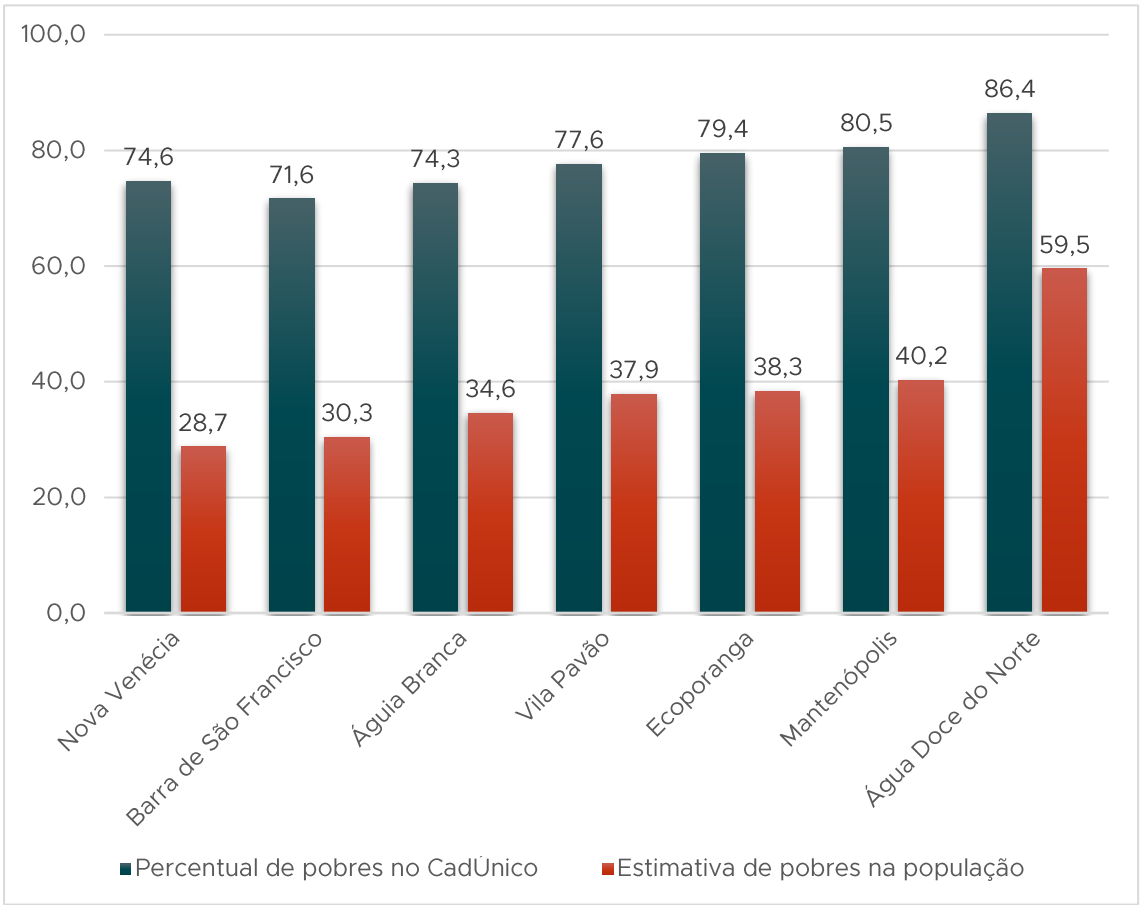
Gráfico 19 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população por município da microrregião Nordeste, 2019



Fontes: Cadastro Único, Março de 2019. IBGE Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

Na microrregião Noroeste, Água Doce do Norte (86,4%), Mantenópolis (80,5%) e Ecoporanga (79,4%) apresentaram os percentuais de pobres no CadÚnico mais elevados (Gráfico 20). De outro lado, Barra de São Francisco (71,6%), Águia Branca (74,3%) e Nova Venécia (74,6%) apresentaram os menores percentuais de pobres cadastrados. Os municípios de Água doce do Norte (59,5%), Mantenópolis (40,2%) e Ecoporanga (38,3%) presentaram as maiores estimativas de pobres na população. Cabe lembrar que, entre as microrregiões do estado, a Noroeste apresentou a maior estimativa de pobres na população (34,5%). Água Doce do Norte foi o Município capixaba com a maior estimativa de pobres na população (59,5%) e o terceiro maior percentual de pobres no Cadastro Único (86,4%), entre todos os municípios do Espírito Santo. A diferença na estimativa de pobres entre o município de Água doce do Norte e Mantenópolis, município com a segunda maior estimativa da microrregião, alcançou 19,3 p.p. Os municípios da microrregião Noroeste com as três menores estimativas de pobres na população foram Nova Venécia (28,7%), Barra de São Francisco (30,3%) e Águia Branca (34,6%).

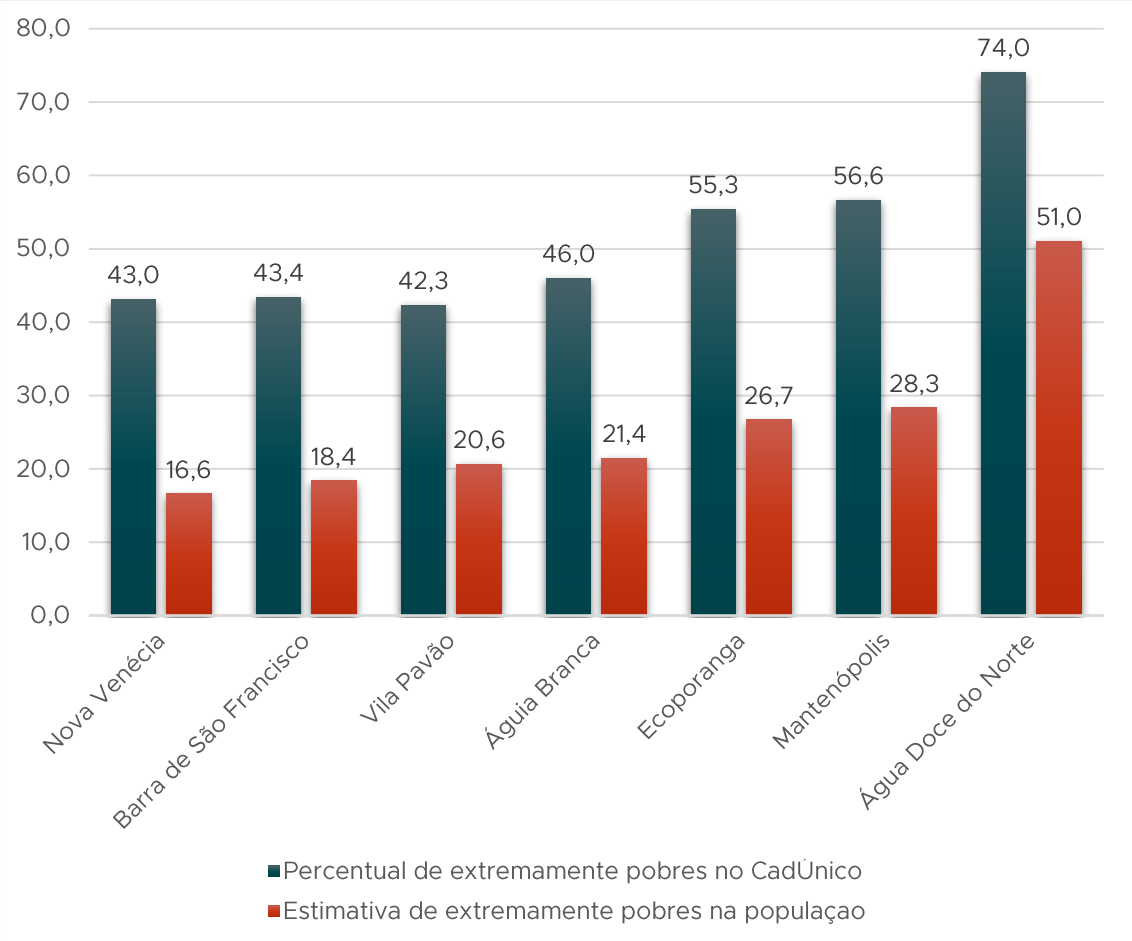
Gráfico 20 – Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por município da microrregião Nordeste, 2019



Fontes: Cadastro Único, Março de 2019. IBGE Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

Os municípios de Água Doce do Norte (74,0%), Mantenópolis (56,6%) e Ecoporanga (55,3%) apresentaram os três percentuais de extremamente pobres no CadÚnico mais elevados da microrregião Noroeste (Gráfico 21). De outro lado, Vila Pavão (42,3%), Nova Venécia (43,0%) e Barra de São Francisco (43,4%) apresentaram os três menores percentuais de pobres cadastrados entre os municípios da microrregião. As três maiores estimativas de pobres na população entre os municípios da microrregião Noroeste foram de Água doce do Norte (51,0%), Mantenópolis (28,3%) e Ecoporanga (38,3%). Tal como ocorre com a pobreza, a microrregião Noroeste apresentou a mais elevada estimativa de extremamente pobres na população (34,5%). Água Doce do Norte foi também o Município capixaba com a maior estimativa de extremamente pobres na população (59,5%) e o maior percentual de extremamente pobres no Cadastro Único (74,0%). Os municípios da microrregião Noroeste com as três menores estimativas de extremamente pobres na população foram Nova Venécia (16,6%), Barra de São Francisco (18,4%) e Vila Pavão (20,6%).

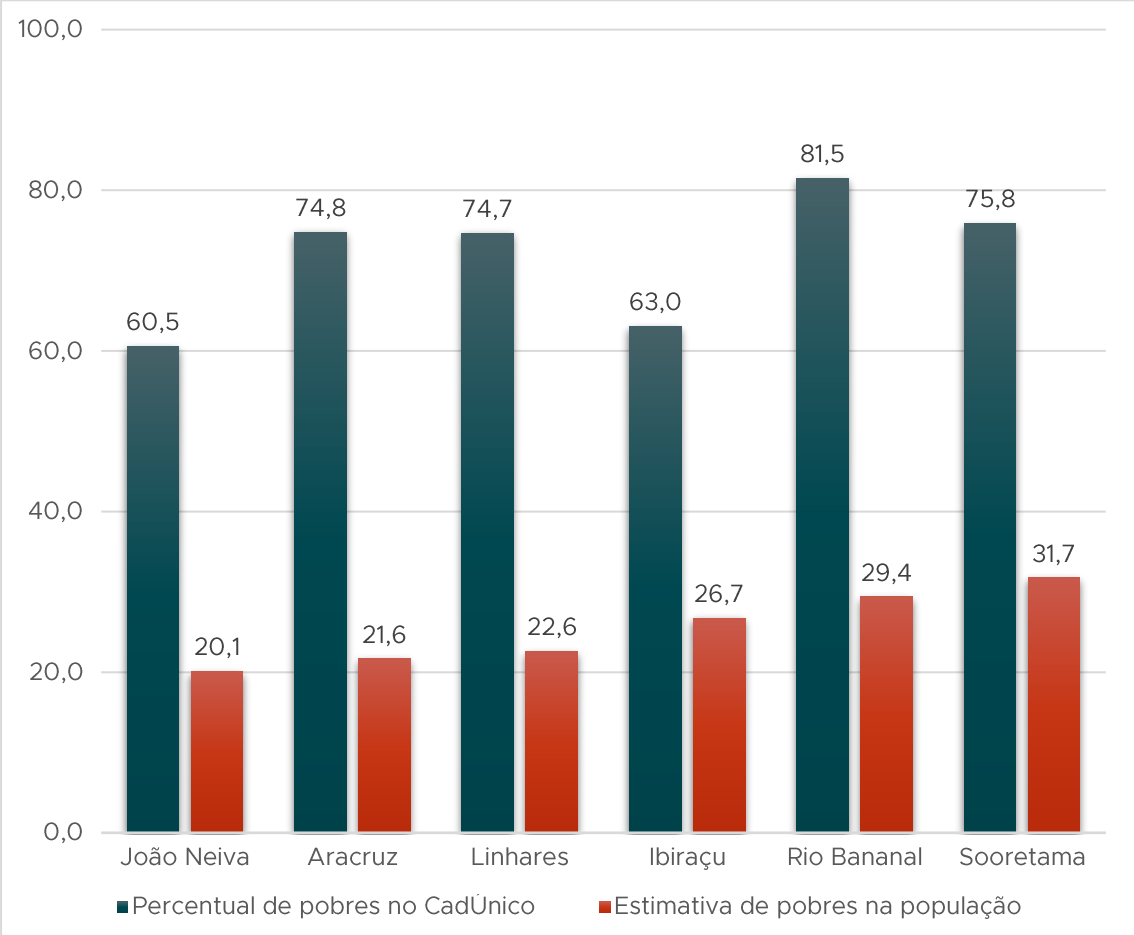
Gráfico 21 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população por município da microrregião Noroeste, 2019



Fontes: Cadastro Único, Março de 2019. IBGE Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

Entre os municípios da microrregião Rio Doce (Gráfico 22) Rio Bananal apresentou o percentual de pobres mais elevado entre as pessoas cadastradas no CadÚnico (81,5%). Sooretama, Aracruz e Linhares apresentam números próximos. João Neiva e Ibiraçu apresentaram os menores percentuais da microrregião (60,5% e 63%, respectivamente). Sooretama (31,7%), Rio Bananal (29,4%) e Ibiraçu (31,7%) apresentaram as maiores estimativas de pobres na população. Os municípios com as estimativas mais baixas da microrregião foram João Neiva (20,1%), Aracruz (21,6%) e Linhares (22,6%).

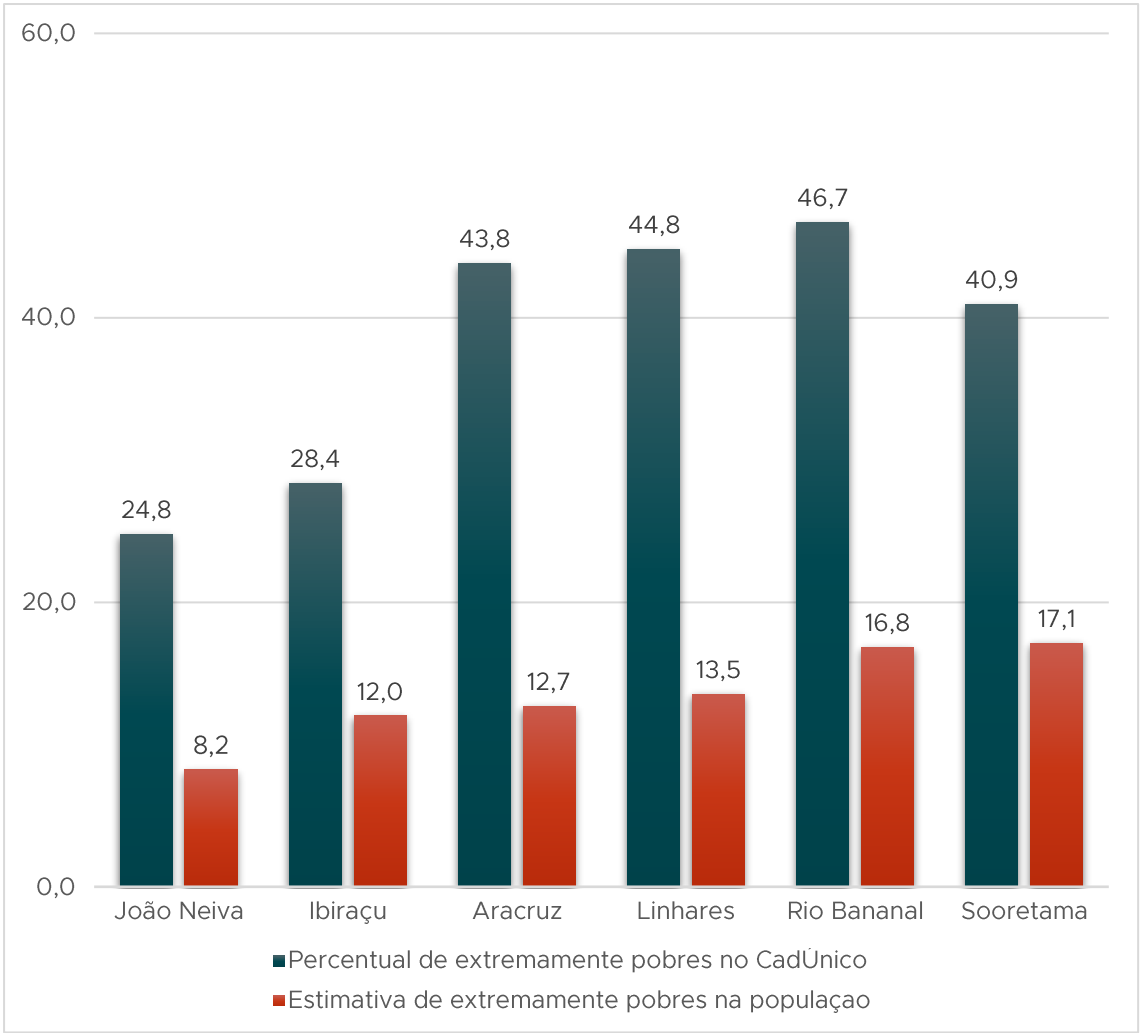
Gráfico 22 – Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por município da microrregião Rio Doce, 2019



Fontes: Cadastro Único, Março de 2019. IBGE Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

Observando-se os dados de extrema pobreza da microrregião Rio Doce (Gráfico 23), nota-se que os municípios de Rio Bananal (46,7%), Linhares (44,8%) e Aracruz (43,8%) apresentaram os maiores percentuais de extremamente pobres no CadÚnico. Os municípios de João Neiva (24,8%) e Ibiraçu (28,4%) destacam-se com os percentuais mais baixos da microrregião. Sooretama (17,1%) e Rio Bananal (16,8%) apresentaram as maiores estimativas de extremamente pobres na população. O município de João Neiva destaca-se com a menor estimativa de extremamente pobres na população (8,2%).

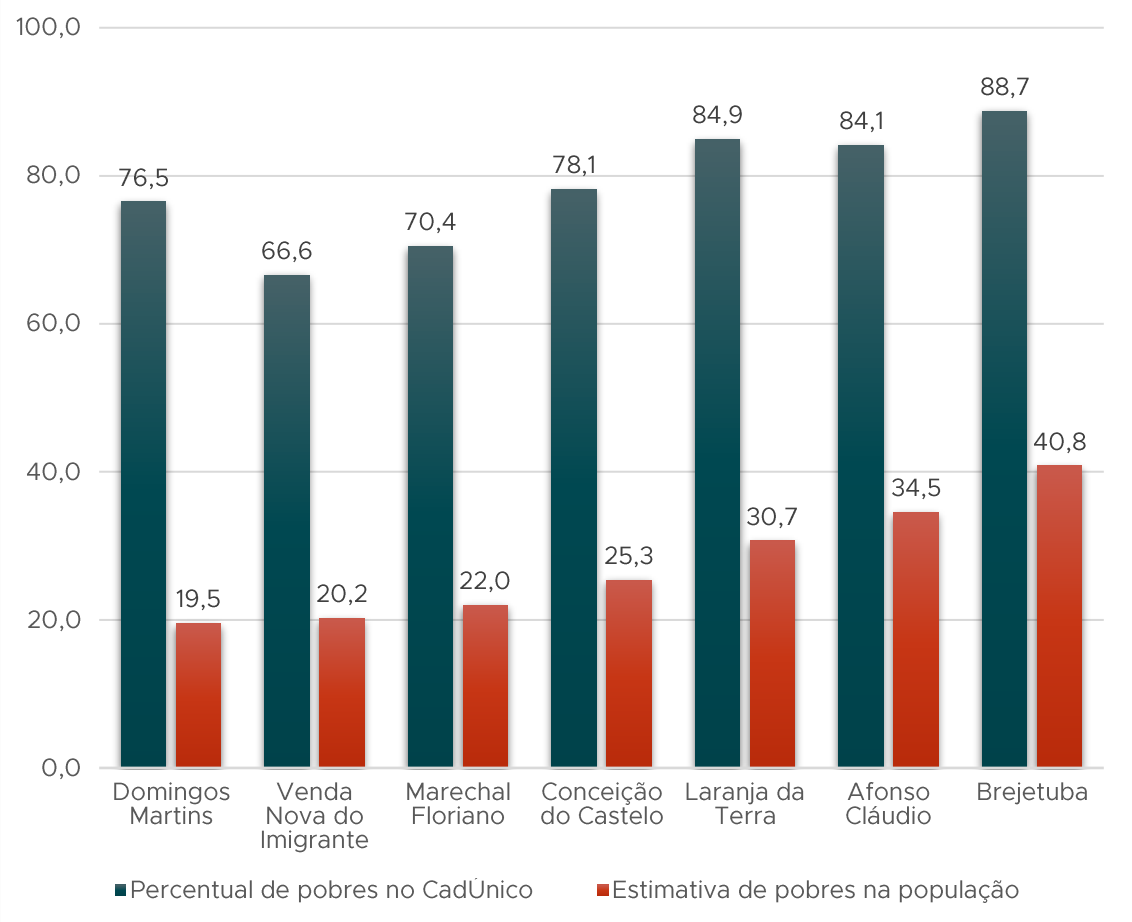
Gráfico 23 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população por município da microrregião Rio Doce



Fontes: Cadastro Único, Março de 2019. IBGE Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

O Gráfico 24 apresenta os dados de pobreza da microrregião Sudoeste Serrana. Os municípios com os três maiores percentuais de pobres no CadÚnico foram Brejetuba (88,7%), Laranja da Terra (84,9%) e Afonso Cláudio (84,1%). Vale ressaltar que o município de Brejetuba possui o segundo maior percentual de pobres entre as pessoas cadastradas no CadÚnico e a décima maior estimativa de pobres na população entre todos os municípios capixabas. Os municípios de Venda Nova do Imigrante (66,6%) e Marechal Floriano (70,4%) destacam-se com os menores percentuais de pobres no CadÚnico da microrregião. Brejetuba (40,8%), Afonso Cláudio (34,5%) e Laranja da Terra (30,7%) apresentaram as maiores estimativas de pobres da microrregião. De outro lado Domingos Martins (19,5%), Venda Nova (20,2%) e Marechal Floriano (22,0%) apresentaram as menores estimativas de pobres na população.

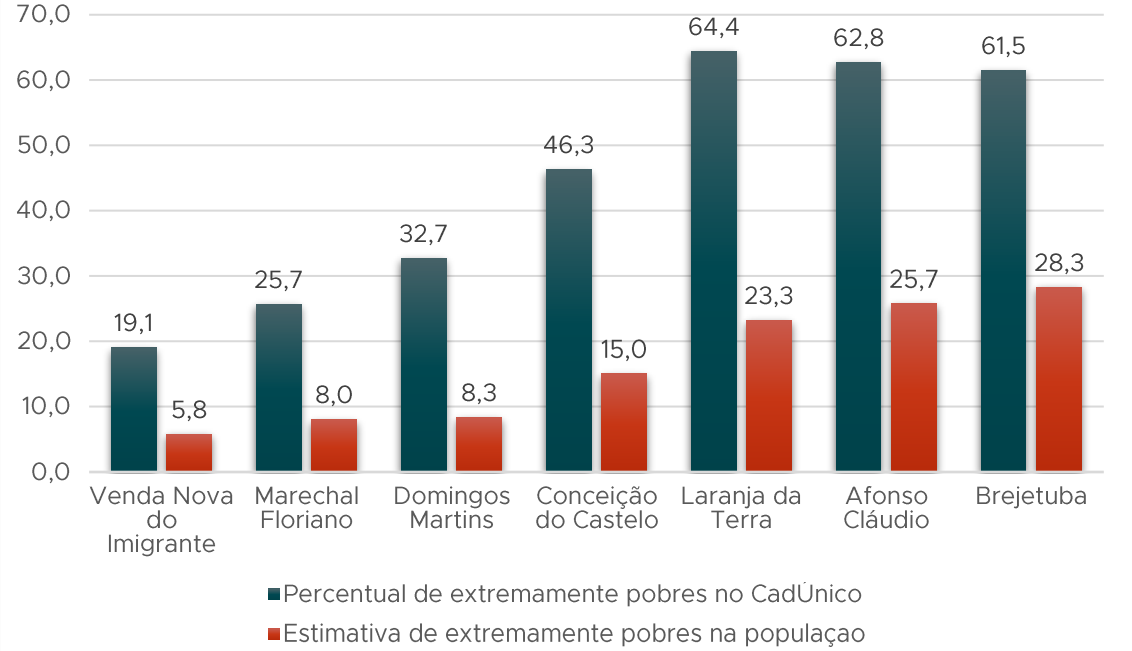
Gráfico 24 – Percentual de pobres no CadÚnico e estimativa de pobres na população por município da microrregião Sudoeste Serrana, 2019



Fontes: Cadastro Único, Março de 2019. IBGE Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

Observando-se os dados de extrema pobreza da microrregião Sudoeste Serrana (Gráfico 25), nota-se que Laranja da Terra (64,4%), Afonso Cláudio (62,8%) e Brejetuba (61,5%), apresentaram os três maiores percentuais de extremamente pobres no CadÚnico. Os municípios de Venda Nova do Imigrante (19,1%), Marechal Floriano (25,7%) e Domingos Martins (32,7%) destacam-se com os menores percentuais de extremamente pobres no CadÚnico. Tal como ocorre com os dados de pobreza, os municípios de Brejetuba (28,3%), Afonso Cláudio (25,7%) e Laranja da Terra (23,3%) apresentaram as maiores estimativas de extremamente pobres da microrregião. De outro lado Venda Nova (5,8%), Marechal Floriano (8,0%) e Domingos Martins (8,3%), apresentaram as menores estimativas de pobres na população.

Gráfico 25 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico e estimativa de extremamente pobres na população por município da microrregião Sudoeste Serrana, 2019



Fontes: Cadastro Único, Março de 2019. IBGE Diretoria de Pesquisas - DPE - Coordenação de População e Indicadores Sociais - COPIS. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

3.3 Pobreza e extrema pobreza no CadÚnico por situação do domicílio, Espírito Santo e microrregiões

De forma geral a pobreza urbana e a rural apresentam formas de privações semelhantes, entretanto a pobreza rural possui algumas especificidades. Estudos têm apontado que a pobreza no Brasil se apresenta de forma ainda mais severa nas áreas rurais, face as maiores dificuldades de acesso a serviços públicos

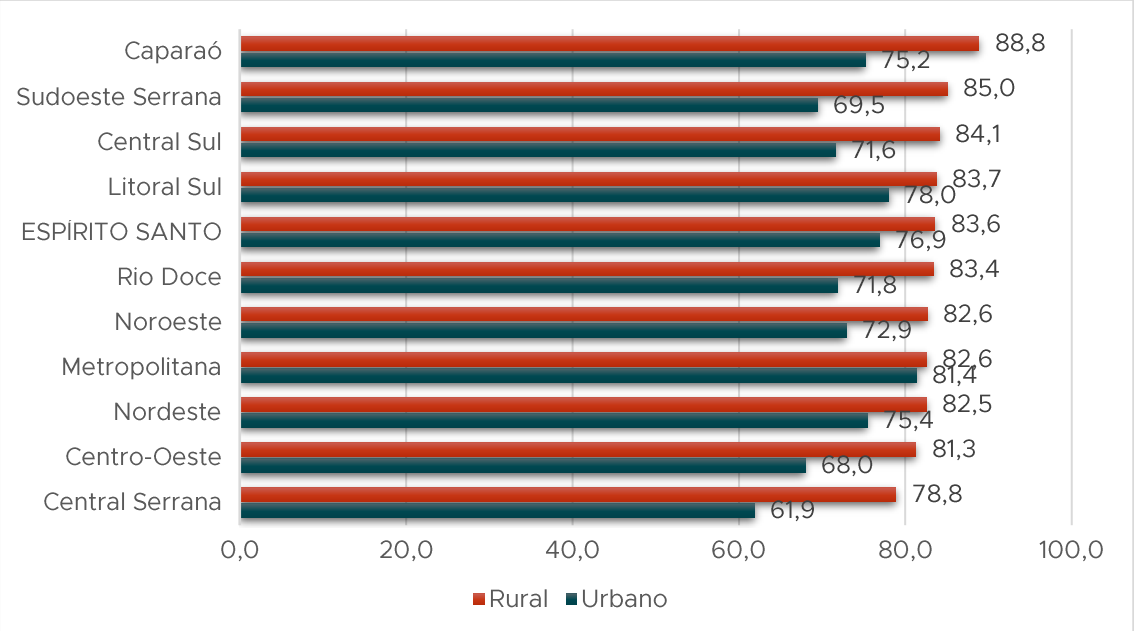
básicos como saúde, assistência, educação e a maior precariedade observada no tocante a habitação (MALUF; MATTEI, 2011; COSTA; COSTA, 2016)

Além da ampliação do acesso à serviços básicos, em abordagens multidimensionais da pobreza sobressaem a questão do acesso à terra, considerado um fator fundamental de exclusão (MALUF; MATTEI, 2011).

Outros fatores também são primordiais na redução da pobreza em áreas rurais como a modernização e diversificação econômica, o aumento da qualidade da produção, a ampliação e o incremento da agricultura familiar. Nessas áreas em que as oportunidades de inserção no mundo do trabalho pela via formal ou informal não são tão amplas quanto nas zonas urbanas os desafios de reduzir a pobreza e a extrema pobreza tornam-se ainda maiores. Nesse cenário as recomendações para a superação da pobreza rural têm adotado como estratégia central a ampliação das políticas de segurança alimentar tendo em vista manter ou reativar as cadeias de produção fundamentais para o desenvolvimento local.

No Espírito Santo a proporção de pobres entre pessoas cadastradas no CadÚnico que vivem em áreas rurais (83,6%) é 6,7 p.p. superior a proporção de pobres entre pessoas que vivem em áreas urbanas (76,9%). Em todas as microrregiões do estado a proporção de pobres foi superior nas áreas rurais, a maior diferença foi registrada na microrregião Central Serrana 17 p.p. As microrregiões com maior proporção de pessoas cadastradas em áreas rurais vivendo em situação de pobreza foram Caparaó (88,8%), Sudoeste Serrana (85,0%) e Central Sul (84,1%). A microrregião metropolitana apresentou proporções próximas entre as áreas rurais e urbanas.

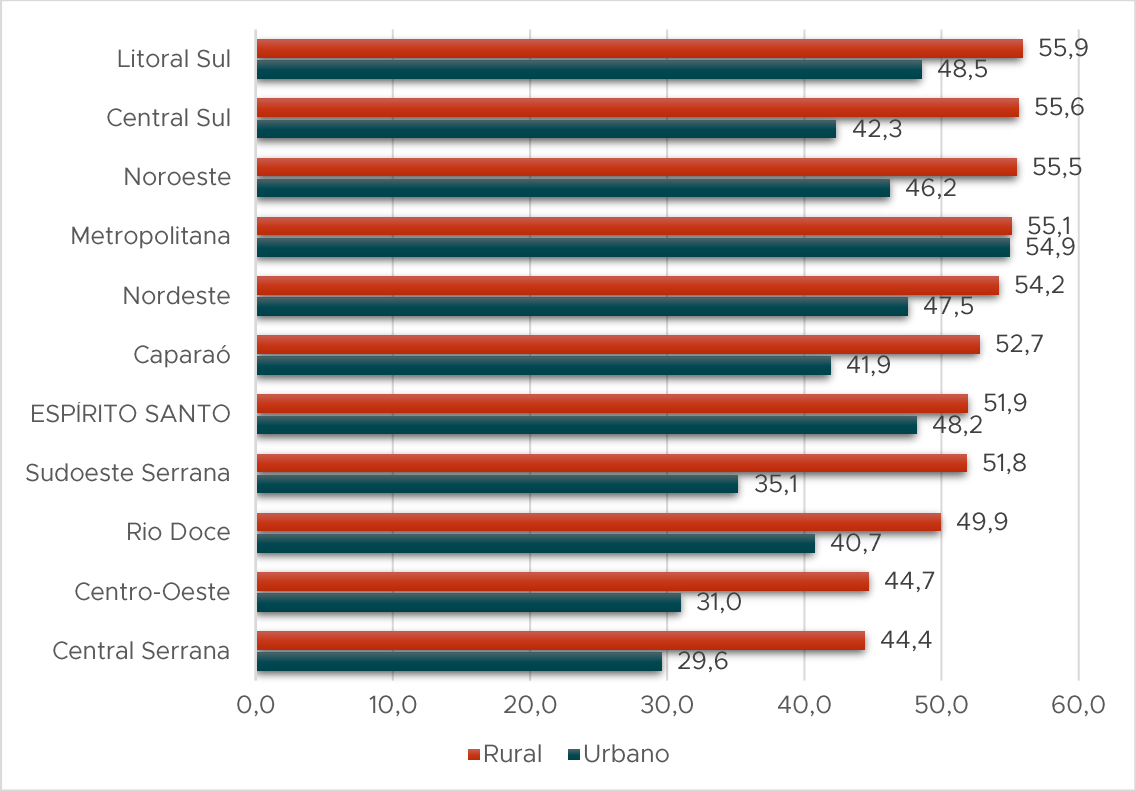
Gráfico 26 – Percentual de pobres cadastrados, por situação do domicílio, 2019



Fonte: Cadastro Único, Março de 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

A proporção de pessoas extremamente pobres entre pessoas cadastradas que vivem em áreas rurais foi de 51,9%, 3,7 p.p. acima da proporção de pessoas extremamente pobres vivendo em áreas urbanas (48,2%). Tal como ocorre com a pobreza a proporção de extremamente pobres na população cadastrada que vive em áreas rurais é superior em todas as microrregiões, a maior diferença ocorreu na Sudoeste Serrana 16,7 p.p. As microrregiões que apresentaram as maiores proporções de pessoas cadastradas em situação de extrema pobreza dentre as que vivem em áreas rurais foram Litoral Sul (55,9%), Central Sul (55,6%) e Noroeste (55,5%). A microrregião metropolitana registou uma diferença na proporção de extremamente pobres em área rural 0,2 p.p. acima da urbana.

Gráfico 27 – Percentual de extremamente pobres cadastrados, por situação do domicílio, 2019



Fonte: Cadastro Único, Março de 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

3.4 Pobres inscritos no CadÚnico por raça/cor, Espírito Santo e microrregiões

A análise dos dados de pobreza por raça/cor (Gráfico 28) revela que no Espírito Santo entre os indígenas cadastrados no CadÚnico observou-se a maior proporção de pessoas com renda per capita inferior a linha de pobreza (82,7%). Amarelos e negros apresentaram respectivamente 81,9% e 80,5%. A menor proporção de pobres foi observada entre brancos 72,0%.

Esses dados podem ser melhor analisados a luz de outro dado que corresponde a distribuição de pessoas inscritas no Cadastro Único por raça/cor. Dentre as pessoas inscritas no CadÚnico, a distribuição por raça/cor, aferida por autodeclaração, configura-se: 63,5% pardas, 9,1% pretas e 26,5% brancas. Observa-se que a categoria negros, que é o somatório de pretos e pardos, resulta em 72,6% das pessoas inscritas no Cadastro Único. A categoria outra com 0,9%, abrange 0,62% de amarelos e 0,27%e de indígenas.

De acordo com a PNAD contínua anual de 2019 a distribuição da população por raça/cor configura-se: negros 61,1%, brancos 38,2% e outra 0,7%.[16] A comparação entre os dois universos revela que o percentual de negros na população cadastrada no Cadastro Único no estado (72,6%) foi 11,5p.p. superior ao percentual observado na população do estado (61,1%). A categoria outra no cadastro (0,9%) foi 0,2 p.p. superior ao percentual observado na população do estado (0,7%). De outro lado, a população de brancos no Cadastro Único 26,5% foi 11,7 p.p. inferior ao percentual de brancos na população do estado.

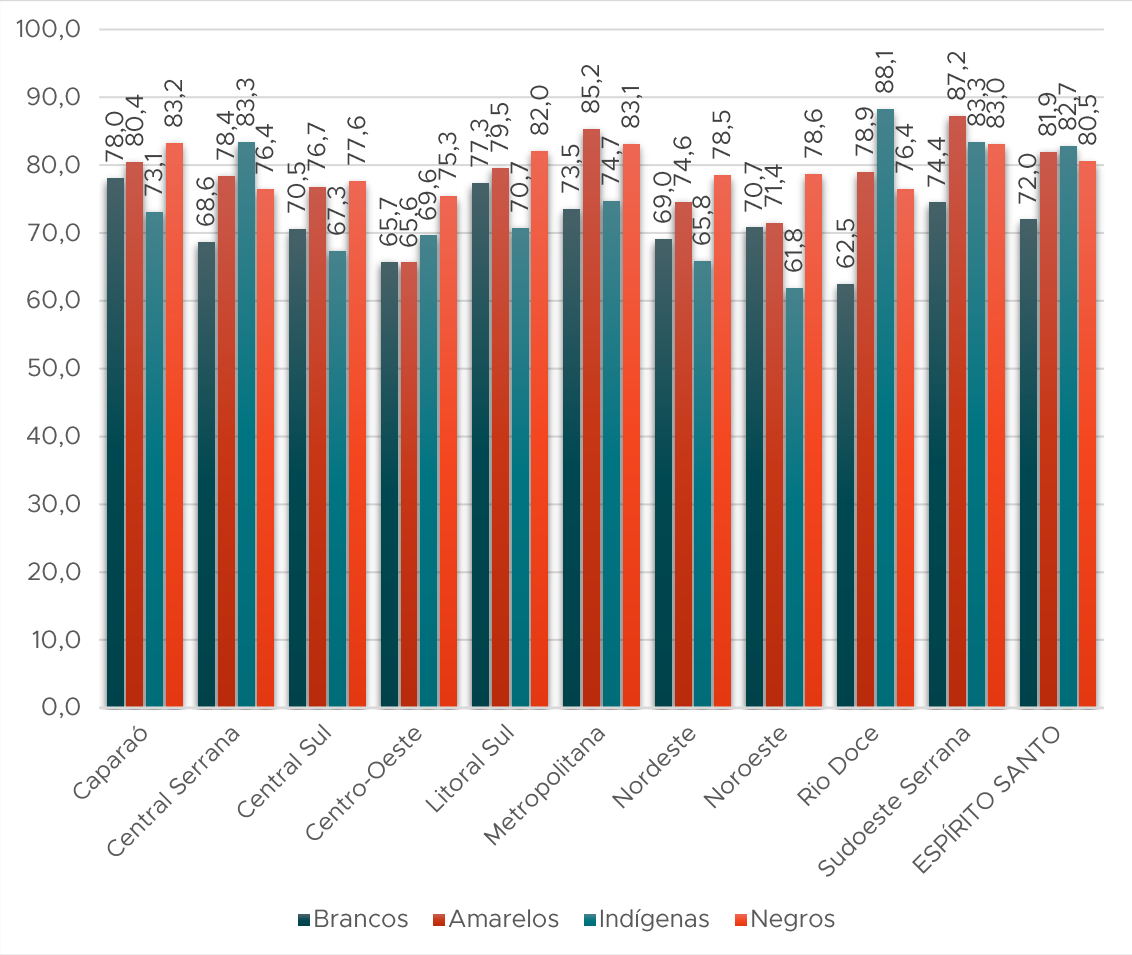
Comparando negros e brancos que correspondem as categorias mais representativas entre os inscritos nota-se que a proporção de negros é 8,5 p.p. superior à de brancos. Não por acaso, entre as dez microrregiões do Espírito Santo os negros apresentaram a maior proporção de pobres em seis (6), a saber: Caparaó (83,2%), Central Sul (77,6%), Centro-Oeste (75,3%), Litoral Sul (82,0%), Nordeste (78,5%), Noroeste (78,6%).

Na microrregião metropolitana observa-se a seguintes proporções de pobres entre os grupos por cor ou raça/cor: 85,2% dos amarelos, 83,1% dos negros, 74,7% dos indígenas e 73,5% dos brancos.

A microrregião Rio Doce apresenta a maior concentração de indígenas no Espírito Santo. As etnias Tupiniquim e Guarani que são as mais representativas do estado encontram-se aldeadas no município de Aracruz. Nessa microrregião a proporção de indígenas com renda per capita inferior a linha de pobreza alcança 88,1%. Além do enfrentamento da questão da pobreza monetária os indígenas ainda lutam pela efetiva demarcação e respeito a suas terras, seus sistemas tradicionais de saúde, educação, tradições e modos de vida considerados entre os indígenas como ainda mais fundamentais do que o acesso à renda.

[16] Nos dados da PNAD a categoria outra é formada pela soma de indígenas e amarelos.

Gráfico 28 – Percentual de pobres no CadÚnico por raça/cor, Espírito Santo e microrregião, 2019



Fonte: Cadastro Único, Março de 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

3.5 Extremamente pobres inscritos no Cadastro Único por raça/cor, Espírito Santo e microrregiões

Entre os Indígenas também observa-se a maior proporção de extremamente pobres entre a população cadastrada no Cadastro Único no Espírito Santo (59,0%). A proporção de amarelos na extrema pobreza é de 54,1%. Entre os negros cadastrados no estado 51,7% vivem em situação de extrema pobreza. Entre brancos 41,3% também se encontram nessa condição (Gráfico 29).

A comparação do percentual de extremamente pobres entre cada uma das duas categorias mais representativas em termos quantitativos no estado revela que a proporção de extremamente pobres entre negros é 10,4 p.p. superior à proporção entre brancos.

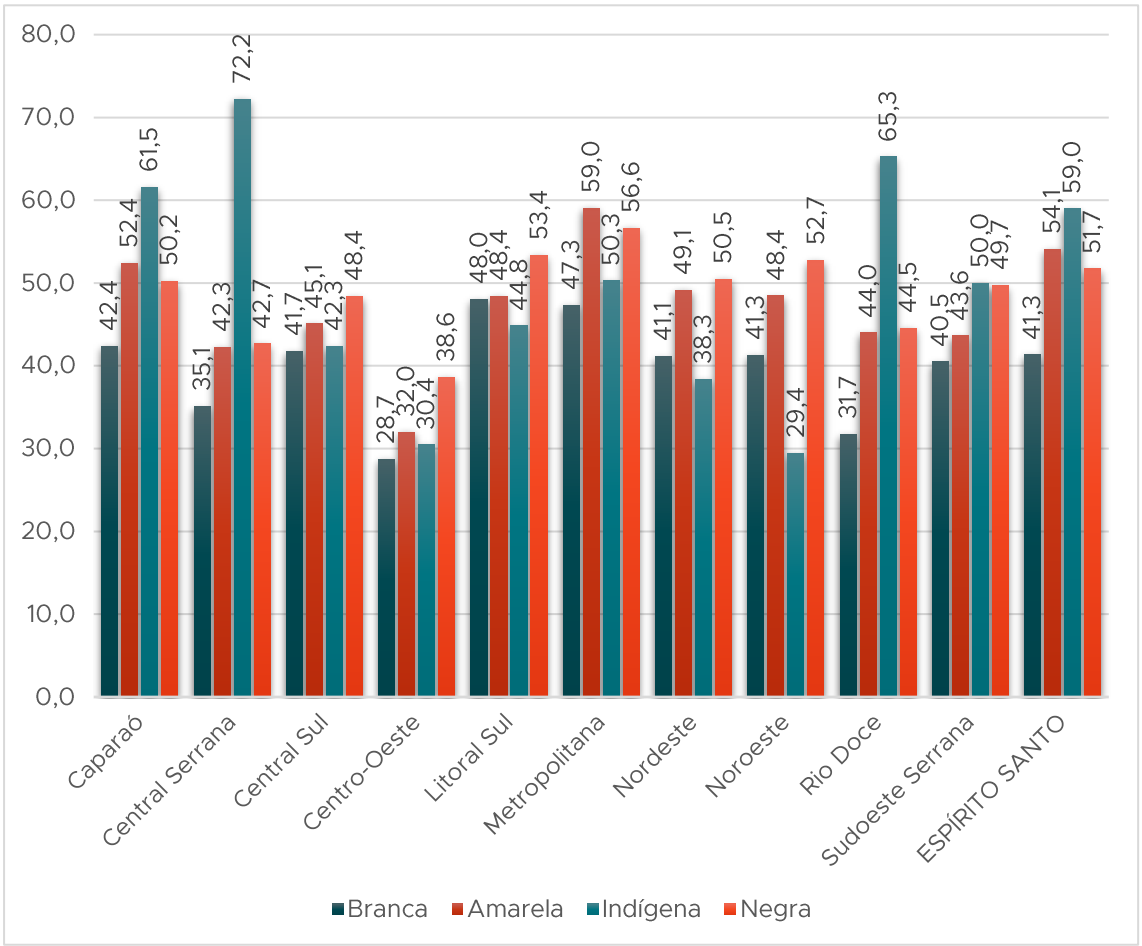
Na microrregião Rio Doce, onde está a maior concentração de indígenas aldeados do estado, a proporção de indígenas com renda per capita inferior a linha de extrema pobreza alcança 65,3%. Além desta os indígenas também

apresentaram a maior proporção de extremamente pobres nas microrregiões Central Serrana (72,2%), Caparaó (61,5%) e Sudoeste Serrana (50,0%).

A proporção entre pessoas cadastradas de raça/cor negra que vivem na extrema pobreza foi a maior observada em 5 microrregiões, quais sejam: Central Sul 48,4%, Centro-Oeste 38,6%, Litoral Sul 53,4%, Nordeste 50,5%, Noroeste 52,7%.

As proporções de extremamente pobres entre pessoas cadastradas na microrregião metropolita por raça/cor configura-se da seguinte forma: amarelos 59,0%, negros 56,6%, indígenas 50,3%; brancos 47,3%.

Gráfico 29 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico por cor ou raça, Espírito Santo e microrregião, 2019



Fonte: Cadastro Único, Março de 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

3.6 Pobreza e extrema pobreza por sexo da população cadastrada no Cadastro Único, Espírito Santo e microrregiões

A análise da distribuição dos pobres por sexo na população cadastrada no CadÚnico precisa ser feita de forma mais cuidadosa para evitar interpretações rasas que possam subestimar a desigualdade de sexo e os efeitos que ela acarreta.

Inicialmente é preciso observar que a renda familiar per capita variável utilizada nos estudos de pobreza por si só já dificulta uma análise mais aprofundada da desigualdade entre os sexos, uma vez que essa renda é dividida entre os membros da família, especificamente no caso do Cadastro Único entre indivíduos que a partilham independente de relações de parentesco. Isso inviabiliza captar a desigualdade entre os indivíduos de sexo oposto tal como se observa nas varáveis de renda de todos os trabalhos ou de todas as fontes presentes na PNAD-Contínua anual.

Isso posto, é importante notar que as pessoas de sexo feminino correspondem a 55,7% da população cadastrada no estado e representam 55,9% do total de pobres, uma diferença de (0,2 p.p.). Esses dados poderiam sugerir, de forma equivocada, que as pessoas do sexo feminino são maioria entre os pobres por serem a maioria na população cadastrada, entretanto, deixando de lado a ineficiência da renda domiciliar per capita no tocante a captar a desigualdade de gênero, esse dado demonstra que o sexo feminino é maioria também entre a população de baixa renda, uma vez que o Cadastro Único tem por finalidade proporcionar o acesso às políticas públicas.

As microrregiões com maior parcela de pessoas do sexo feminino na população pobre e extremamente pobre foram: Metropolitana (57,8% e 58,9% respectivamente); Rio Doce (56,5% e 57,8%, respectivamente) e Nordeste (55,7% e 57,2%, respectivamente).

Quadro 3 – Participação % por sexo na população total cadastrada e na população pobre e extremamente pobre cadastrada no Espírito Santo, por microrregião, 2019

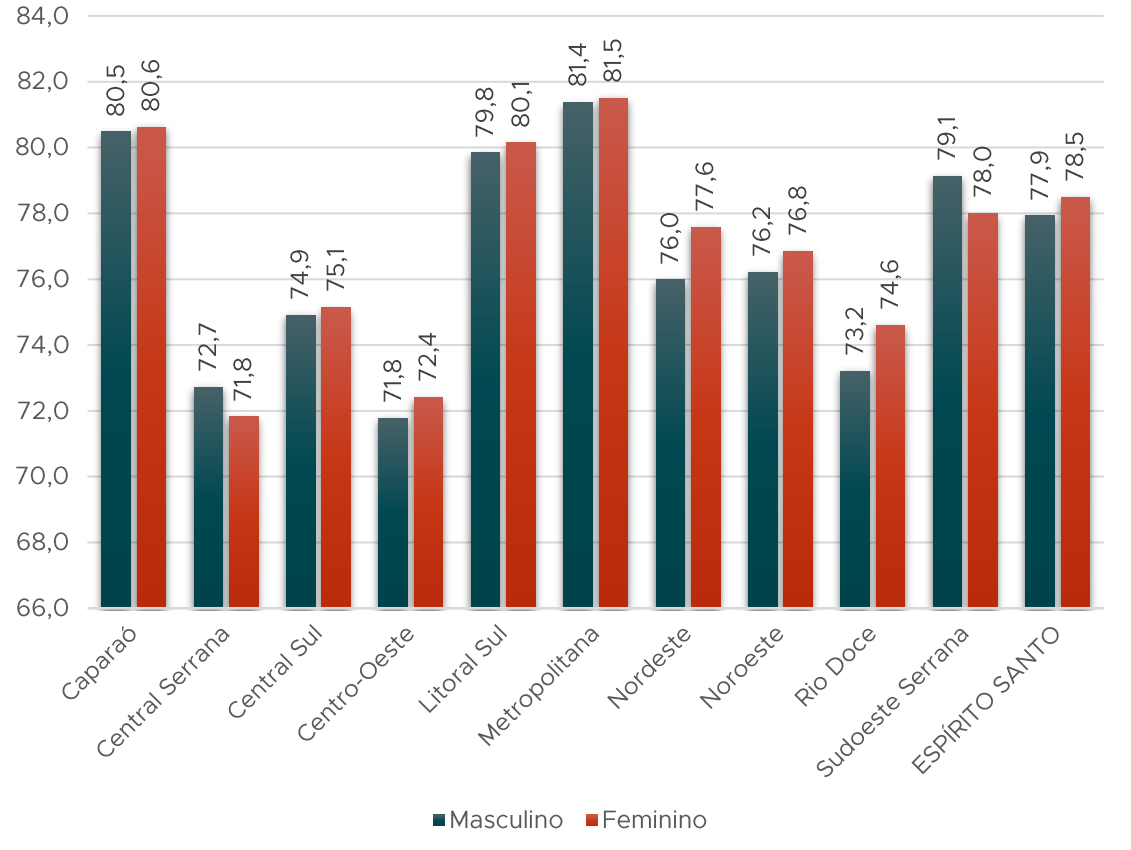
Microrregião	% de cadastrados do sexo masculino	% de cadastradas do sexo feminino	% Pobres sexo masculino	% Pobres sexo feminino	% ext. Pobres sexo masculino	% ext. Pobres sexo feminino
Metropolitana	42,2	57,8	42,2	57,8	41,1	58,9
Rio Doce	44,0	56,0	43,5	56,5	42,2	57,8
Nordeste	44,8	55,2	44,3	55,7	42,8	57,2
ESPÍRITO SANTO	44,3	55,7	44,1	55,9	42,9	57,1
Central Sul	44,5	55,5	44,4	55,6	43,2	56,8
Centro-Oeste	45,8	54,2	45,5	54,5	44,3	55,7

Litoral Sul	45,9	54,1	45,8	54,2	45,2	54,8
Noroeste	46,7	53,3	46,5	53,5	45,4	54,6
Caparaó	46,8	53,2	46,8	53,2	45,6	54,4
Sudoeste Serrana	47,7	52,3	48,0	52,0	47,7	52,3
Central Serrana	48,1	51,9	48,4	51,6	47,7	52,3

Fonte: Cadastro Único, Março de 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

Os dados expostos no Gráfico 30 revelam que entre as pessoas do sexo feminino cadastradas 78,5% são pobres, ao passo que entre pessoas do sexo masculino esse dado corresponde a 77,9%. As maiores diferenças na proporção de pessoas do sexo feminino pobres comparativamente as do sexo masculino pobres ocorrem nas microrregiões nordeste (+1,6 p.p.) e Rio doce (1,4 p.p). Apenas duas microrregiões registraram proporção de pessoas do sexo masculino pobres mais elevada que de pessoas do sexo feminino, foram elas: Sudoeste (+1,1 p.p.) e Central Serrana (+0,9 p.p.).

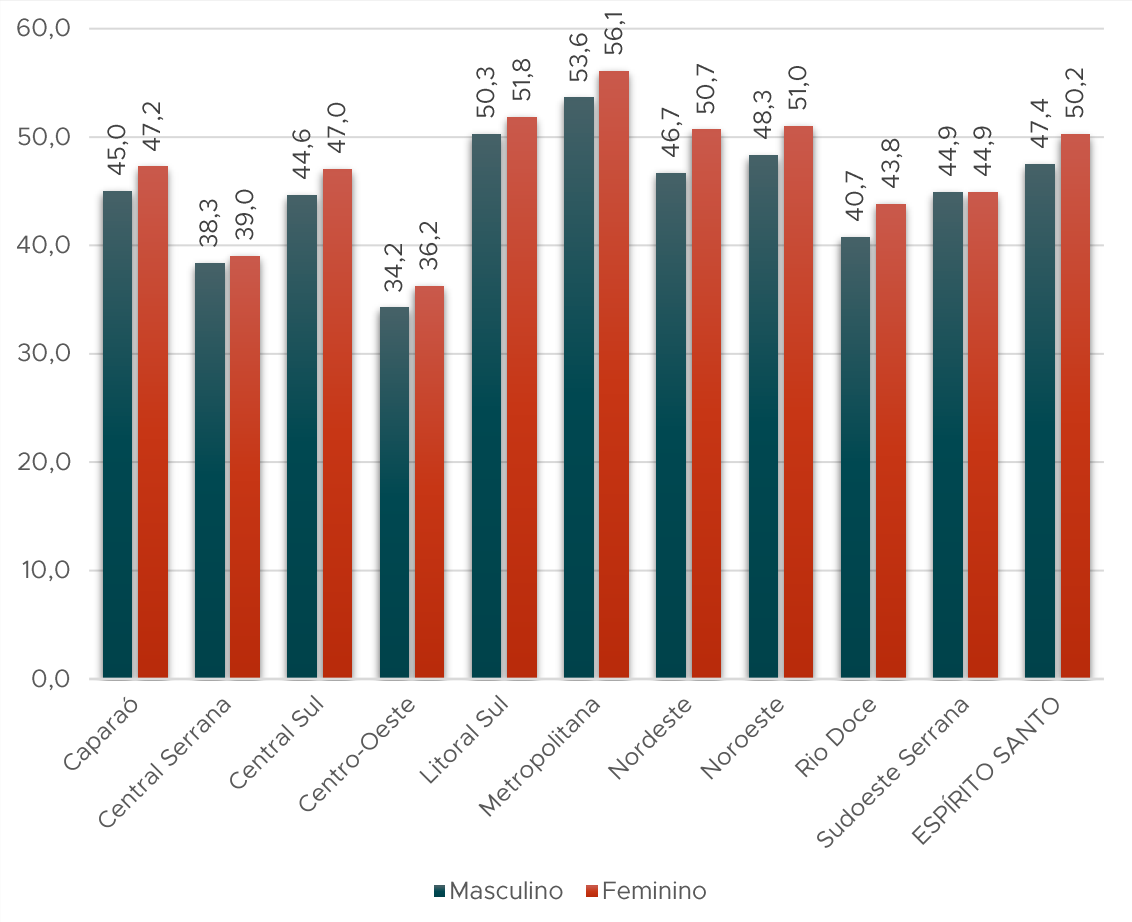
Gráfico 30 – Percentual de pobres por sexo no Espírito Santo e microrregião, 2019



Fonte: Cadastro Único, Março de 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

O percentual de pessoas do sexo feminino entre os extremamente pobres cadastradas no estado foi 50,2%, 2,8 p.p. maior que a proporção de pessoas do sexo masculino entre os extremamente pobres (47,4%). Nota-se que a diferença no percentual de extremamente entre os sexos (2,8 p.p.) é superior àquela observada na proporção de pobres (0,6 p.p.). Ou seja, a proporção de pessoas do sexo feminino é ainda maior entre aqueles que vivem com menos de US$ 1,90 (PPC 2011) dia por pessoa. A proporção de pessoas do sexo feminino vivendo na pobreza extrema foi superior à de pessoas do sexo masculino em todas as microrregiões do estado exceto na Sudoeste Serrana que apresenta proporções iguais entre os sexos. As maiores diferenças foram observadas nas microrregiões Nordeste (+4,0p.p.), Rio Doce (+3,1 p.p.) e Noroeste (+2,7 p.p).

Gráfico 31 – Percentual de extremamente pobres entre pessoas do sexo masculino e feminino, Espírito Santo e microrregiões, 2019



Fonte: Cadastro Único, Março de 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

3.7 Pobres e extremamente pobres inscritos no Cadastro Único no Espírito Santo entre os diferentes segmentos étnico raciais e sexo

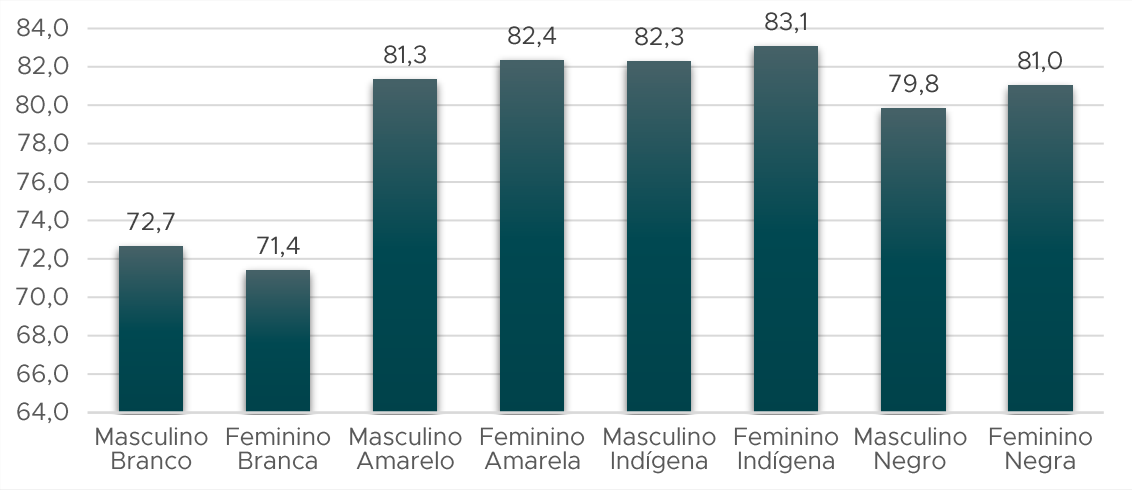
A análise dos dados de pobreza e extrema pobreza a partir do cruzamento das variáveis de cor ou raça e sexo traz contornos mais precisos e nítidos para essa questão multifacetada.

Os dados demonstram que a questão étnico racial e de gênero produzem efeitos que se somam e revelam a face mais cruel da desigualdade inclusive entre os mais pobres.

As pessoas do sexo feminino apresentaram a maior proporção de pobres no estado em todas as categorias de cor ou raça, exceto entre brancos (- 1,2 p.p.). A maior proporção de pobres foi observada entre pessoas indígenas do sexo feminino (83,1%) 11,7 p.p. a mais que a proporção observada entre pessoas brancas do sexo feminino (71,4%), a menor entre todas as categorias. Entre as pessoas de sexo feminino e raça/cor negra, categoria mais representativa numericamente no cadastro, observou-se uma proporção de pobres (81,0%) 9,6 p.p. superior à notada entre pessoas do sexo feminino de raça/cor branca. Observa-se que as mulheres indígenas, amarelas e negras sentem ao mesmo tempo os efeitos de pertencer a um determinado grupo étnico e racial e da condição social de serem mulheres.

É importante notar que o preconceito racial que atinge os negros apresenta uma especificidade entre os indígenas. A construção de uma identidade nacional assentada na fábula das três raças produziu a ideologia da democracia racial. Nesse contexto, em que emerge um novo padrão interpretativo das relações raciais, a positividade da mestiçagem parece ofuscar a violência e o racismo característico das relações raciais no Brasil, negava-se ao negro até o reconhecimento histórico de um passado marcado por dor e sofrimento. Um contexto em que as relações sociais só poderiam ser relatadas de tal maneira se observadas da varanda da casa-grande. De outro lado, tal construção ajudou a consolidar no imaginário nacional a imagem do índio como uma figura idealizada portadora de uma cultura petrificada e presa ao passado. Como consequência dessa idealização o indígena sofre atualmente o duplo preconceito por ser índio e ao mesmo tempo por supostamente deixar de sê-lo. Em tal visão não são consideradas as mudanças causadas por transformações potencializadas pela inserção do indígena na sociedade envolvente, pela recorrente redução de suas terras, tampouco se considera o fato de que a cultura é dinâmica, afinal não vivemos como nossos avós e não perdemos nossa identidade por isso.

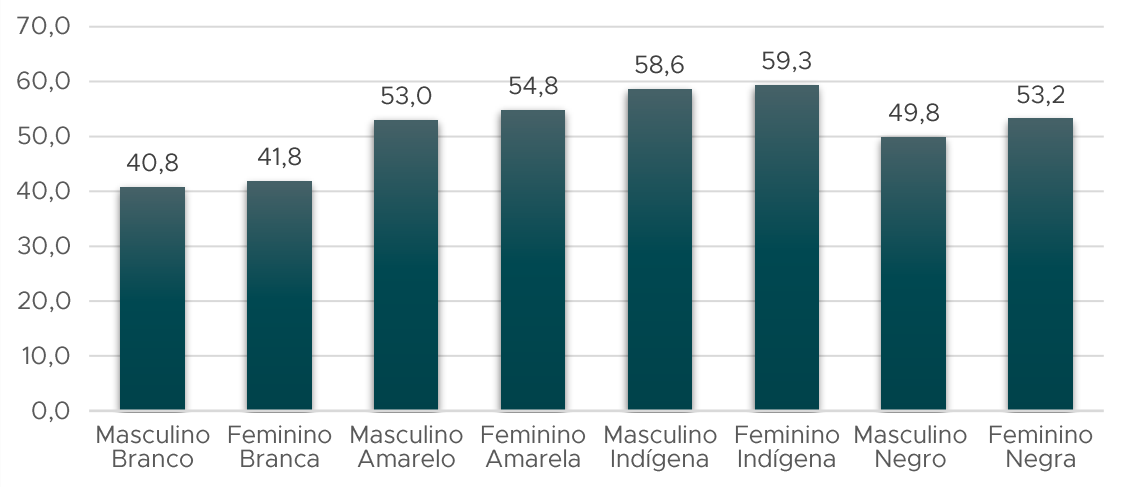
Gráfico 32 – Percentual de pobres no CadÚnico entre os diferentes segmentos étnico raciais por sexo, Espírito Santo, 2019



Fonte: Cadastro Único, Março de 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

Os efeitos da condição de mulher se ampliam quando a renda observada é a da linha de extrema pobreza. Conforme se observa no Gráfico 33 as pessoas de sexo feminino apresentaram proporções mais elevadas em todas as categorias de raça/cor. Indígenas do sexo feminino também apresentaram a maior proporção de extremamente pobres 59,3% comparativamente ao branco do sexo masculino que apresentou o menor percentual entre todas as categorias 40,8% a diferença foi de +18,5 p.p. A proporção de pessoas do sexo feminino de raça//cor amarela vivendo na extrema pobreza alcançou 54,8%, a proporção de negros do sexo feminino extremamente pobres foi de 53,2%. A maior diferença na proporção de extremamente pobres entre os sexos da mesma categoria de cor ou raça foi registrada entre negros 3,4 p.p.

Gráfico 33 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico entre os diferentes segmentos étnico raciais por sexo, Espírito Santo, 2019



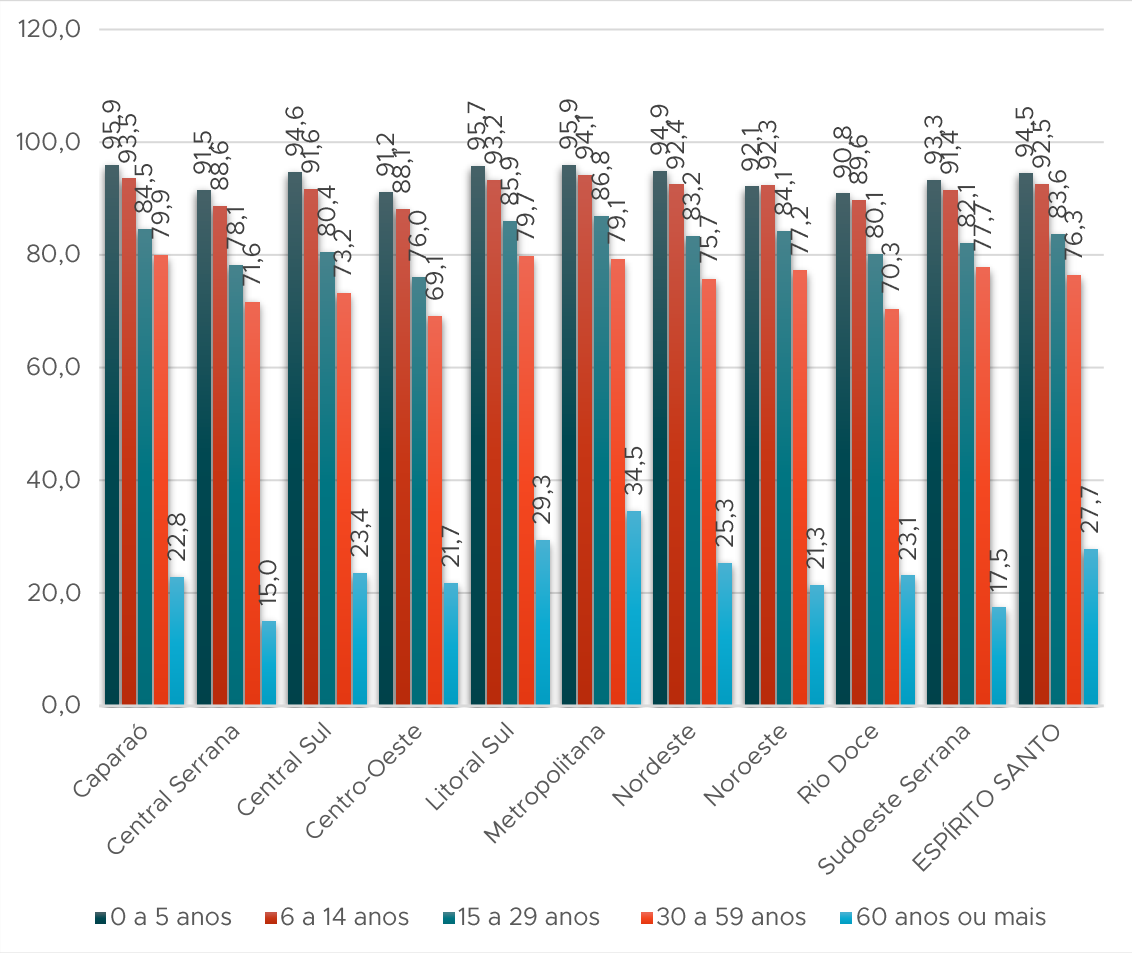
Fonte: Cadastro Único, Março de 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

3.8 Pobres e extremamente pobres por faixa etária

No Espírito Santo conforme se observa no Gráfico 34 a faixa etária com a maior proporção de pessoas vivendo em domicílios com renda familiar inferior a US$ 5,50 per capita dia (PPC 2011) é a de 0 a 5 anos (94,5%), que corresponde a Primeira Infância, período no qual a alimentação balanceada, o afeto e os estímulos cognitivos adequados são mais necessários e apresentam efeitos positivos ou negativos cujos efeitos serão notados por todas as demais etapas da vida.

Esse dado remete para um desafio considerável em termos de políticas públicas, uma vez que ele abrange a maioria do seu público elegível face a ampla cobertura no Cadastro Único da população pobre e extremamente pobre do estado. As microrregiões Caparaó (95,9%), Metropolitana (95,9%) e Litoral Sul (95,7%) apresentaram as proporções de crianças na primeira infância vivendo na pobreza mais elevadas do estado. A faixa etária com a segunda maior proporção de pobres entre as pessoas cadastradas no estado foi a de 6 a 14 anos 92,5%. Nessa faixa as microrregiões Metropolitana (94,1%), Caparaó (93,5%) e Litoral Sul (93,2%) apresentaram os percentuais mais elevados. A proporção de pobres diminui nas faixas etárias a medida em que elas atingem a idade que permite o ingresso no trabalho formal ou informal. A proporção de pessoas pobres de 15 a 29 e de 30 a 59 anos cadastradas no estado foi de 83,6% e 76,3%, respectivamente. Essa proporção diminui ainda mais na faixa de 60 anos ou mais, quando as pessoas são alcançadas pelos direitos previdenciários e pelo benefício de prestação continuada BPC. A proporção de pobres entre as pessoas de 60 anos ou mais no Espírito Santo é de 27,7%. A microrregião Metropolitana apresentou a maior proporção de pobres com 60 anos ou mais (34,5%) ao passo que a microrregião Central Serrana apresentou a menor proporção 15,0%.

Gráfico 34 – Percentual de pobres no CadÚnico por faixa etária, Espírito Santo e microrregiões, 2019

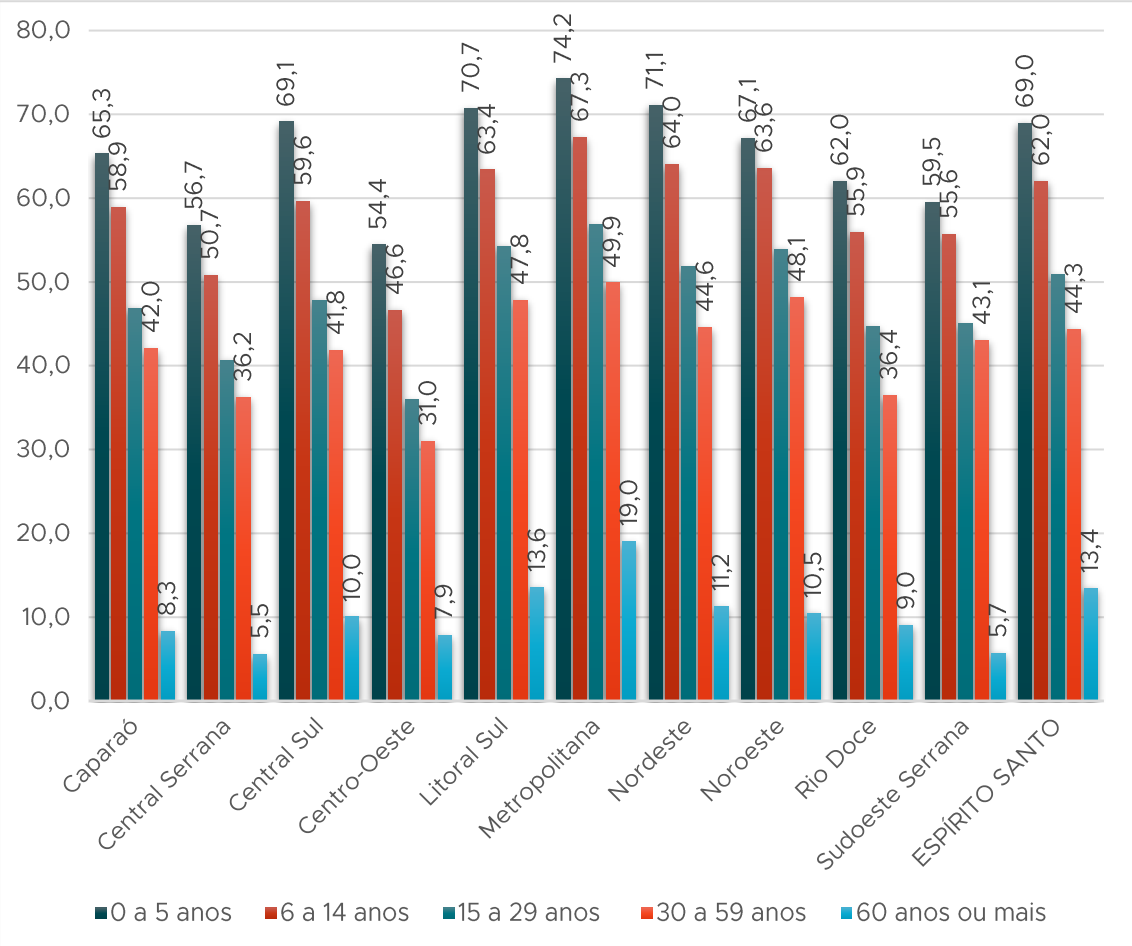


Fonte: Cadastro Único, Março de 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

A faixa etária de 0 a 5 anos que corresponde a primeira infância também apresenta a maior proporção de pessoas com renda inferior a linha de extrema pobreza de US$ 1,90 per capita dia, (PPC, 2011) no estado (69,0%). A microrregião Metropolitana apresentou o maior percentual (74,2%), na sequência aparecem as microrregiões Nordeste (71,1%) e Litoral Sul (70,7%). Esse dado expõe uma realidade desafiadora para o estado do Espírito Santo e revela a importância das políticas públicas de transferência de renda com foco prioritário nas famílias com crianças na primeira infância, como o Bolsa Capixaba. A faixa de 6 a 14 anos apresenta a segunda maior proporção de pessoas cadastradas vivendo na extrema pobreza no estado (62,0%). As microrregiões com os percentuais mais elevados nessa faixa também foram, Metropolitana (67,3) Nordeste (64,0%) e Litoral Sul (63,4%). Tal como ocorre com a pobreza os percentuais de pessoas na extrema pobreza diminuem a medida em que as faixas de idade aumentam. Entre os jovens, de 15 a 29 anos, 50,8% das pessoas inseridas no Cadastro Único são extremamente pobres, entre as pessoas de 30 a 59 anos corresponde a 44,3% e entre as pessoas de 60 anos ou mais o percentual de pobres no estado foi de 13,4%. Tanto a pobreza como a extrema pobreza diminuem consideravelmente entre as pessoas com 60 anos ou mais dado que a partir dessa idade as pessoas

são alcançadas pelos benefícios assistências como o Benefício de Prestação Continuada e aposentadorias. A microrregião Central Serrana apresentou o menor percentual de pessoas com 60 anos ou mais vivendo na extrema pobreza (5,5%) enquanto a Metropolitana apresentou o maior 19,0%.

Gráfico 35 – Percentual de extremamente pobres no CadÚnico, por faixa etária, Espírito Santo e microrregiões, 2019



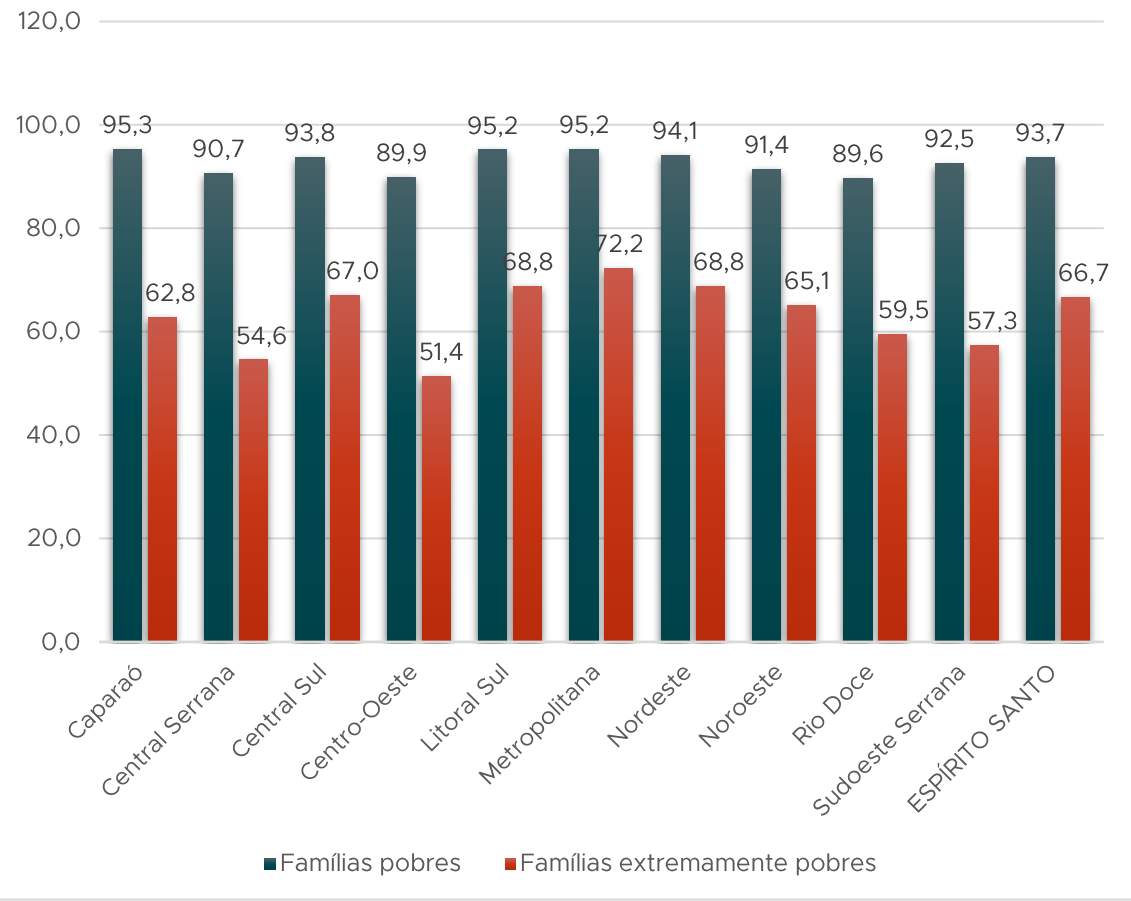
Fonte: Cadastro Único, Março de 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

3.9 Famílias com membros na primeira infância pobres e extremamente pobres

No Espírito Santo 93,7% das famílias no Cadastro Único com crianças na primeira infância (menores de 6 anos de idade) vivem em situação de pobreza (Gráfico 36). Como foi observado na seção anterior, esse período corresponde a faixa etária com a maior proporção de pessoas vivendo na pobreza e na extrema pobreza. As microrregiões com os percentuais mais expressivos de famílias pobres com crianças na primeira infância foram Caparaó (95,3%), Metropolitana (95,2%) e Litoral Sul (95,2%).

A proporção de famílias extremamente pobres com membros na primeira infância cadastradas no estado corresponde a 66,7%. As microrregiões com os percentuais mais elevados foram: Metropolitana (72,2%), Nordeste (68,6) e Litoral Sul (68,8%).

Gráfico 36 – Percentual de famílias pobres e extremamente pobres com crianças na primeira infância no CadÚnico, Espírito Santo e microrregiões, 2019



Fonte: Cadastro Único, Março de 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

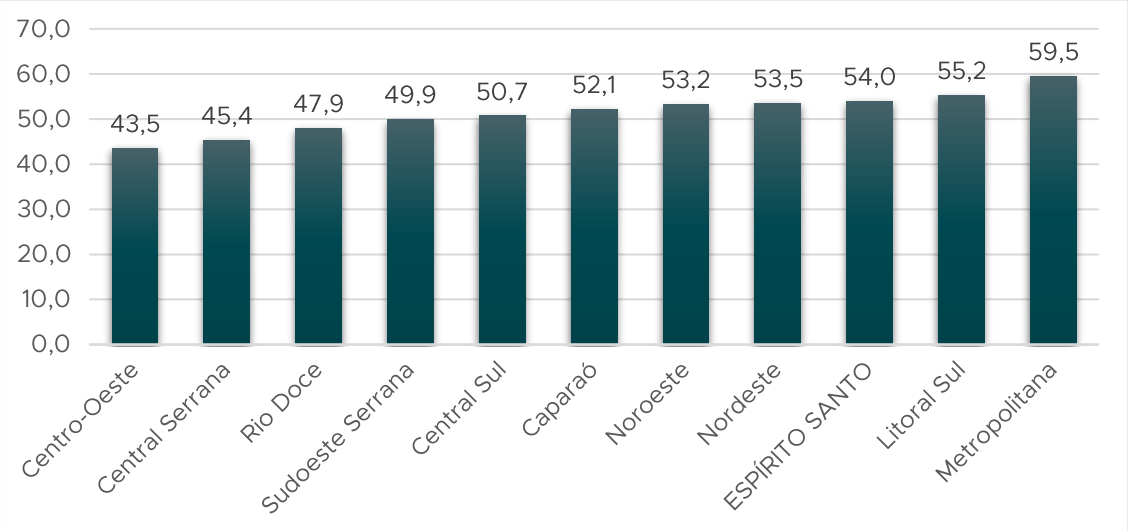
3.10 Hiato médio de pobreza e extrema pobreza da população inscrita no Cadastro Único, Espírito Santo e microrregiões

O hiato de pobreza (P1) (ou extrema pobreza) é o indicador que mensura a quantidade de recurso adicional que cada indivíduo abaixo da linha de pobreza (ou extrema pobreza) precisaria receber para que alcance a referida linha. O hiato médio de pobreza de um determinado grupo que pode ser a população de um dado município, uma microrregião, estado etc. indica quanto falta em média em termos monetários para que os indivíduos alcancem a linha de pobreza ou extrema pobreza.[17]

Na comparação com o Hiato a taxa de pobreza (ou percentual de pobres) apresenta a vantagem de ser mais simples e facilmente compreendida o que facilita a comunicação dos resultados para a sociedade, por outro lado o hiato de pobreza possibilita, além de mensurar a profundidade da pobreza em determinado território ou sociedade, calcular o custo de um programa de combate à pobreza, com base em uma transferência perfeitamente focalizada e sem considerar os gastos com a burocracia.

No Espírito Santo, o hiato de pobreza das famílias inscritas no Cadastro Único foi de 54,0%. Conforme observa-se no Gráfico 37, as microrregiões Metropolitana (59,5%) e a Litoral Sul (55,2%) registraram hiatos acima do apresentado pelo estado. Por outro lado, entre as microrregiões do estado as três que apresentaram os menores hiatos de pobreza foram Centro-Oeste (43,5%), Central Serrana (45,4%) e Rio Doce (47,9%).

Gráfico 37 – Hiato médio de pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico, por microrregião, 2019

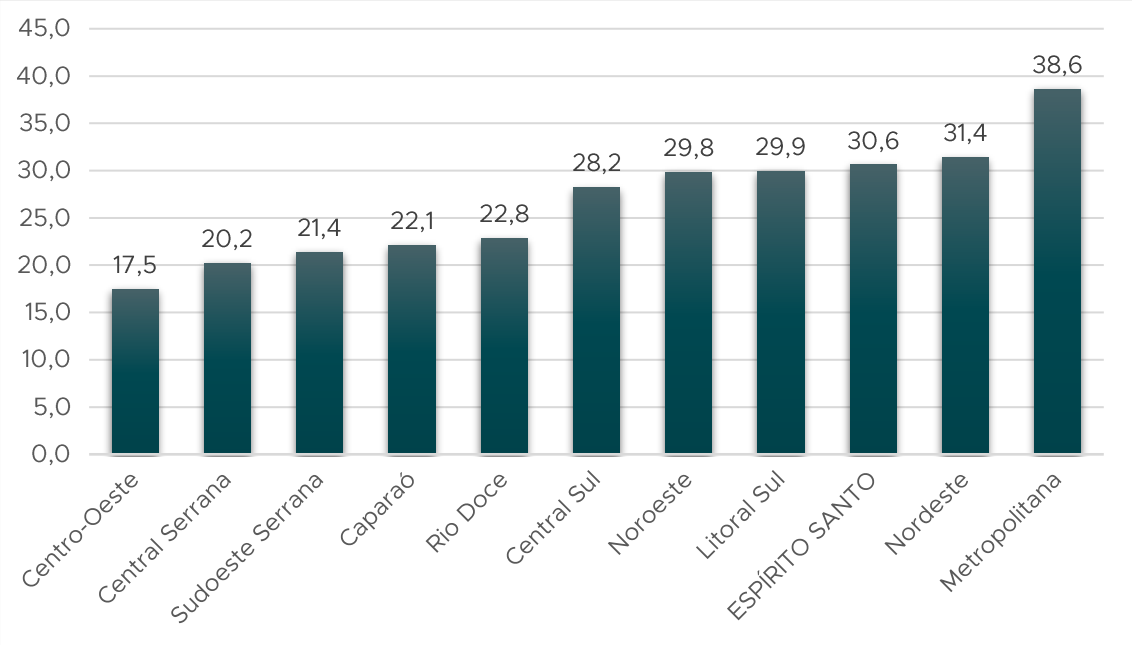


Fonte: Cadastro Único, Março de 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

[17] As linhas de pobreza e extrema pobreza utilizadas no cálculo são as linhas do Banco Mundial de US$ 5,50 e US$ 1,90 per capita dia (PPC 2011).

O Hiato de extrema pobreza da população cadastrada no Cadastro Único no Espírito Santo foi de 30,6%. Em termos monetários o capixaba encontra-se mais próximo de deixar a extrema pobreza do que a pobreza, ou seja, o aporte de recursos públicos para retirar as famílias da extrema pobreza no estado é menor do que o montante necessário para retirar aquelas que vivem na pobreza. Uma dificuldade adicional tem sido fazer com que as políticas públicas atinjam de fato essa parcela da população, em razão do elevado grau de vulnerabilidade e risco social que ela apresenta. As duas microrregiões que registraram hiato de extrema pobreza acima da média do estado foram Nordeste (31,4%) e Metropolitana (38,6%). As três microrregiões que registraram os menores hiatos de extrema pobreza do estado foram Centro-Oeste (17,5%), Central Serrana (20,2%) e Sudoeste Serrana (21,4%).

Gráfico 38 – Hiato médio de extrema pobreza da população do Espírito Santo inscrita no CadÚnico, por microrregião, 2019



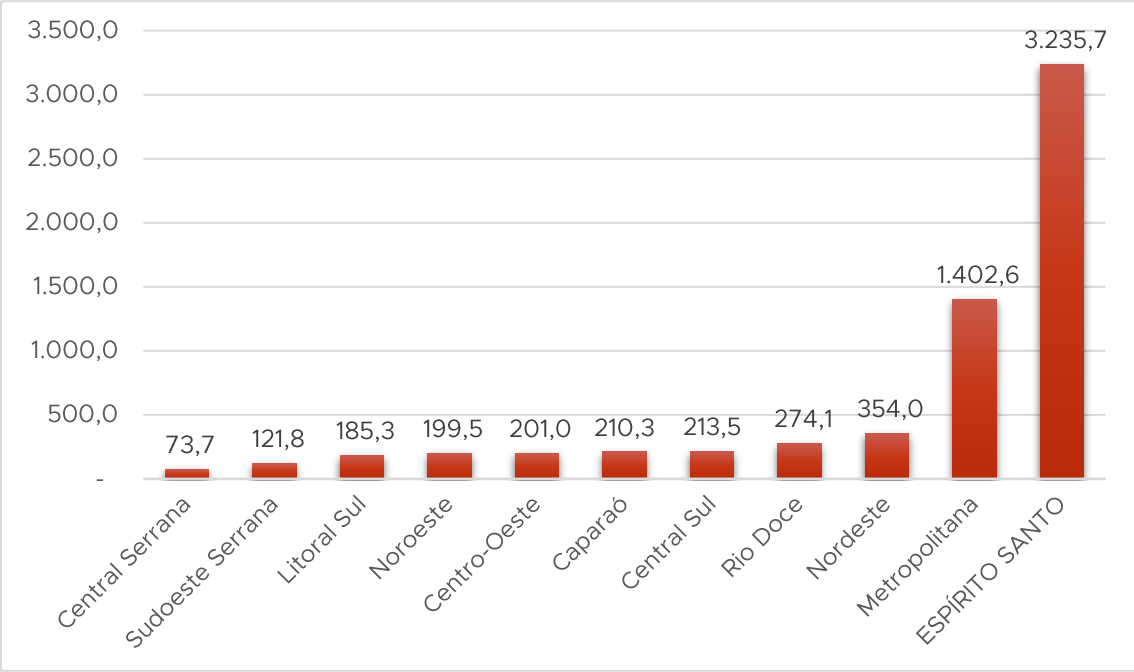
Fonte: Cadastro Único, Março de 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

3.11Volume de recursos necessários para erradicar a pobreza e a extrema pobreza, Espírito Santo e microrregiões

O volume de recursos anual para se erradicar a pobreza no Espírito Santo de acordo com os dados de renda per capita do Cadastro Único gira em torno de 3,2 bilhões de reais. Este valor representa cerca de 2,6% do Produto Interno Bruto – PIB capixaba (125,2 bilhões em 2019). É preciso considerar que esse cálculo não considera os recursos transferidos aos mais pobres por meio do Bolsa Família o que certamente reduziria o montante necessário para erradicação da pobreza no estado.

Segundo os dados do Cadastro Único, a microrregião do estado que exigiria o maior volume anual de recursos para erradicar a pobreza seria a Metropolitana, aproximadamente 1,4 bilhão de reais, face a maior concentração de pobres apresentada nessa microrregião. As microrregiões Nordeste e Rio Doce registraram o segundo e terceiro maior volume respectivamente, 354,0 e 274,1 milhões de reais. As microrregiões que necessitariam de um menor aporte de recursos para erradicar a pobreza seriam Central Serrana e Sudoeste Serrana respectivamente, 73,7 e 121,8 milhões de reais.

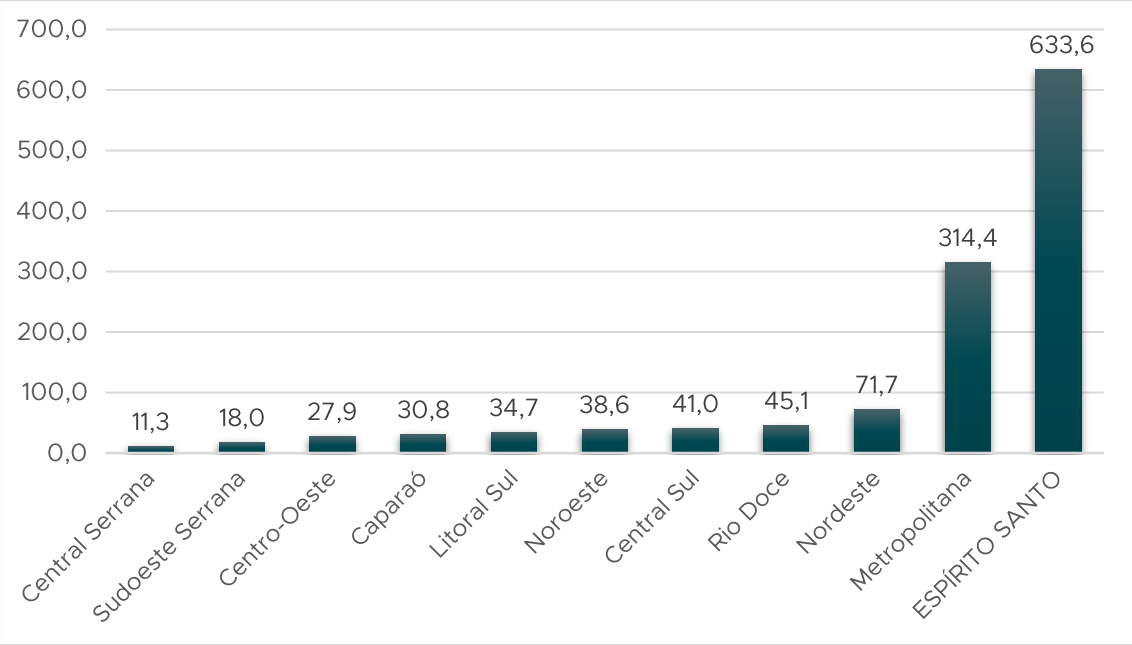
Gráfico 39 – Volume de recursos anual para erradicar a pobreza Espírito Santo e microrregiões, 2019 (Milhões R$)



Fonte: Cadastro Único, Março de 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

O volume anual de recursos necessários para erradicar a extrema pobreza no Espírito Santo de acordo com os dados do Cadastro Único representam algo em torno de 633,6 milhões de reais, o que representa um aporte de 0,5% do PIB do estado (125,2 bilhões em 2019). A microrregião Metropolitana, que também apresenta a maior concentração de extremamente pobres do estado, exigiria o maior volume anual de recursos para erradicar a extrema pobreza: 314,4 milhões de reais. Tal como ocorre na pobreza, as microrregiões Nordeste e Rio Doce registraram o segundo e terceiro maior volume anual necessário para erradicar a extrema pobreza: respectivamente, 71,7 e 45,1 milhões de reais. De outro lado Central Serrana (11,3 milhões) e Sudoeste Serrana (18,0 milhões) exigiriam os menores volumes de recursos entre as microrregiões do estado.

Gráfico 40 – Volume de recursos anual para erradicar a extrema pobreza, Espírito Santo e microrregiões, 2019 (Milhões R$)

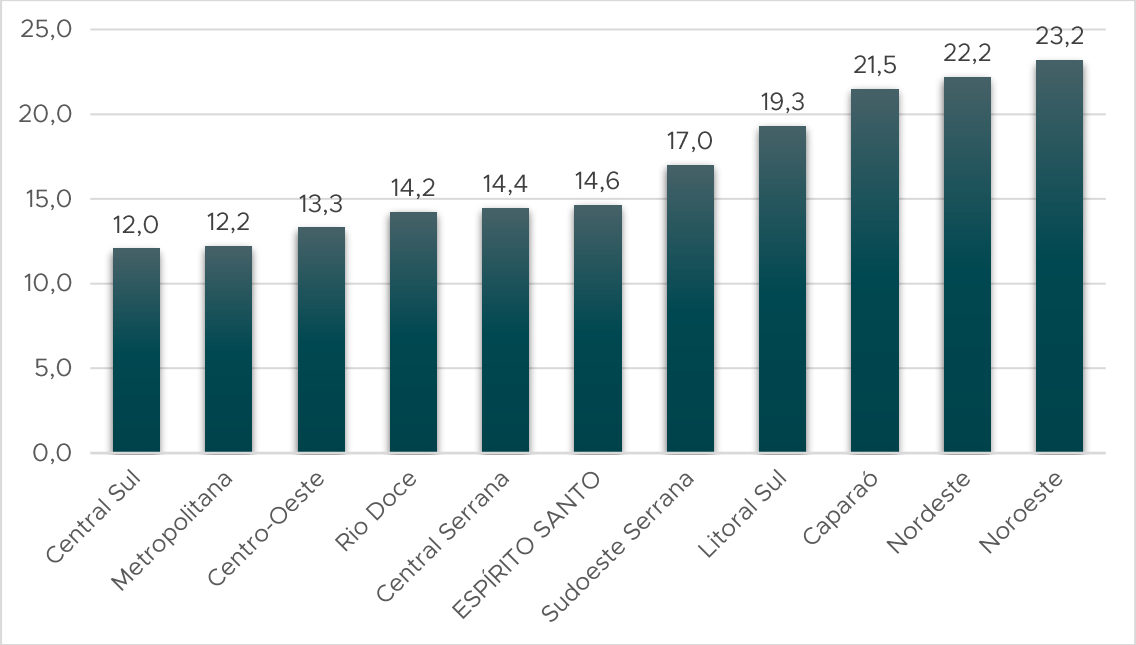


Fonte: Cadastro Único, Março de 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

3.12 Estimativa da população beneficiária do bolsa família, Espírito Santo e microrregiões

Estima-se que 14,6% da população capixaba recebeu bolsa família em 2019. O percentual de pessoas coberto pelo programa de transferência federal foi superior a 20%, ou um quinto da população, nas microrregiões: Noroeste (23,2%), Nordeste (22,2%), Caparaó (21,5%). As quatro microrregiões com as maiores estimativas de extremamente pobres, grupo cujos rendimentos estão dentro dos limites do programa, foram Noroeste (22,4%), Nordeste (21,7%, Litoral Sul (19,2%) e Caparaó (18,3%). Observa-se uma convergência desses dados com as quatro microrregiões com os maiores percentuais de pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família. As microrregiões com os menores percentuais de pessoas cobertos pelo bolsa família foram Central Sul (12,0%), Metropolitana (12,2%) e Centro-Oeste (13,3%).

Gráfico 41 – Estimativa de pessoas que recebem o bolsa família, Espírito Santo e microrregiões, 2019 (%)



Fonte: Cadastro Único, Março de 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

3.13 Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) com base no Cadastro Único

Atualmente, a multidimensionalidade da pobreza é algo consensual seja na academia, nas agências multilaterais ou nas instituições governamentais. De um prisma conceitual, a pobreza engendra características sociais, econômicas, culturais, políticas e territoriais. Em função da complexidade desse fenômeno e do número de fatores que interagem na configuração de uma determinada situação de pobreza, entende-se que ela deve ser tratada sempre a partir de uma perspectiva multicausal.

O enfoque na insuficiência de renda não basta para um entendimento mais abrangente dessa questão, embora seja uma de suas dimensões mais importantes, talvez a mais importante delas, já que vivemos em uma economia de mercado. O fato é que outros fatores contribuem para ampliar ou diminuir a exposição dos indivíduos aos riscos característicos de uma situação de pobreza. Dimensões como o acesso ao conhecimento e condições de saúde, entre outras, impactam de modo diverso essa questão, portanto, precisam ser observadas de forma integrada no âmbito das políticas públicas.

Certamente a gestão e a reunião dos ativos mobilizados para lidar com uma situação de pobreza é importante e, especialmente no caso do Brasil, isso está diretamente relacionado com a família e com os arranjos familiares, conforme corrobora a Política Nacional de Assistência Social (PNAS): “vulnerabilidade à pobreza está relacionada não apenas aos fatores da conjuntura econômica e das

qualificações específicas dos indivíduos, mas também às tipologias ou arranjos familiares e aos ciclos de vida das famílias" (2004, p.43).[18]

O índice de desenvolvimento da família (IDF)[19] consiste em um índice que visa sintetizar diferentes dimensões da pobreza. Nesse aspecto não há novidade já que existem outros índices sintéticos como, por exemplo, o IDH cujo lançamento pelo PNUD contribuiu para iniciar uma mudança na tendência historicamente dominante de se tratar a pobreza como insuficiência de renda. Desde então, o uso de indicadores sintéticos que abrangem múltiplas dimensões da pobreza tornou-se mais relevante.

Uma das principais características do IDF é a possibilidade de agregação. O fato de ter a família como unidade de análise permite que o IDF seja calculado por grupos sociais e demográficos diversos. Exemplificando, pode-se calcular o IDF dos negros, das crianças e dos idosos, bem como dos beneficiários de programas sociais. Ademais, o fato de todos os seus indicadores serem agregáveis permite obter o IDF de um país a partir da média ponderada dos IDFs dos estados, diversamente do que ocorre com o IDH.

O IDF calculado no presente diagnóstico tem como base o Cadastro Único e é composto por 6 dimensões, 27 componentes e 65 indicadores (em anexo). Os 65 indicadores obedecem à sistemática de respostas sim ou não. Cada sim é computado como algo positivo e aumenta a pontuação da família na direção de um maior índice de desenvolvimento. O IDF pode variar entre 0 (para as famílias que se encontram na pior situação possível) e 1 (para as famílias que alcançam uma situação menos vulnerável no contexto do Cadastro Único).

O IDF é um indicador importante para a análise da pobreza, por permitir a mensuração do contexto vivido por cada família a partir de diferentes dimensões. Entretanto, no caso do cálculo com base no Cadastro Único, deve-se atentar para o fato de que a qualidade do índice, ou a sua capacidade de se aproximar de fato da realidade das famílias de um determinado grupo ou território, dependerá da qualidade do cadastro. Assim, um município cujo cadastro possui uma base mais abrangente em relação ao público alvo e é constantemente atualizado, algo positivo em termos de política social, pode apresentar um IDF inferior ao de outro município simplesmente pelo fato de incluir em sua base um número maior de famílias mais vulneráveis.

As dimensões que compõem o IDF fornecem amplas possibilidades de monitoramento dos efeitos das políticas sociais voltadas à superação da pobreza, o que o torna um instrumento importante a ser utilizado pelos gestores de tais políticas.

Neste documento serão apresentados o IDF do estado e das microrregiões, dos anos 2019 (Quadro 4) e 2017 (Quadro 5) e suas respectivas dimensões.

Os índices apresentaram uma pequena alta em todas as microrregiões do estado. A maior alta ocorreu na Central Serrana (+0,026) que ocupava a 5ª posição em

[18] MDS. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 Norma Operacional Básica –NOB/SUAS
[19] Sobre o IDF consultar: O Indice De Desenvolvimento Da Família (IDF). Rio de Janeiro: IPEA, outubro de 2003. Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/pub/td/2003/td_0986.pdf.

2017 (0,682) e passou a ocupar a 4ª posição no ranking em 2019 (0,709). A segunda maior alta ocorreu na microrregião Centro-Oeste (+0,025) que ocupava a 2ª posição em 2017 (0,696) e passou a ocupar a 1ª posição no ranking em 2019 (0,721). As menores altas ocorreram nas microrregiões Rio Doce (0,016), que caiu da 1ª para 2ª posição no ranking em 2019, Caparaó, Nordeste e Noroeste apresentaram redução (0,017).

Quadro 4 – Índice de Desenvolvimento da Família, Espírito Santo e microrregiões, 2019

Unidade Territorial	Rank IDF Total 2017	IDF	Ausência de vulnerabilidade	Acesso ao conhecimento	Acesso ao trabalho	Disponibilidade de recursos	Desenvolvimento infantil	Condições habitacionais
Espírito Santo		**0,691**	**0,729**	**0,586**	**0,473**	**0,484**	**0,992**	**0,881**
Centro-Oeste	1º	0,708	0,744	0,576	0,526	0,535	0,992	0,877
Rio Doce	2º	0,703	0,733	0,568	0,512	0,523	0,992	0,889
Central Sul	3º	0,698	0,756	0,584	0,473	0,495	0,994	0,889
Central Serrana	4º	0,696	0,740	0,569	0,533	0,551	0,993	0,793
Sudoeste Serrana	5º	0,689	0,739	0,555	0,525	0,518	0,990	0,808
Caparaó	6º	0,689	0,738	0,556	0,496	0,494	0,991	0,857
Metropolitana	7º	0,687	0,709	0,611	0,450	0,449	0,991	0,912
Litoral Sul	8º	0,685	0,728	0,575	0,472	0,489	0,992	0,858
Nordeste	9º	0,685	0,742	0,573	0,447	0,489	0,994	0,866
Noroeste	10º	0,680	0,751	0,553	0,459	0,500	0,994	0,821

Fonte: Estimativas produzidas com base no Cadastro Único, 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

Quadro 5 – Índice de Desenvolvimento da Família, Espírito Santo e microrregiões, 2017

Unidade Territorial	Rank IDF Total 2017	IDF	Ausência de vulnerabilidade	Acesso ao conhecimento	Acesso ao trabalho	Disponibilidade de recursos	Desenvolvimento infantil	Condições habitacionais
Espírito Santo		**0,670**	**0,715**	**0,536**	**0,441**	**0,465**	**0,993**	**0,874**
Rio Doce	1º	0,687	0,722	0,525	0,488	0,511	0,993	0,885
Centro-Oeste	2º	0,684	0,728	0,526	0,483	0,511	0,993	0,866
Central Sul	3º	0,678	0,737	0,536	0,450	0,477	0,994	0,878
Caparaó	4º	0,674	0,727	0,517	0,480	0,476	0,993	0,851
Central Serrana	5º	0,671	0,724	0,519	0,476	0,520	0,993	0,795
Sudoeste Serrana	6º	0,670	0,727	0,509	0,485	0,499	0,992	0,807
Litoral Sul	7º	0,668	0,717	0,534	0,451	0,470	0,993	0,848
Metropolitana	8º	0,664	0,694	0,555	0,413	0,430	0,992	0,906
Nordeste	9º	0,664	0,727	0,527	0,415	0,463	0,994	0,859
Noroeste	10º	0,663	0,739	0,518	0,432	0,482	0,995	0,815

Fonte: Estimativas produzidas com base no Cadastro Único, 2017. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

Conforme se observa no Quadro 6 o IDF do Espírito Santo aumentou de 0,681, em 2017, para 0,702, em 2019. As altas mais significativas ocorreram nas dimensões acesso ao conhecimento (+0,049) e acesso ao trabalho (0,032). Ausência de vulnerabilidade e condições habitacionais apresentaram alta de 0,014 e 0,008, respectivamente. A dimensão Desenvolvimento infantil apresentou números próximos nos dois anos (variação de -0,001).

Quadro 6 – Comparativo entre os IDF do Espírito Santo anos 2019 e 2017

Ano	IDF	Ausência de vulnerabilidade	Acesso ao conhecimento	Acesso ao trabalho	Disponibilidade de recursos	Desenvolvimento infantil	Condições habitacionais
2019	**0,702**	**0,729**	**0,586**	**0,473**	**0,550**	**0,992**	**0,881**
2017	**0,681**	**0,715**	**0,536**	**0,441**	**0,529**	**0,993**	**0,874**
(Variação 19-17)	**0,021**	**0,014**	**0,049**	**0,032**	**0,022**	**-0,001**	**0,008**

Fonte: Estimativas produzidas com base no Cadastro Único, 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

Entre as vantagens do uso do IDF está a possibilidade de desagregação por família ou grupo específico o que permite acompanhar o índice de desenvolvimento das famílias mais vulneráveis como o são aquelas que possuem membros na primeira infância (Quadro 7). Essas famílias correspondem ao grupo elegível para o programa estadual de transferência de renda o Bolsa Capixaba.

As microrregiões que apresentaram os maiores índices de desenvolvimento das famílias com membros na primeira infância foram: Centro-Oeste (0,722), Rio Doce (0,710) e Sudoeste Serrana (0,706). Entre as que apresentaram os menores índices estão: Litoral Sul (0,692), Nordeste (0,688) e Metropolitana (0,684). A microrregião metropolitana concentra 43,3% das famílias com membros na primeira infância cadastradas no estado e, além de apresentar o menor IDF entre as microrregiões, também apresentou os menores índices nas dimensões ausência de vulnerabilidade (0,629), acesso ao trabalho (0,509), disponibilidade de recursos (0,445) e desenvolvimento infantil (0,965). Em contrapartida a microrregião apresentou os maiores índices nas dimensões acesso ao conhecimento (0,683) e condições habitacionais (0,874).

Quadro 7 – Índice de Desenvolvimento da Família (famílias com membros na Pi), Espírito Santo e microrregiões, 2019

Unidade Territorial	Rank IDF Total 2019	IDF	Ausência de vulnerabilidade	Acesso ao conhecimento	Acesso ao trabalho	Disponibilidade de recursos	Desenvolvimento infantil	Condições habitacionais
Espírito Santo		**0,695**	**0,646**	**0,669**	**0,547**	**0,488**	**0,969**	**0,850**
Centro-Oeste	1º	0,722	0,659	0,669	0,622	0,556	0,971	0,856
Rio Doce	2º	0,710	0,657	0,658	0,595	0,528	0,968	0,855
Sudoeste Serrana	3º	0,706	0,664	0,637	0,626	0,562	0,965	0,781
Central Serrana	4º	0,704	0,660	0,646	0,612	0,577	0,975	0,754
Noroeste	5º	0,703	0,662	0,678	0,575	0,528	0,974	0,802
Central Sul	6º	0,702	0,679	0,662	0,551	0,487	0,977	0,855
Caparaó	7º	0,701	0,664	0,628	0,596	0,529	0,966	0,824
Litoral Sul	8º	0,692	0,630	0,659	0,559	0,501	0,973	0,828
Nordeste	9º	0,688	0,654	0,667	0,516	0,486	0,976	0,831
Metropolitana	10º	0,684	0,629	0,683	0,509	0,445	0,965	0,874

Fonte: Estimativas produzidas com base no Cadastro Único, 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

Conforme se observa no Quadro 8 a comparação entre o IDF de todas as famílias cadastradas no estado com o índice de desenvolvimento das famílias que possuem membros na primeira infância demonstra que as famílias com crianças nessa faixa etária apresentam um IDF menor (-0,007). Observando-se as dimensões do IDF entre os dois grupos, nota-se que as famílias com crianças na primeira infância apresentam índices inferiores em ausência de vulnerabilidade (-0,083), disponibilidade de recursos (-0,062), desenvolvimento infantil (-0,023) e condições habitacionais (-0,032). De outro lado a comparação revela que essas famílias apresentaram índices mais elevados nas dimensões: acesso ao

conhecimento (+0,083) e acesso ao trabalho (+0,075). Esses dados corroboram a maior vulnerabilidade das famílias cadastradas com crianças na primeira infância.

Quadro 8 – Comparativo entre os IDF geral (média de todas as famílias) com o IDF das famílias com membros na PI, Espírito Santo, ano 2019

Grupo	Ano	IDF	Ausência de vulnerabilidade	Acesso ao conhecimento	Acesso ao trabalho	Disponibilidade de recursos	Desenvolvimento infantil	Condições habitacionais
Famílias com membros na PI	2019	0,695	0,646	0,669	0,547	0,488	0,969	0,850
Todas as famílias	2019	0,702	0,729	0,586	0,473	0,550	0,992	0,881
	(Variação 19-17)	-0,007	-0,083	0,083	0,075	-0,062	-0,023	-0,032

Fonte: Estimativas produzidas com base no Cadastro Único, 2019. Elaboração: Coordenação de Estudos Sociais - CES/IJSN

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conjunto de dados analisados até aqui permite realizar uma síntese da situação do Espírito Santo no que tange a pobreza, e a desigualdade que essa questão carrega associada às questões de raça/cor e gênero.

De acordo com os dados da PNAD – Continua anual, a pobreza aumentou 0,3 p.p. no estado entre 2012 e 2018, mas houve queda de -0,4 p.p na variação 2017-2018. No Brasil houve queda de -1,2 p.p. no período e na Região Sudeste o número se manteve estável. Entre 2012 e 2018, o aumento da pobreza na RMGV foi de 4,0 p.p. Considerando o percentual de pobres no Espírito Santo excetuando a RMGV observa-se redução de 1,7 p.p. no mesmo período.

De 2012 a 2018, a extrema pobreza no Espírito Santo aumentou 1,4 p.p. houve aumento no Brasil (0,7 p.p.) e na região sudeste (0,6 p.p). Nesse intervalo de tempo o aumento registrado na RMGV também foi superior ao do estado, 2,0 p.p. Em 2018, ocorre uma inversão na série histórica e a RMGV passou a ter proporcionalmente mais extremamente pobres que o estado.

A comparação das informações de pobreza por estado com a posição no Ranking de PIB per capita, revelou que o Espírito Santo ocupa uma posição intermediária. O estado está na 11ª posição entre os estados com os menores percentuais de pobreza e de extrema pobreza do Brasil e tem à sua frente apenas um estado com PIB per capita inferior ao seu, Minas Gerais.

Os dados revelaram que a pobreza e a extrema pobreza, mensuradas através das linhas (de US$5,50 dia e US$ 1,90 dia) adotadas como referências no presente estudo, aumentaram mais na RMGV comparativamente à média do Espírito Santo.

Os dados do Cadastro Único, apesar de não serem integralmente comparáveis aos da PNAD por razões metodológicas já mencionadas ao longo do texto,

permitem observar como a pobreza se distribui no estado a nível de município e microrregião.

O percentual de pobres no Cadastro Único, em 2019, no Espírito Santo foi de 78,2% e a estimativa de pobres, ou seja, o percentual de pessoas que essa população representa na população estimada para o estado nesse ano, foi de 22,9%.

As microrregiões com as estimativas de pobres mais elevadas no estado foram Noroeste (34,5%), Nordeste (34,0%) e Caparaó (31,9%). Observa-se que as duas microrregiões com maior proporção de pobres cadastrados na população encontram-se no norte do estado. Ao sul do estado a microrregião Caparaó apresentou a terceira maior estimativa e o segundo maior percentual de pobres, indicador que considera somente a população cadastrada (80,5%). Entre as microrregiões esse percentual de pobres foi inferior apenas ao apresentado pela microrregião Metropolitana (81,4%). A microrregião Litoral Sul apresentou o terceiro maior percentual de pobres (80,0%) entre a população cadastrada e a quarta maior estimativa de pobres (30,0%). De outro lado as menores estimativas de pobres entre as microrregiões do estado foram apresentadas por Central Sul (18,8%), Metropolitana (19,0%) e Central Serrana (22,8%).

Embora a estimativa de pobres com base no Cadastro Único aponte para uma posição relativamente positiva da microrregião metropolitana os dados da PNAD revelaram um crescimento superior da pobreza (4,0 p.p. de 2012 a 2018) na microrregião se comparado à média do estado (0,3 p.p.).

O percentual de extremamente pobres no Cadastro Único, em 2019, no Espírito Santo foi de 49,0% e a estimativa de extremamente pobres na população do estado foi de 14,3%.

As microrregiões do estado com as estimativas de extremamente pobres mais elevadas foram: Noroeste (22,4%), Nordeste (21,7%) e Litoral Sul (19,2%). Tal como ocorre com a pobreza, as duas maiores estimativas de extremamente pobres foram apresentadas pelas microrregiões Noroeste (22,4%) e Nordeste (21,7%) que estão localizadas na porção norte do estado, por outro lado duas das três microrregiões localizadas na porção sul apresentaram a terceira e a quarta maior estimativa de extremamente pobres do estado, Litoral Sul (19,2%) e Caparaó (18,3%). Litoral Sul também apresentou um elevado percentual de extremamente pobres na população cadastrada (51,1%), inferior apenas ao da microrregião metropolitana (55,0%). As microrregiões Centro-Oeste (11,3%), Central Sul 11,5% e Central Serrana (12,2%) apresentaram as três menores estimativas de extremamente pobres do estado.

De acordo com os dados do Cadastro Único, no Espírito Santo, a proporção de pobres e extremamente pobres na população cadastrada que vive em área rural é superior à urbana em todas as microrregiões do estado. Esse dado merece atenção à medida em que se refere a uma parcela dos pobres que vive em condições ainda mais precárias no tocante a saneamento básico, condições de habitação e acesso a serviços básicos como saúde, educação e assistência.

O hiato médio de pobreza mede o quanto as pessoas cadastradas estão em média distantes da linha de pobreza em porcentagem da linha de pobreza. O hiato médio de pobreza da população cadastrada no estado foi de 54,0%. As microrregiões com os hiatos mais elevados foram: Metropolitana 59,5%, Litoral Sul 55,2% e Nordeste 53,5%.

O Hiato de extrema pobreza da população cadastrada registrado no estado foi de 30,6%. As microrregiões com os hiatos de extrema pobreza mais elevados foram: Metropolitana 38,6%, Nordeste 31,4% e Litoral Sul 29,9%.

O volume de recursos necessários para erradicar a pobreza no Espírito Santo correspondeu a aproximadamente 3,3 bilhões de reais o que representa 2,6% do PIB estadual de 2019. Para erradicar a extrema pobreza no estado seriam necessários 633,6 milhões de reais o que representa 0,5% do PIB capixaba de 2019.

Os dados de pobreza e extrema pobreza do Cadastro Único analisados até aqui ao serem desagregados por raça/cor expõem uma importante face da desigualdade de renda no país e no estado do Espírito Santo, indígenas, amarelos, negros, e mulheres apresentam proporções maiores entre os pobres e extremamente pobres. Essa desigualdade apresenta uma Interseccionalidade em que os efeitos das desigualdades observadas na raça/cor se somam àquelas expressas na categoria gênero.

Os dados de raça/cor do Cadastro Único revelam que indígenas, amarelos e negros apresentam as maiores proporções de pobres e extremamente pobres no estado. O percentual de indígenas cadastrados que se encontram na pobreza e na extrema pobreza corresponde a respectivamente 82,7% e 59,0%. A proporção de pobres entre pessoas de raça/cor amarela cadastrados corresponde a 81,9% e extremamente pobres a 54,1%. Entre os Negros a pobreza atinge 80,5% da população cadastrada e a extrema pobreza alcança 51,7. O percentual de brancos cadastrados que estão na condição de pobres e extremamente pobres corresponde a 72,0% e 41,3%, respectivamente.

Os dados do Cadastro Único apontam que a proporção de pobres entre pessoas do sexo feminino no estado corresponde a 78,5% enquanto a de pessoas do sexo masculino alcança 77,9%. Observando-se a condição de extrema pobreza nota-se que a diferença entre os sexos aumenta para 2,8 p.p, a proporção de pessoas do sexo feminino extremamente pobres foi de 50,2% e a de homens 47,4%.

O cruzamento das categorias raça/cor e gênero, demonstra como essas categorias estão relacionadas, apresentam efeitos que se somam e revelam que a pobreza e a extrema pobreza atingem proporções ainda mais severas de acordo com o sexo e a cor da pessoa. Esses efeitos são majorados a medida em que o recorte de renda diminui, as mulheres são maioria entre os extremamente pobres em todas as categorias de cor ou raça. Mulheres indígenas, amarelas e negras apresentaram proporções de extremamente pobres superiores à de mulheres brancas, respectivamente +17,6 p.p., +13,0 p.p. e +11,4 p.p. A maior desigualdade entre os sexos foi encontrada entre homens negros e mulheres negras +3,4 p.p.

Segundo dados da PNAD em 2018, as faixas etárias de 0 a 5 anos (primeira infância), e de 6 a 14 apresentaram os percentuais mais elevados de pessoas vivendo em situação de pobreza (38,3% e 34,2%, respectivamente) e de extrema pobreza (6,6% e 6,4%, respectivamente). Esses números apontam o desafio do Estado de reduzir a pobreza entre os mais jovens e romper com o seu ciclo intergeracional.

Os dados do Cadastro Único corroboram esse dado, a faixa etária de 0 a 5 anos, que corresponde a Primeira Infância, apresentou a maior proporção de pessoas vivendo na pobreza (94,5%) e na extrema pobreza (69,0%) no Estado. As microrregiões com as mais elevadas proporções de crianças cadastradas nessa faixa etária vivendo na pobreza foram Caparaó (95,9%), Metropolitana (95,9%) e Litoral Sul (95,7%). As microrregiões com as três mais elevadas proporções de crianças na primeira infância extremamente pobres foram Metropolitana (74,2%), Nordeste (71,1%) e Litoral Sul (70,7%). Esses dados além de expor os desafios a serem enfrentados pelo estado do Espírito Santo sinalizam a importância das políticas públicas de transferência de renda com foco prioritário nas famílias com crianças na primeira infância, como o Bolsa Capixaba.

A análise multidimensional da pobreza com base no IDF revela uma variação positiva (+0,021) entre 2017 e 2019. Todas as dimensões que compõem o IDF apresentaram variações positivas, com exceção de Desenvolvimento infantil que oscilou negativamente (-0,001). A variação do IDF também foi positiva em todas as microrregiões do estado. A comparação entre o índice das famílias que possuem membros na primeira infância com o IDF de todas as famílias corrobora a maior vulnerabilidade das famílias com membros na primeira infância (-0,007).

Os dados sumarizados no presente estudo revelam um amplo desafio, no âmbito das políticas públicas voltadas à redução da pobreza, extrema pobreza e desigualdade de gênero e raça, a ser enfrentado pelo Estado na busca por uma sociedade mais justa e menos desigual.

A escassez de renda, um dos fatores que determinam a situação de pobreza ou extrema pobreza está relacionada a outros fatores como o desemprego, baixa escolaridade, baixa qualificação da mão de obra e à concentração de renda.

A relação entre pobreza, crescimento econômico e desigualdade de renda é consenso na literatura acadêmica. Entretanto, o crescimento econômico por si só pode não ser suficiente para reduzir a pobreza se não for acompanhado de uma redução na desigualdade. Sociedades menos desiguais necessitam de menos crescimento econômico para reduzir a pobreza em níveis mais elevados do que sociedades com elevado grau de desigualdade.

O modelo de desenvolvimento alicerçado nos grandes projetos industriais voltados para exportação de *commodities*,[20] precisa ser redesenhado quanto a sua capacidade de promover um desenvolvimento ambiental, territorial, social e econômico sustentável e equilibrado.

[20] Cujas raízes estão presentes no imaginário capixaba desde meados do século passado, conforme se pode verificar na clássica frase dita por Jones dos Santos Neves em 1952, num discurso na cidade de Colatina quando o então governador do Espírito Santo dizia: “os galhos dos cafezais são frágeis demais para sustentar nossos sonhos de progresso”.

O incremento de atividades voltadas para o mercado interno, a dinamização e modernização da produção local, o apoio à agricultura familiar e o desenvolvimento territorial, inclusive como forma de descentralização do poder político, pode proporcionar ao Espírito Santo um ambiente mais fértil para a redução da pobreza do que o crescimento econômico por si só.

Espera-se que estudos como este, acerca da pobreza e da desigualdade no Espírito Santo reunindo dados de modo a identificar as regiões com maior vulnerabilidade, possam contribuir no planejamento do estado em busca de estratégias mais eficazes na redução desses problemas. De modo mais específico tais estudos podem orientar a ação do estado no tocante a sua capacidade e prerrogativa de orquestrar políticas capazes de mitigar os efeitos dessa importante questão social.

5. REFERÊNCIAS

CASTEL, Robert. As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, Rodolfo Ferreira Ribeiro da; COSTA, Genivalda Cordeiro. Pobres no Campo, Ricos na Cidade? Uma Análise Multidimensional da Pobreza. Rev. Econ. Sociol. Rural [online]. 2016, vol.54, n.3

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. A pobreza como um fenômeno multidimensional. RAE electron. São Paulo, v. 1, n. 2, p. 1-12, Dec. 2002. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1676-56482002000200003&script=sci_abstract&tlng=pt> <. Acesso em 05 May 2020.

IBGE. Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil Local: Rio de Janeiro. Ano: 2019. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo? view=detalhes&id =2101681. Acesso em abril. 2020.

IPEA. Texto para Discussão (TD) 1460 - Determinantes da Queda na Desigualdade de Renda no Brasil. Barros, Ricardo Paes de; Carvalho, Mirela de; Franco, Samuel; Mendonça, Rosane / Brasília, janeiro 2010. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=5003. Acesso em abril. 2020.

_____Texto para Discussão (TD) 1288: Discriminação e segmentação no mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil. Barros, Ricardo Paes de; Franco, Samuel; Mendonça, Rosane. Rio de Janeiro, julho de 2007 Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/1842 . Acesso em abril. 2020.

ONU. DÉCADA INTERNACIONAL DE AFRODESCENDENTES – 2015 – 2024: Reconhecimento, justiça e desenvolvimento. Disponível em: https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/05/WEB_BookletDecadaAfro_portugues.pdf. Acesso em: abril. 2020

PNUD. Relatório do Desenvolvimento Humano. 2019. Além do rendimento, além das médias, além do presente: Desigualdade no desenvolvimento humano no século XXI. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf. Acesso em: abril 2020.

SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. Desigualdade Reexaminada. Rio de Janeiro: Record, 2001.

ROCHA, S. Pobreza e indigência no Brasil: algumas evidências empíricas com base na PNAD 2004. Nova Economia, Belo Horizonte, v. 16, n. 2, 2006.

MALUF, R.; MATTEI, L. Ementos para construção de uma agenda de políticas públicas para o enfrentamento da

In: MIRANDA, C.; TIBURCI, B. (Orgs.) "**Pobreza Rural**: Concepções, determinantes e proposições para construção de uma agenda de políticas públicas". 2011, Brasília, Instituto Interamericano de cooperação para a agricultura (IICA), V FÓRUM INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL, Série desenvolvimento rural sustentável